



BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2015

**Aprovado em Assembleia Geral
31 de Março de 2016**

Millennium
bim

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
SÍNTESE DE INDICADORES	6
SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
ESTRUTURA ACCIONISTA	10
ÓRGÃOS SOCIAIS	10
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	11
Economia Mundial	11
Economia de Moçambique	12
Inflação	12
Sistema Financeiro Moçambicano	13
Taxas de referência	13
Liquidez do Sistema	14
Evolução das principais divisas face ao metical	14
Evolução do saldo das reservas internacionais líquidas 2015	15
O BANCO	16
A Rede do Millennium bim	16
Visão, Missão, Valores e Estratégia	17
Responsabilidade Social	18
Programa de responsabilidade social – Mais Moçambique pra Mim	18
Princípios orientadores da responsabilidade social do Banco	18
Acções em 2015	19
Desporto	19
Educação	20
Saúde	22
Cultura	23
Ambiente	23
Voluntariado	24
ACTIVIDADE DO MILLENNIUM BIM EM 2015	26
Colaboradores	26
Iniciativas estratégicas	26
Gestão de pessoas e formações	26
Saúde	27
Análise das áreas de negócio	28
Inovação em 2015	28
Banca de Retalho	28
Prestige	29
Corporate	29
Banca Electrónica	30
Operações e Sistemas de Informação	30
Seguradora Internacional de Moçambique	31

Gestão de risco.....	32
Capital económico.....	34
Validação de modelos	34
Risco de crédito.....	35
Composição da carteira de crédito	36
Risco operacional	37
Estrutura de gestão do risco operacional	38
Auto avaliação dos riscos operacionais (RSA)	38
Captura de perdas operacionais	39
Indicadores de risco (KRI).....	39
Gestão da continuidade de negócio.....	40
Contratação de seguros	40
Risco de mercado	40
Gap da taxa de juro para balanço – MZN.....	41
Gap da taxa de juro para balanço – USD	42
Risco de liquidez.....	43
ANÁLISE FINANCEIRA	46
Resultados e Balanço	46
Análise da Rendibilidade	46
Resultado Líquido.....	46
Margem Financeira	47
Outros proveitos líquidos.....	48
Rendimentos de instrumentos de capital	48
Comissões líquidas	48
Resultados em operações financeiras.....	48
Outros resultados de exploração líquidos	49
Custos Operacionais.....	49
Rácio de eficiência.....	50
Imparidade do crédito e outras imparidades e provisões	50
Análise do Balanço	50
Activo Total	51
Crédito a Clientes (bruto).....	51
Qualidade de Crédito	51
Recursos de Clientes	52
Capital	52
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	53
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2015	54
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	126
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	129

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2015 escrevemos mais um importante marco da nossa história; uma história que teve o seu início a 25 de Outubro de 1995, fruto de uma parceria estratégica entre o Estado Moçambicano e o Banco Comercial Português.

Desde a 1ª hora, o Banco definiu o Cliente como base da sua estratégia. Conhecer o Cliente, colocar à sua disposição um Banco moderno com um serviço e soluções financeiras adequadas às suas necessidades e expectativas, era fundamental.

Há 20 Anos assumimos esse compromisso tendo sido o 1º Banco do sistema financeiro moçambicano a operar em real time e a introduzir o conceito de canais bancários electrónicos transaccionáveis, com a oferta de um serviço de *internet banking*, *mobile banking* e linha telefónica de apoio ao Cliente.

Hoje, num ano em que comemoramos 20 anos da nossa existência, o Banco reflecte a vitalidade do mercado financeiro moçambicano. A sua forte contribuição para o desenvolvimento nacional é visível na utilização de novas tecnologias para o desenho de produtos e serviços relevantes para as populações e tecido empresarial, no financiamento ao investimento e na constituição de parcerias estratégicas em novos projectos que contribuem para a estabilidade e desenvolvimento do sistema financeiro, um elemento fundamental na prosperidade do País.

Durante estas duas décadas, o crescimento do sistema bancário moçambicano foi significativo. Verificou-se uma expansão para além dos centros urbanos, possibilitando o aumento da inclusão financeira na população adulta para cerca de 20%. Em paralelo, verificou-se uma maior estabilização do mercado, com mais liquidez, e mais crédito na economia.

O Millennium bim é hoje um banco comercial universal, que oferece produtos e serviços adequados a todos os segmentos. Actualmente, com uma rede de 169 balcões, estamos presentes em todas as províncias do país. O nosso “M” leva serviços financeiros a 58 distritos sendo esta a maior e mais forte presença em zonas rurais, demonstrando um claro esforço para estar mais perto das populações. Com o objectivo de elevar o acesso a serviços financeiros e oferecer maior comodidade aos seus Clientes, o Millennium bim possui uma rede de 458 ATMs e 7.268 POS, tendo ainda investido numa plataforma de *mobile banking* inovadora e de fácil utilização: o Millennium IZI.

O nosso sucesso não é mensurável apenas pela idade ou rede de distribuição, mas também através de uma gestão consciente e consistente, demonstrada ao longo de sucessivos anos de fortes resultados financeiros.

O perfil de rentabilidade, dimensão dos fundos próprios, e rácio de adequação de capital de 20%, um valor significativamente acima dos 8% impostos pelo regulador, reflectem a força e solidez financeira da instituição.

Os mais de 60 prémios recebidos ao longo destes 20 anos, dos quais estamos muito orgulhosos, são o reconhecimento do desempenho e do trabalho que o Millennium bim desenvolveu e desenvolve para o progresso de Moçambique.

Alcançámos estes resultados porque conquistámos a confiança dos Clientes, demonstrámos o nosso conhecimento de como fazer banca de forma sustentada e tivemos a capacidade de, ano após ano, acompanhar o desenvolvimento do mercado e agir de forma a não nos desvirtuarmos aquilo que, para nós, é um valor fundacional: a proximidade ao Cliente.

Fomos o 1º Banco a segmentar o mercado. Descentralizamos a Área Comercial e criamos coordenações comerciais regionais. Com esta estrutura de negócio, acreditamos que conseguimos garantir uma maior proximidade aos nossos Clientes e oferecer uma proposta de valor mais adequada.

Estamos num momento em que o desenvolvimento da economia e do sistema bancário moçambicano fornece terreno favorável a novos investimentos na inovação e diferenciação. Hoje vivemos uma mudança global na forma de como “fazer banca”.

A banca tradicional, de betão e cimento, está a dar lugar à introdução de novas tecnologias, encurtando a distância entre os Clientes e os bancos e proporcionando maior comodidade.

Continuaremos a demonstrar a capacidade de desenvolver novas formas de fazer banca onde a conveniência, eficiência e cobertura serão sempre palavras-chave. Com conhecimento de mercado, visão estratégica, solidez financeira e uma atitude socialmente responsável, o Millennium bim continuará a encarar o desafio de satisfazer as necessidades dos seus Clientes, accionistas e restantes *stakeholders*.

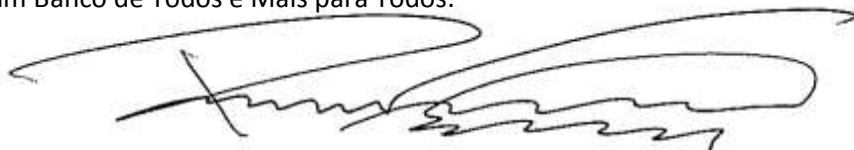
O ano de 2015, com um enquadramento económico e financeiro muito distinto à história recente, foi particularmente difícil. Neste contexto, os notáveis resultados apresentados pelo Banco logram uma palavra de apreço e agradecimento aos Colaboradores do Millennium bim pelo empenho, rigor e manutenção da cultura do Grupo.

Apesar dos bons resultados do passado, devemos estar atentos ao futuro: Os próximos anos serão certamente complexos, num mercado em constante evolução e crescimento, exigindo de todos os Colaboradores do Banco um espírito de equipa e empenho exemplares. Consequentemente, o Millennium bim estará particularmente atento à regras prudenciais, acompanhando o Regulador na minimização de riscos, e será dada uma atenção especial ao desenvolvimento humano e na definição cuidada, transparente e criteriosa das carreiras.

Face a estes desafios, uma nova equipa de gestão foi apresentada para o triénio 2015-2017 no sentido de alavancar no excelente trabalho dos últimos 20 anos, e enfrentar as etapas seguintes. Assim, reforçamos o nosso compromisso em:

- Colocar a inovação ao serviço dos nossos Clientes empresa e particulares;
- Manter a proximidade junto aos nossos Clientes;
- Apoiar projectos sustentáveis e que contribuam efectivamente para o desenvolvimento económico e social da Província e do País;
- Manter uma política de responsabilidade social onde os projectos apoiados revertem a favor de uma real melhoria da qualidade de vida das populações;
- Continuar a desempenhar um papel de agente económico activo no processo de bancarização do país, para que as populações tenham uma maior acessibilidade aos serviços financeiros.

Reforçamos o nosso compromisso de ser um Banco de Todos e Mais para Todos.



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca

SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de Meticais					
Indicadores	2015	2014	2013	2012	Var. % 15/14
Balanço					
Activo total	117.066	101.502	85.428	70.647	15,3%
Crédito a clientes (líquido)	66.331	56.795	47.921	38.230	16,8%
Recursos totais de clientes	91.450	80.412	67.623	56.369	13,7%
Capitais próprios	18.760	16.552	14.238	11.989	13,3%
Rendibilidade					
Produto bancário	9.953	8.820	8.040	7.459	12,8%
Custos operacionais	4.592	4.054	3.681	3.458	13,3%
Imparidades e Provisões	1.268	590	463	502	114,8%
Impostos sobre lucros	702	682	592	523	2,9%
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	3.391	3.494	3.303	2.976	-2,9%
Rácio de eficiência	46,1%	46,0%	45,8%	46,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	19,4%	23,0%	25,6%	27,2%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	3,2%	4,0%	4,3%	4,6%	
Qualidade do Crédito					
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	4,2%	2,2%	1,7%	2,0%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	4,3%	2,5%	1,8%	2,1%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	141,7%	241,3%	348,0%	354,0%	
Custo do risco	158 p.b.	97 p.b.	91 p.b.	113 p.b.	
Solvabilidade (*)					
Tier I	20,0%	19,0%	21,5%	21,5%	
Total	19,8%	19,0%	21,4%	21,7%	
Indicadores de Negócio					
Clientes (milhares)	1.454	1.306	1.216	1.173	11,3%
Balcões	169	166	157	151	1,8%
Colaboradores	2.351	2.367	2.329	2.298	-0,7%

*Não inclui o Resultado do Exercício do ano em referência

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Segundo as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de expansão da actividade global em 2015 deverá ter-se reduzido para o nível mais baixo desde 2009, num contexto em que o maior dinamismo das economias desenvolvidas não foi suficiente para compensar a perda de vigor dos mercados emergentes.

A melhoria das condições monetárias decorrente da postura mais expansionista do Banco Central Europeu (BCE), a depreciação efectiva do euro, a diminuição do custo da energia e a maior neutralidade das políticas orçamentais dos países da “periferia” conferiram um impulso ao processo de recuperação da economia da zona Euro.

Nos EUA, o aumento sustentado do emprego e do rendimento disponível real, aliado ao baixo nível das taxas de juro, impulsionou o consumo e o investimento residencial. Porém, a recessão associada ao colapso do preço do petróleo que assolou o sector energético norte-americano e a apreciação do dólar exerceram um efeito adverso sobre o investimento empresarial e as exportações, o que resultou numa taxa de crescimento do PIB semelhante à observada em 2014.

A economia chinesa continuou a evidenciar sinais claros de perda de vigor ao longo de 2015, sobretudo ao nível das componentes da procura que estiveram na base do seu modelo de crescimento, nomeadamente as exportações e o investimento.

Em 2016, a economia global enfrenta riscos complexos e variados. A espiral negativa que se entrepôs entre o sector produtor das matérias-primas e o enquadramento das economias emergentes ameaça continuar a restringir a recuperação da procura global e a causar uma correcção nos mercados financeiros internacionais.

Após cinco anos consecutivos a registar taxas de crescimento acima dos 7%, a economia moçambicana deverá ter desacelerado em 2015, com o FMI a projectar uma expansão de 6,3%. Esta evolução foi determinada pela redução dos preços das matérias-primas que provocou uma quebra das receitas das exportações do país, e a desaceleração do investimento directo estrangeiro. A instabilidade cambial, particularmente acentuada em Novembro, levou o governo moçambicano a solicitar um empréstimo de emergência ao FMI e a adoptar uma política monetária e orçamental mais restritiva a fim de repor a estabilidade económica.

Após o aumento do nível de inflação no final de 2014, verificou-se uma desaceleração no segundo trimestre de 2015. Não obstante, o peso significativo das importações de bens no país resultou na tendência de crescimento da inflação no segundo semestre, em consequência do efeito da desvalorização do Metical face às principais divisas, tendo o ano registado um aumento acumulado de preços na ordem dos 10,55%.

No último trimestre de 2015, face ao aumento das pressões inflacionistas, o supervisor actuou sob o mercado aumentando as suas taxas directoras em 225 pontos base e o coeficiente de reservas obrigatórias em 250 pontos base. Assim, embora praticamente inalteradas até então, as taxas dos Bilhetes de Tesouro aumentaram 240 pontos base para a maturidade de 91 dias.

Em 2015, o Banco manteve a sua estratégia enfocada no fortalecimento da sua proposta de valor, nomeadamente nos canais automáticos, onde foram disponibilizados novos serviços financeiros que respondem às necessidades dos diferentes segmentos de Clientes. O Millennium bim continuou a expansão da rede de distribuição automatizada, tendo introduzido 18 novas ATM e 1.259 novos POS que representam um crescimento de 4% e 21%, respectivamente.

A inovação e o investimento em iniciativas maioritariamente tecnológicas voltaram a estar presentes neste ano, nomeadamente com a melhoria e *upgrade* de várias aplicações e o desenvolvimento de novas. Para além de permitir disponibilizar mais e melhor oferta aos seus Clientes, a estratégia seguida traduziu-se ainda na melhoria da eficiência operativa, através de um fluxo de trabalho mais controlado e eficiente. O Millennium bim implementou diversas melhorias na plataforma de *mobile banking* que têm proporcionado um serviço cada vez mais completo, simples de utilizar e apetecível para os Clientes. Nomeadamente, no último trimestre de 2015 foi introduzida no Millennium IZI uma nova transacção através da qual os nossos Clientes podem transferir dinheiro para qualquer número de celular. Esta transacção permite que os beneficiários destas transferências, mesmo sem conta prévia no Millennium bim ou em qualquer outra instituição de crédito, criem facilmente a sua Conta de Moeda Electrónica (CME), a Conta IZI.

Paralelamente, o Banco apresentou o serviço bancário, Millennium bim Já Já, que permite prover, através da figura do agente bancário, um conjunto de serviços financeiros às populações das zonas rurais, substituindo os meios tradicionais, através do uso do POS.

No final do ano, o Banco estabeleceu uma parceria exclusiva com os Correios de Moçambique para, em complemento à distribuição de serviços postais, disponibilizar nas suas agências produtos e serviços bancários, tendo como objectivo promover a bancarização e inclusão financeira das populações.

O Millennium bim assinou com o Banco Europeu de Investimento (BEI) dois contratos para a obtenção de funding com vista à concessão de crédito a Pequenas e Médias Empresas.

Apesar do enquadramento económico difícil, o activo total do Banco ascendeu a 117.066 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2015, comparando com 101.502 milhões de meticais em 31 de Dezembro de 2014, suportado pelo aumento do crédito a clientes e pelas maiores disponibilidades e aplicações em instituições de crédito e no Banco de Moçambique.

Os recursos totais de clientes aumentaram para 91.450 milhões de meticais em 31 de Dezembro de 2015 face a 80.412 milhões de meticais registados em 31 de Dezembro de 2014, beneficiando do bom desempenho do crescimento dos depósitos de clientes que permaneceram como a principal fonte de financiamento da actividade.

A margem financeira aumentou 5% face a 2014, impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros. Este crescimento foi possível não obstante o efeito taxa desfavorável em virtude da descida da taxa de mercado nos três trimestres iniciais do ano e do aumento no custo dos Depósitos.

Fruto da desaceleração económica e ciclo de desvalorização do Metical, em 2015 verificou-se um aumento do crédito vencido. Continuando a sua política conservadora e lógica de solidez do balanço, o Millennium bim constituiu cerca do dobro das imparidades face ao ano anterior.

Ainda assim, o resultado líquido consolidado foi positivo em 3.737 milhões de meticais em 2015 mantendo-se equiparável com o resultado líquido de 3.724 milhões de meticais apurado em 2014.

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2015, situou-se em 19,8% tendo o Tier I atingido 20%, bastante acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Moçambique

O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 531,9 milhões de Meticais, um crescimento de 14,6% face ao período homólogo de 2014, justificado fundamentalmente pela redução da sinistralidade líquida em 38,7%; pelo crescimento da receita nos ramos Reais, focada

num mix de produtos com boa margem técnica, e, por outro lado, pela melhor remuneração dos Activos.

O Millennium bim acredita que os seus colaboradores são um factor essencial de diferenciação no mercado, e que estes, devidamente alinhados com os valores e cultura corporativos, desempenham um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento da organização.

O programa de responsabilidade social do Millennium bim, “Mais Moçambique pra Mim” expressa o posicionamento que o Banco tem no compromisso para com a comunidade. As iniciativas desenvolvidas são projectadas e dinamizadas sempre em conjunto com entidades locais, da sociedade civil ou governamentais, que conheçam verdadeiramente as necessidades e ambições dos destinatários de cada acção. No ano de 2015, o Millennium bim desenvolveu, uma vez mais, variados projectos actuando nas áreas do Desporto, Educação, Saúde, Cultura e Ambiente.

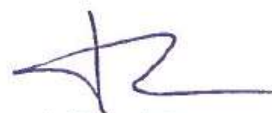
O Banco subscreve, desde 2003, os princípios do Pacto Global da Nações Unidas e do Fórum Empresarial para o Meio Ambiente (FEMA). Na sequência da adesão aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, o Millennium bim tem desenvolvido e divulgado os princípios orientadores para a defesa dos direitos humanos, do trabalho e do meio ambiente.



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
(Presidente)



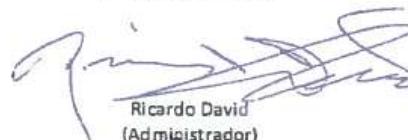
Miguel Maya Dias Pinheiro
(1.º Vice-Presidente)



José Reino da Costa
(2.º Vice-Presidente)



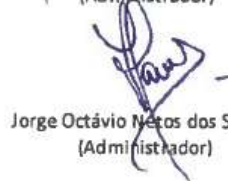
Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
(Administrador)



Ricardo David
(Administrador)



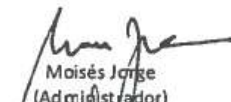
João Manuel R. T. da Cunha Martins
(Administrador)



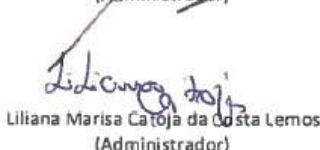
Jorge Octávio Netos dos Santos
(Administrador)



Manuel Alfredo de Brito Gamito
(Administrador)



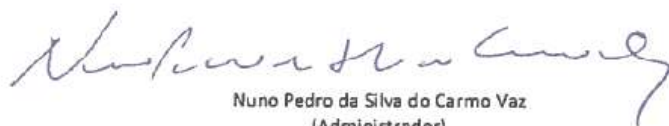
Moisés Jorge
(Administrador)



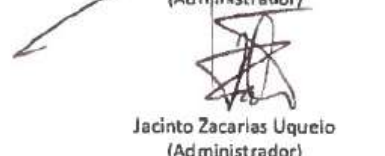
Liliana Marisa Catója da Costa Lemos
(Administrador)



Jorge Manuel de Aguiar Pena
(Administrador)



Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
(Administrador)



Jacinto Zacarias Uqueio
(Administrador)

ESTRUTURA ACCIONISTA

Accionista	Nº Acções	% do Capital Social	Meticais
			Capital subscrito e realizado
BCP África, SGPS	30.008.460	66,69%	3.000.846.000
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	770.474.700
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	222.780.900
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.R.L.	1.866.309	4,15%	186.630.900
FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	48.786.000
Outros (*)	2.704.815	6,01%	270.481.500
Total	45.000.000	100,00%	4.500.000.000

* Outros – 1.700 investidores, com participação individual inferior a 1%, adquirida no âmbito do processo de venda de acções do Estado aos Trabalhadores.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Letícia Deusinha da Silva Klemens	Presidente
Flávio Prazeres Lopes Menete	Vice-Presidente
Horácio de Barros Chimene	Secretário

Conselho Fiscal

Teotónio Jaime dos Anjos Comiche	Presidente
Eulália Mário Madime	Vogal
Daniel Filipe Gabriel Tembe	Vogal
Maria Iolanda Wane	Vogal Suplente

Conselho de Administração

Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca	Presidente
Miguel Maya Dias Pinheiro	1º Vice-Presidente
José Reino da Costa	2º Vice-Presidente
Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas	Administrador
Ricardo David	Administrador
João Manuel R. T. da Cunha Martins	Administrador
Jorge Octávio Netos dos Santos	Administrador
Manuel Alfredo de Brito Gamito	Administrador
Moisés Jorge	Administrador
Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos	Administrador
Jorge Manuel de Aguiar Pena	Administrador
Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz	Administrador
Jacinto Zacarias Uqueio	Administrador

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Economia Mundial

Segundo as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de expansão da actividade global em 2015 deverá ter-se reduzido para o nível mais baixo desde 2009, num contexto em que o maior dinamismo das economias desenvolvidas não foi suficiente para compensar a perda de vigor dos mercados emergentes. A queda pronunciada dos preços das matérias-primas, para além de ter intensificado a clivagem entre os dois grupos de economias, adensou as pressões deflacionistas globais, criando um quadro de maior vulnerabilidade financeira, bem como a necessidade de manutenção de condições monetárias globalmente acomodáticas.

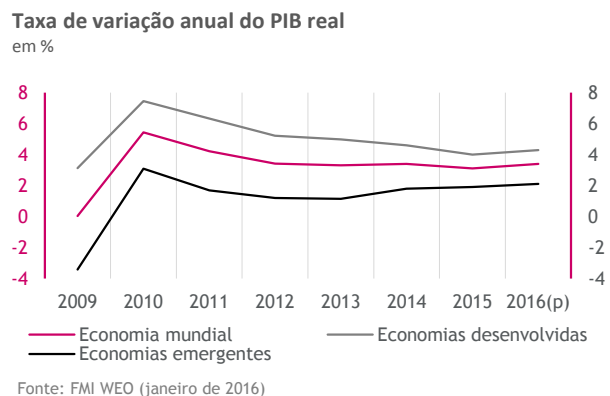
A melhoria das condições monetárias decorrente da postura mais expansionista do Banco Central Europeu (BCE), a depreciação efectiva do euro, a diminuição do custo da energia e a maior neutralidade das políticas orçamentais dos países da “periferia” conferiram um impulso ao processo de recuperação da economia da zona Euro. Com efeito, após um crescimento de 0,9% em 2014, a Comissão Europeia (CE) estima que em 2015 o PIB terá crescido 1,6% e que, em

2016, o ritmo de expansão aumente para 1,8%. Contudo, a debilidade das economias emergentes, o agravamento das tensões geopolíticas e os riscos inerentes à necessidade de dar continuidade às reformas estruturais em curso em vários Estados-membros poderão vir a condicionar a cadência da recuperação na área do euro.

Nos EUA, o aumento sustentado do emprego e do rendimento disponível real, aliado ao baixo nível das taxas de juro, impulsionou o consumo e o investimento residencial. Porém, a recessão associada ao colapso do preço do petróleo que assolou o sector energético norte-americano e a apreciação do dólar exerceram um efeito adverso sobre o investimento empresarial e as exportações, o que resultou numa taxa de crescimento do PIB semelhante à observada em 2014, na ordem dos 2,4%. Em 2016, a evolução do consumo privado deverá ser o pêndulo que determinará a robustez do crescimento económico, o que por sua vez implica um bom desempenho do mercado de trabalho, em circunstâncias dificultadas pela presumível normalização da política monetária e a concomitante intensificação da tendência de apreciação do dólar face às demais principais divisas internacionais.

A economia chinesa continuou a evidenciar sinais claros de perda de vigor ao longo de 2015, sobretudo ao nível das componentes da procura que estiveram na base do seu modelo de crescimento, nomeadamente as exportações e o investimento. O principal risco para 2016 reside na possibilidade de enfraquecimento adicional do renminbi, o que teria como risco associado a fuga de capitais e a consequente deterioração das condições financeiras para as famílias e empresas chinesas.

Em 2016, a economia global enfrenta riscos complexos e variados. A espiral negativa que se entrepôs entre o sector produtor das matérias-primas e o enquadramento das economias emergentes ameaça continuar a restringir a recuperação da procura global e a causar uma correcção nos mercados financeiros internacionais. Por outro lado, o aumento previsto para as taxas de juro directoras da



Reserva Federal e o consequente agravamento do serviço do elevado nível de dívida do sector empresarial dos EUA comportam o risco de retracção do investimento e, também, do consumo. Finalmente, a prevalência de vários focos de tensão geopolítica e as questões de segurança na Europa constituem obstáculos de efeitos difíceis de quantificar, mas ainda assim potencialmente adversos à consolidação da retoma da economia da área do euro.

Economia de Moçambique

Após cinco anos consecutivos a registar taxas de crescimento acima dos 7%, a economia moçambicana deverá ter desacelerado em 2015, com o FMI a projectar uma expansão de 6,3%. Esta evolução foi determinada pela redução dos preços das matérias-primas, em particular do gás, carvão e alumínio, que provocou uma quebra das receitas das exportações e a desaceleração do investimento directo estrangeiro, o que resultou numa degradação da balança de transacções correntes e, por conseguinte, na desvalorização do metical. A instabilidade cambial, particularmente acentuada em Novembro, levou o governo moçambicano a solicitar um empréstimo de emergência ao FMI e a adoptar uma política monetária e orçamental mais restritiva a fim de repor a estabilidade económica.

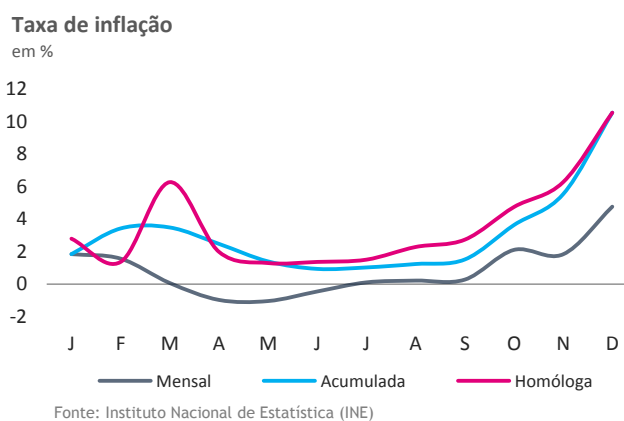
Neste contexto, acentuaram-se as preocupações com a sustentabilidade da dívida pública, o que levou à revisão em baixa das notações de *rating* atribuídas pelas agências internacionais.

Para 2016, apesar do enquadramento internacional se apresentar desafiante, o FMI prevê uma ligeira aceleração da economia moçambicana, suportada por ganhos de produtividade esperados na agricultura e pela expansão da produção de carvão, na sequência da abertura de novos canais de transporte, designadamente por via-férrea.

Inflação

Após o aumento do nível de inflação no final de 2014, que se acentuou durante o primeiro trimestre de 2015 em consequência das cheias no centro e norte do país, verificou-se uma desaceleração no segundo trimestre do ano transacto. Assim, em Junho de 2015 a inflação homóloga permanecia controlada nos 1,36%, fruto sobretudo da manutenção dos preços tabelados que influenciam o comportamento do cabaz que compõe o índice de preços no consumidor.

Não obstante, o peso significativo das importações de bens no país resultou na tendência de crescimento da inflação no segundo semestre, em consequência do efeito da desvalorização do Metical face às principais divisas. De facto, os números publicados pelo Instituto Nacional de Estatística para Dezembro 2015 mostram a tendência de aumento generalizado dos preços no último trimestre do ano, tendo o mês de Dezembro registado o aumento mais expressivo do ano, cifrando-se na ordem dos 4,76% de aumento face a Novembro.



Observando o ano de 2015 por inteiro, o País registou um aumento de preços na ordem de 10,55%, fortemente impactado pela desvalorização do metical, contrariando uma tendência de anos recentes de controlo da inflação a um dígito.

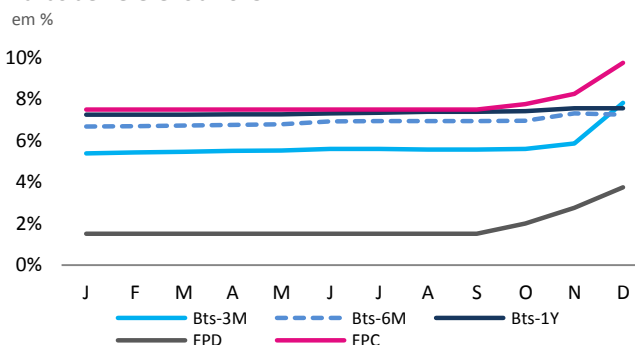
Sistema Financeiro Moçambicano

No último trimestre de 2015, face ao aumento das pressões inflacionistas induzido pela forte depreciação do Metical face às principais moedas transaccionadas no mercado cambial e pelo impacto do ajustamento dos preços administrados que se tinham mantidos inalterados desde 2010, o Banco de Moçambique inflectiu o sentido da sua política monetária (acomodatícia), e adoptou uma política monetária restritiva. Assim, o supervisor actuou sob o mercado aumentando as suas taxas directoras em 225 pontos base e o coeficiente de reservas obrigatórias em 250 pontos base. A taxa de cedência de liquidez (FPC) passou de 7,5% para 9,75%, a taxa de absorção de liquidez (FPD) de 1,5% para 3,75% e o coeficiente de reservas obrigatórias de 8% para 10,5% em três movimentos sucessivos entre Outubro e Dezembro.

Taxas de referência

Relativamente a igual período de 2015, as taxas dos Bilhetes de Tesouro mantiveram-se praticamente inalteradas durante a maioria do ano. Contudo, com a inversão do sentido da política monetária em Outubro, a taxa para a maturidade de 91 dias registou um acréscimo de 240 pontos base, devendo as próximas emissões para as maturidades mais longas acompanhar essa tendência.

Taxas de Referência 2015

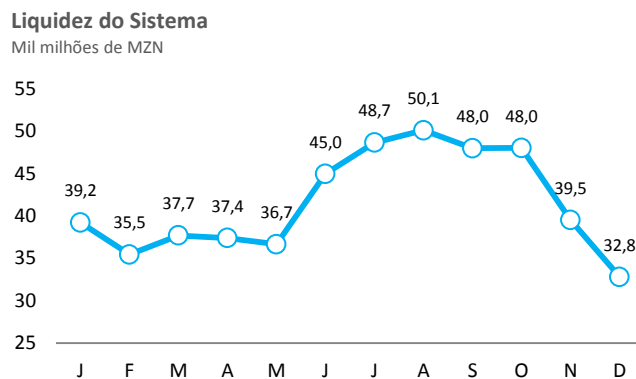


Consequentemente, a taxa das permutas entre bancos no Mercado Monetário Interbancário (MMI), reduzido basicamente ao “overnight”, sofreram também um acréscimo significativo passando de 3,11% para 6,62%.

Evolução das taxas de juro no MMI			
	Dez-14	Dez-15	Variação
91 dias	5,37%	7,81%	2,44% ↑
182 dias	6,64%	7,25%	0,61% ↑
364 dias	7,25%	7,55%	0,30% ↑
Permutas	3,11%	6,62%	3,51% ↑
FPD	1,50%	3,75%	2,25% ↑
FPC	7,50%	9,75%	2,25% ↑

Liquidez do Sistema

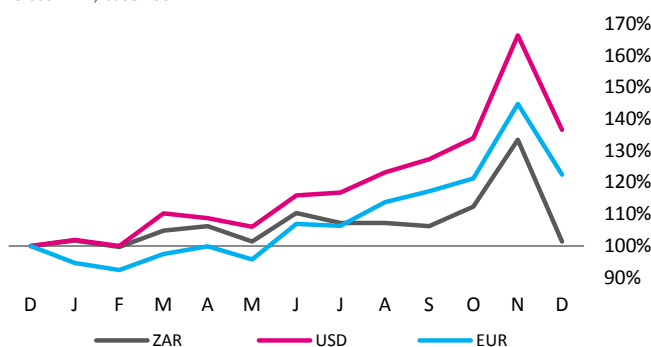
Face a um crescimento do nível de liquidez do sistema, e atendendo ao potencial inflacionista, o regulador actuou no mercado no sentido de restringir a liquidez. Consequentemente ao aumento significativo do coeficiente de reservas obrigatórias a liquidez do sistema alterou-se substancialmente, embora esse efeito tenha sido atenuado com a publicação do despacho do Banco de Moçambique que torna elegíveis para as operações de “Open Market” as Obrigações do Tesouro de taxa fixa.



Evolução das principais divisas face ao metical

O ano de 2015 confirmou a tendência do último trimestre do ano anterior caracterizado por uma forte instabilidade do metical face às principais divisas internacionais, consubstanciada na acentuada e contínua desvalorização da moeda moçambicana face ao dólar Norte-Americano ao longo de quase todo o ano, só atenuada no mês de Dezembro, pelo pacote de medidas adoptadas pelo Banco de Moçambique com o objectivo de repor a estabilidade. Segundo o Banco de Moçambique, a elevada

Evolução das principais divisas
Versus MZN, base 100



Taxas de referência do Banco de Moçambique no final de 2015
USD/MZN 45.90, EUR/MZN 50.04 e ZAR/MZN 2.94.

volatilidade da taxa de câmbio, que caracterizou o ano de 2015, “traduz o efeito dos choques exógenos que têm estado a afectar a economia moçambicana desde os finais de 2014, nomeadamente o contínuo fortalecimento do Dólar americano no mercado internacional, a queda dos preços internacionais das principais mercadorias que Moçambique exporta, bem como a redução do investimento directo estrangeiro e do fluxo de ajuda externa, que tem estado a provocar um agravamento do défice da balança de pagamentos do País”.

Ao longo do ano de 2015, o Estado emitiu 8.353.418.500 de Meticais em Obrigações do Tesouro de taxa fixa nas maturidades de 3 e 4 anos. A taxa destas emissões variou entre 10,00% e 10,50%.

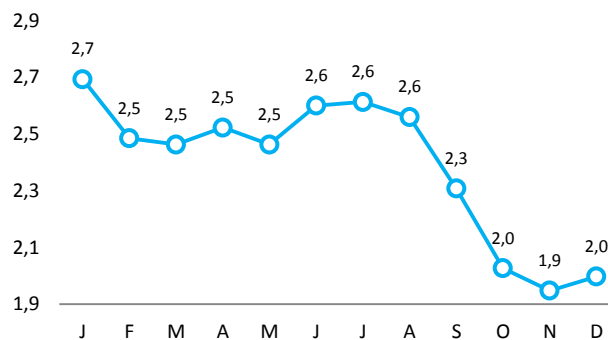
No segmento de taxa variável há a registar a emissão de 8.170.752.000 Títulos de Reembolso – 2015 pela República de Moçambique numa operação de titularização da dívida do IVA às empresas exportadoras, liderada pelo BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. e pelo Moza Banco, S.A.

Evolução do saldo das reservas internacionais líquidas 2015

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) passaram de USD 2.861,5 milhões em 2014 para USD 1.997,4 em 2015. No final do ano, o saldo das Reservas Internacionais Brutas correspondia a 3,84 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, quando excluídas as operações dos grandes projectos.

Reservas Internacionais Líquidas

Mil milhões de USD



O BANCO

A Rede do Millennium bim

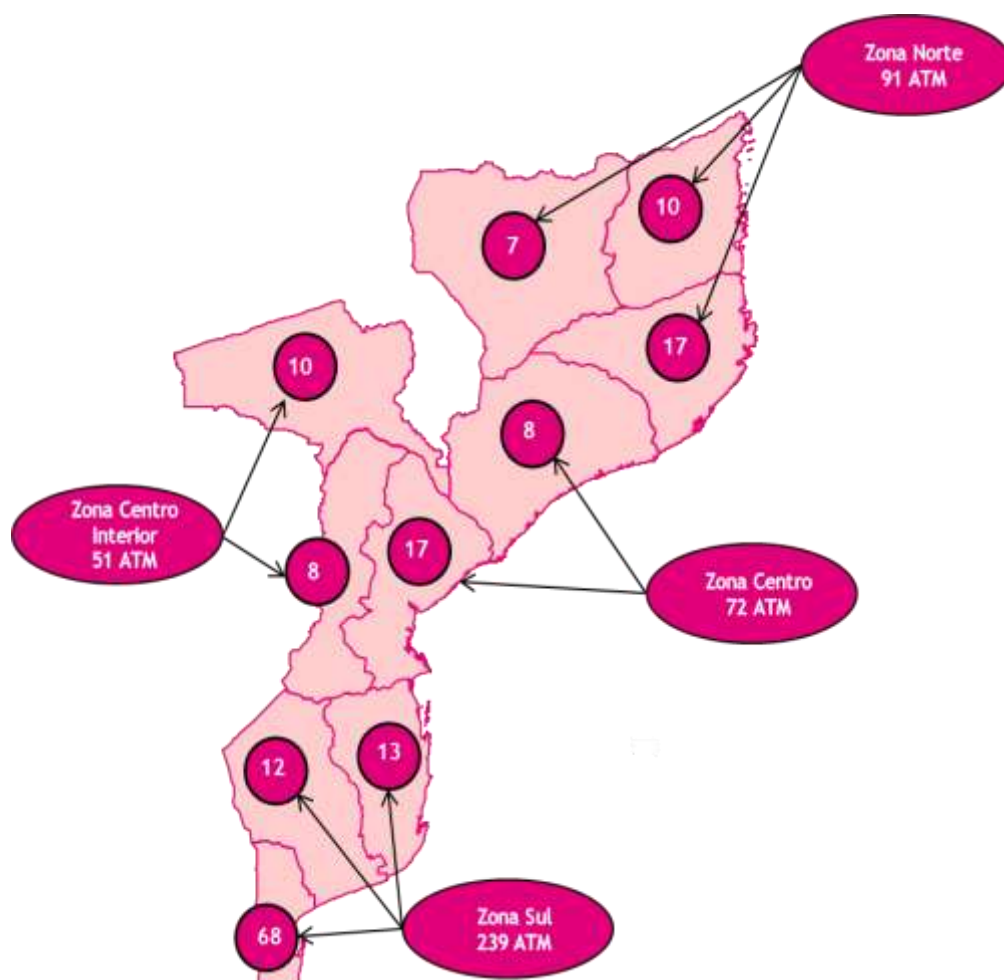
Rede

Distribuição por zona de presença

	Cientes	Balcões	ATM	POS
Zona Norte	251.640	33	91	879
Zona Centro Interior	153.305	18	51	495
Zona Centro	216.755	25	73	806
Zona Sul	832.228	93	243	5.088
Total	1.453.928	169	458	7.268

Rede de balcões e ATM

Distribuição por província e por zona de presença



Visão, Missão, Valores e Estratégia

Visão

O Millennium bim é um Banco universal, que aposta na criação de valor a todos os segmentos de mercado, procurando ter uma presença assente na excelência, qualidade e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros. Procura ser um Banco de referência no serviço ao Cliente e tem como um dos seus principais objectivos atingir um nível de eficiência superior, traduzido no compromisso de continuar a melhorar o seu rácio de eficiência através de uma gestão criteriosa do capital e dos custos.

Missão

Contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro e da economia moçambicana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras dos diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores.

Valores da Empresa

O Grupo Millennium bim rege-se pelo Respeito pelas pessoas e instituições, operando com Vocação de Excelência num óptica contínua de Enfoque no Cliente, numa relação mútua de Confiança e seguindo claros padrões de Ética e Responsabilidade.

Estratégia

- Contribuição empenhada para o relançamento da bancarização da economia moçambicana;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os Clientes;
- Expansão da base de Clientes e dos patrimónios sob gestão nas áreas de negócio tradicionais;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- Posicionamento na vanguarda, através da exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias;
- Consolidação da liderança tecnológica sectorial e regional;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez financeira;
- Valorização, motivação e compensação dos Colaboradores;
- Maximização de valor para os Accionistas;

Responsabilidade Social

Programa de responsabilidade social – Mais Moçambique pra Mim

O programa de responsabilidade social do Millennium bim, planeado, coerente e possível de concretizar é um investimento no presente, com uma visão estratégica a médio e longo prazo. É preciso assegurar as condições necessárias para que as comunidades a quem os projectos se dirigem se sintam como parte deste movimento que pretende responder às situações mais enfraquecidas da sociedade moçambicana.

Criado em 2006, o programa de responsabilidade social “Mais Moçambique pra Mim” expressa o posicionamento que o Banco tem no compromisso para com a comunidade. As iniciativas desenvolvidas são projectadas e dinamizadas sempre em conjunto com entidades locais, da sociedade civil ou governamentais, que conheçam verdadeiramente as necessidades e ambições dos destinatários de cada acção.

“Mais Moçambique pra Mim” desenvolve projectos estruturantes e de abrangência nacional, que proporcionam às comunidades a possibilidade de objectivar e realizar planos para um futuro melhor. O compromisso assumido pelo Banco com o programa de responsabilidade é continuar a desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento social do país, com acções que contribuam, efectivamente, para melhorar a qualidade de vida das populações, não sendo acções de filantropia isoladas.

A conservação e preservação do ambiente tem merecido destaque nas acções desenvolvidas pelo Millennium bim, tendo tomado a iniciativa no seu quotidiano de inserir boas práticas de gestão ambiental. Paralelamente, o Banco tem apoiado e desenvolvido iniciativas que contribuem para a consciencialização das comunidades locais sobre a problemática ambiental e a melhoria da qualidade de vida, das quais a educação ambiental nas escolas tem assumido papel preponderante.

Princípios orientadores da responsabilidade social do Banco

O Banco subscreve, desde 2003, os princípios do Pacto Global da Nações Unidas e do Fórum Empresarial para o Meio Ambiente (FEMA).

O Pacto Global procura contribuir para a construção de um mercado global mais sustentável, através da partilha de valores que permitam o acesso a oportunidades pelas populações mais pobres e vulneráveis, solicitando às empresas aderentes que adoptem, apoiem e promovam na sua esfera de influência um conjunto de valores-chave nas áreas dos Direitos Humanos, Normas Laborais, Ambiente e Combate à Corrupção.



O FEMA tem como principais objectivos consciencializar a comunidade empresarial para a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente; servir de interlocutor do Governo em representação do sector empresarial para assuntos de política ambiental; promover o interesse pela protecção do meio ambiente e pela saúde pública e apoiar os sectores da Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e respectivas associações, na resolução dos problemas ambientais.

Na sequência da adesão aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, o Millennium bim tem desenvolvido e divulgado os princípios orientadores para a defesa dos direitos humanos, do trabalho e do meio ambiente.

Acções em 2015

No ano transacto, o Millennium bim desenvolveu, uma vez mais, variados projectos no âmbito do programa “Mais Moçambique pra Mim”, actuando nas áreas do Desporto, Educação, Saúde, Cultura e Ambiente.

Desporto

Os principais desafios colocados nas actividades desportivas apoiadas pelo Millennium bim centram-se na formação, convívio e transmissão de valores determinantes no crescimento de uma criança, assim como em alertar a população para a importância da actividade física e a necessidade de manter um estilo de vida saudável.

Torneio Mini Basquete Millennium bim 2015

Em 2015, realizou-se a 10.ª edição do Torneio Mini Basquete Millennium bim. A competição envolveu 1.750 atletas, rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, que durante oito semanas viveram uma oportunidade ímpar de partilha de conhecimentos e ensinamentos através da prática desportiva.

Oriundas de escolas, bairros e clubes das cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Matola, Nacala, Nampula, Chimoio, Xai-Xai e Beira, estas crianças puderam partilhar com treinadores, monitores e professores uma experiência de vida única para o seu crescimento, começando a despontar e desenvolver as suas capacidades técnicas durante a realização desta prova.

O Torneio de 2015 ficou marcado pela presença de figuras importantes deste desporto em Moçambique, como foi o caso da capitã da Selecção Nacional de Basquetebol Feminino, Deolinda Ngulela, que foi a responsável pelo aquecimento dos jovens e abriu oficialmente as oito semanas de competição.

Nesta 10.ª edição, a Federação Moçambicana de Basquetebol, através do Comité Moçambicano de Mini Basquete e do Clube Ferroviário de Maputo, voltou a ser o grande parceiro da iniciativa desportiva, que conta ainda com o apoio de escolas, clubes, bairros e associações de basquete das cidades que participam no torneio.

Uma vez mais, a Seguradora Ímpar ofereceu o seguro a todos os participantes, assim como a presença em todos os campos de um massagista, para garantir a assistência aos atletas durante o torneio. A Seguradora foi também a responsável por premiar todos os atletas, como reconhecimento da sua prestação nesta prova. Com o objectivo de reforçar o apoio ao desenvolvimento do desporto escolar, ofereceu ainda material desportivo a vários estabelecimentos de ensino, proporcionando a prática desta modalidade a várias crianças.

No evento de encerramento, onde houve lugar à tradicional entrega de prémios aos participantes, marcaram presença S. Ex.ª o Ministro da Juventude e Desportos, Alberto Nkutumula, S. Ex.ª o Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, Jorge Ferrão, S. Ex.ª a Governadora da cidade de Maputo, Iolanda Cintura.

A presença de altas individualidades no encerramento do Torneio Mini Basquete Millennium bim é o reconhecimento da importância desta prova na promoção da modalidade e do seu papel aglutinador, evidenciado nas iniciativas realizadas nas várias províncias do país. Ao longo das 10 edições, já participaram no torneio cerca de 13.000 crianças.

Corrida Millennium bim

Apesar da chuva forte que se fez sentir, foram muitos os atletas que marcaram presença na 10.ª edição da Corrida Millennium bim.

Com o objectivo de fomentar o desenvolvimento do atletismo e contribuir para a identificação de novos talentos, este evento desportivo contou com a participação de cerca 1200 atletas em várias categorias: nacionais e internacionais, portadores de deficiência física, bem como amantes da prática de exercício físico, que se juntaram para divulgar a modalidade, a importância da actividade física e a necessidade de ter um estilo de vida saudável.

Educação

Ao apostar na educação, o Millennium bim acredita que todo o investimento realizado na comunidade terá efeitos multiplicadores a médio e longo prazo. Os projectos desenvolvidos com escolas primárias e secundárias focalizam essencialmente o papel que o jovem tem na disseminação de boas práticas de cidadania.

No âmbito da educação, pretende-se actuar em áreas pedagógicas que permitam o crescimento estruturado das crianças e a consciencialização das suas obrigações enquanto cidadãos. Assim, o trabalho desenvolvido em parceria com as escolas primárias e secundárias do país tem como grandes objectivos contribuir para a inclusão financeira dos mais jovens, dando-lhes a conhecer conceitos financeiros e a importância de poupar, alertar para as regras de trânsito e despertar em cada um a consciência do seu papel na preservação do meio ambiente.

“Uma Cidade Limpa pra Mim – Recicla e Ganha”

O projecto “Uma Cidade Limpa pra Mim – Recicla e Ganha” pretende incutir nos alunos novos hábitos no tratamento do lixo, apostando na temática da reciclagem e na sua importância para a limpeza da cidade.

Durante os seis meses do projecto, foram realizadas várias actividades para promover princípios de sustentabilidade: reduzir, reutilizar e reciclar.

Os Clubes do Ambiente, espaços dinamizados por técnicos da Associação Moçambicana de Reciclagem (AMOR), foram criados com o objectivo de estimular nos jovens a necessidade de preservar o ambiente. Alunos e professores realizaram várias iniciativas que mostraram a importância do papel da criança enquanto cidadão na sua relação com o meio ambiente.

Cada escola tem no seu recinto uma estação de reciclagem, onde é feita a correcta triagem do lixo que alunos e professores depositam diariamente e que posteriormente é pesado e recolhido. Num exemplo de esforço colectivo, as escolas recolheram mais de oito toneladas de papel, plástico e latas.

A Praça do Destacamento Feminino serviu de palco para o encerramento da edição de 2015. Na presença de alunos, professores e de vereadora de Município da cidade de Maputo, inaugurou-se a árvore de Natal. A árvore, com seis metros de altura, foi construída a partir de 6.000 garrafas de plástico recolhidas e reaproveitadas, ao longo do ano, nos Clubes do Ambiente.

Ainda no âmbito deste projecto, foram oferecidos à Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo (FEIMA) caixotes do lixo pintados por artistas associados, que criaram verdadeiras obras de arte.

As várias actividades alertam os jovens para a importância do seu comportamento na adopção de boas práticas ambientais e no seu papel influenciador na mudança de hábitos nas suas casas, mostrando que, juntos, se pode fazer a diferença na redução do lixo urbano e contribuir para a construção de um Moçambique melhor.

“Campanha de Segurança Rodoviária 2015”

A Semana Mundial das Nações Unidas Sobre Segurança de Trânsito marcou o início da 6.ª edição do projecto escolar “Campanha de Segurança Rodoviária”. Esta iniciativa é promovida anualmente pela Seguradora Ímpar, em parceria com o programa de responsabilidade social “Mais Moçambique pra Mim” do Millennium bim, o Departamento de Trânsito da Polícia da República de Moçambique (PRM) e o Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER).

Com o objectivo de formar e capacitar os professores do ensino primário que leccionam a disciplina de Educação Cívica com os conteúdos relacionados com a prevenção rodoviária, realizou-se um workshop subordinado ao tema “O papel das escolas na prevenção de acidentes rodoviários”. Neste evento, 150 docentes e técnicos especializados na área da prevenção rodoviária falaram das boas práticas que ajudam a prevenir e a combater o flagelo dos acidentes.

À semelhança das edições anteriores, agentes destacados da Polícia de Trânsito realizaram palestras em escolas primárias da cidade de Maputo, onde, em ambiente de grande interactividade, foram abordados temas que contribuem para a sensibilização dos mais novos, no que diz respeito à necessidade de adoptar uma atitude e comportamento responsáveis nas estradas.

Pela primeira vez, realizaram-se palestras em mercados e no Terminal de Transportes das cidades de Maputo e Matola, com vista a abranger um público-alvo diferente, formando e alertando vendedores, transportadores e outros trabalhadores dos mercados sobre os perigos da estrada e forma de actuação para os evitar.

Olimpíadas Bancárias Millennium bim

A 6.ª edição das Olimpíadas Bancárias Millennium bim envolveu 400 alunos de escolas secundárias. Após a realização de um exame escrito, foram apurados os 20 estudantes com melhores resultados, os quais representaram na final as dez escolas participantes.

Este projecto de literacia financeira cria momentos propícios para a discussão e apresentação de dúvidas e sugestões relativamente aos temas abordados. Exemplo disso foi o workshop sobre Empreendedorismo e Poupança, onde os 20 finalistas e professores de escolas secundárias de Maputo e Matola esclareceram preocupações e dúvidas que lhes são pertinentes.

Na grande final das Olimpíadas Bancárias Millennium bim 2015, que contou com a presença de S. Ex.^a o Ministro da Educação e Desenvolvimento, sagrou-se vencedora a Escola Secundária Santa Ana da Munhuana. As três melhores escolas foram premiadas com o espaço “Mais Conhecimento para Todos”, um lugar apropriado para o estudo, onde o mobiliário, os computadores e os livros oferecidos criam condições adequadas para a análise e pesquisa dos temas abordados nestas Olimpíadas. Os alunos receberam também diversos prémios, entre os quais a abertura de contas no Millennium bim.

Dia Mundial da Poupança

Alusivas às comemorações do Dia Mundial da Poupança, e inseridas nas actividades impulsionadas pelo Banco de Moçambique, realizaram-se várias acções de carácter pedagógico, implementadas em escolas e Balcões.

As actividades decorreram em Outubro e permitiram aos alunos de 36 escolas primárias e secundárias assistir a um programa intenso sobre matérias de economia e poupança. Além da realização de acções de sensibilização, os estudantes foram desafiados a decorarem a sua escola com trabalhos manuais feitos com material reciclado e com mensagens alusivas à poupança. Foram ainda realizados concursos que os estimulavam a criar um plano para atingir os seus objectivos, nomeando o que tinham de fazer para poupar dinheiro. Os melhores trabalhos foram premiados.

Em paralelo, o Banco promoveu também na sua rede de balcões, em todo o país, uma campanha com distribuição de folhetos e cartazes a difundir a poupança.

Projecto “Escola Millennium bim”, em parceria com a ADPP

O Millennium bim estabeleceu uma parceria com a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Cidadela das Crianças (ADPP), com vista a apoiar o ensino escolar e incentivar o empreendedorismo, melhorando a formação profissional ministrada por esta instituição. Ao abrigo deste apoio, os alunos tiveram a oportunidade de aprender costura e carpintaria. Esta iniciativa pretende dotar os jovens estudantes de mais conhecimento e apoiar no desenvolvimento de actividades que vão permitir uma gestão mais sustentável da instituição.

Azgozito – Festival de Música

O Millennium bim voltou a ser o patrocinador principal do Festival de música AZGO. No projecto Azgozito, as crianças tiveram um espaço dedicado a si, onde assumiram o papel de verdadeiros “artistas”. Participaram em workshops de reciclagem, aprenderam técnicas de pintura ministradas por pintores moçambicanos consagrados e ainda partilharam experiências na área da música com alguns dos artistas que actuaram no festival.

Saúde

O contributo nesta na área traduz-se no apoio à execução de iniciativas, tanto de longa duração como solicitações de intervenção imediata, que proporcionem maior qualidade ao sistema de saúde moçambicano.

Capacitação do Hospital Central de Maputo

O Millennium bim, a Fundação Millennium bcp, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Camões - Instituto de Cooperação e da Língua I.P. e o Ministério da Saúde são parceiros no projecto “Atenção integrada ao doente oncológico - Reforço da capacidade institucional do Hospital Central de Maputo”.

Este projecto foi lançado em 2014 e decorrerá até 2016, numa acção concertada com várias instituições portuguesas. O objectivo é contribuir para melhorar os cuidados integrados ao doente oncológico no Hospital Central de Maputo, através da melhoria do rastreio, diagnóstico, tratamento e registo das doenças oncológicas. Neste âmbito, prevê-se a intervenção em sete serviços do Hospital Central de Maputo: Oncologia, Anatomia Patológica (responsável pelo diagnóstico anatomopatológico de toda a zona Sul do país), Radiologia, Unidade da Dor, Anestesiologia, Farmácia e Patologia Clínica (laboratório de análises clínicas e Banco de Sangue).

Cultura

Através do apoio e promoção de manifestações de criação artística, o Banco assume o seu claro compromisso para com o desenvolvimento da cultura e artes moçambicanas.

Núcleo de Arte

Mecenas exclusivo do Núcleo de Arte desde 2013, o Millennium bim continuou a apoiar a divulgação das várias manifestações de criação artística neste espaço cultural.

Ambiente

O Millennium bim tem apoiado e desenvolvido projectos para a consciencialização das comunidades locais sobre a problemática ambiental, assim como iniciativas que têm o propósito de preservar o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Parceria com a AMOR - Projecto de Reciclagem

Pelo 6.º ano consecutivo, o Millennium bim foi o principal parceiro da Associação Moçambicana de Reciclagem (AMOR). Referência no que respeita à reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, esta associação realiza a recolha selectiva do lixo urbano, contribuindo para a redução da carga de gestão de lixo por parte dos municípios das cidades de Maputo e Matola. São cerca de 120 toneladas de resíduos por mês, o que representa uma poupança significativa de recursos naturais e de CO₂ emitido.

Através do projecto “Óleo usado, Biodiesel reciclado”, é ainda feita a recolha em grandes unidades do óleo usado pela restauração. Semestralmente, estes resíduos dão origem a um total de 180 litros de biodiesel, que é usado nos camiões da AMOR.

Voluntariado

O compromisso de ser um agente activo no desenvolvimento social de Moçambique é assumido pelos Colaboradores do Millennium bim através de um projecto de voluntariado, com acções de interesse social e comunitário. A possibilidade de participarem nestas iniciativas é encarada como uma contribuição que cada um pode dar para o desenvolvimento económico e social do país.

Millennium bim Responsável - Voluntariado Empresarial

Em 2015, realizaram-se três acções:

- Campanha Millennium bim Solidário – Apoio às vítimas das cheias

Em resposta às fortes intempéries que afectaram gravemente o Centro e Norte do país, o Banco e os seus Colaboradores mobilizaram-se num gesto solidário de apoio às vítimas das cheias, tendo lançado, a nível nacional, a campanha “Millennium bim Solidário”.

A mobilização dos Colaboradores do Millennium bim e da Seguradora Ímpar em torno deste gesto solidário foi exemplar: quer a campanha de recolha de bens de primeira necessidade, quer os donativos em numerário demonstraram o empenho que todos tiveram em contribuir para melhorar as condições de vida das populações afectadas.

O resultado desta iniciativa permitiu recolher mais de uma tonelada e meia de bens de primeira necessidade, como mantas, roupas, calçado, brinquedos e material escolar.

Paralelamente, o Millennium bim juntou-se aos seus Colaboradores neste acto solidário e doou 1 milhão de meticais ao Governo da Província da Zambézia.

A oferta de meios e bens ao Governo da Província da Zambézia permitiu apoiar directamente as acções de assistência humanitária, bem como a rápida reconstrução de infra-estruturas de primeira necessidade.

- Unidade de Hemato-oncologia Pediátrica do Hospital Central de Maputo

A unidade de Hemato-oncologia Pediátrica do Hospital Central de Maputo, que continua a ser o único serviço no país a receber crianças vindas de todas as províncias, foi o local escolhido para mais uma acção de voluntariado.

Após três semanas de trabalho efectuado por técnicos especializados da construção civil, o qual consistiu na reparação de janelas, pintura das paredes, substituição do chão e reconstrução de áreas danificadas de alguns sectores desta unidade, iniciou-se a acção de voluntariado.

Assim, num sábado, 38 Colaboradores estiveram, juntamente com médicos e enfermeiros, a limpar e arrumar todo o equipamento médico, a montar o mobiliário oferecido, a decorar as paredes, tornando-as mais alegres, e a brincar com as crianças internadas.

- Centro Piloto de Acolhimento de Infulene

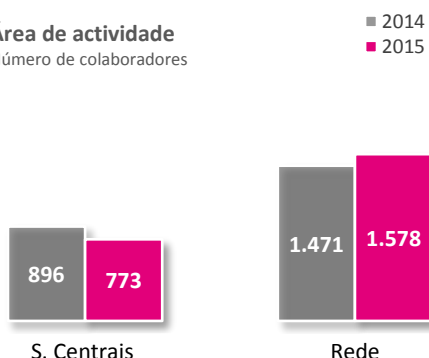
Situado a 15 km da cidade de Maputo, este centro acolhe crianças órfãs desde 2003 e alberga actualmente 40 rapazes e 20 raparigas com idades compreendidas entre os 7 e os 20 anos.

Foi um dia intenso de trabalho, mas também de muita partilha. Participaram 40 Colaboradores e familiares, que, distribuídos por várias actividades, conseguiram melhorar as condições de habitabilidade das crianças que residem na instituição.

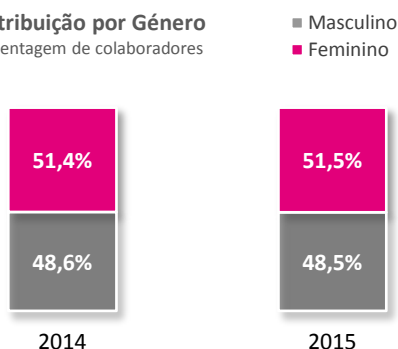
A sala de actividades, o campo de jogos, os quartos e o refeitório foram alguns dos locais onde se efectuaram obras de remodelação. Foram ainda doados colchões, roupa, livros, brinquedos, e material escolar e desportivo, entre outros bens. No final, os voluntários foram presenteados com cânticos de Natal.

ACTIVIDADE DO MILLENNIUM BIM EM 2015

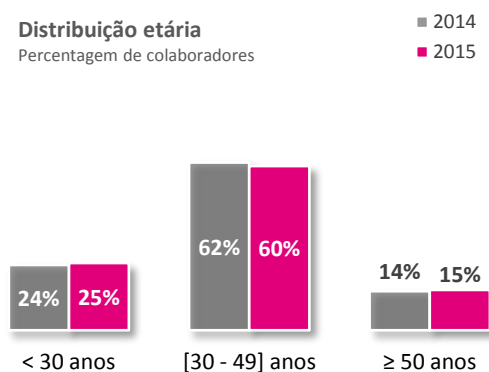
Área de actividade
Número de colaboradores



Distribuição por Género
Percentagem de colaboradores



Distribuição etária
Percentagem de colaboradores



Colaboradores

O Millennium bim acredita que os seus colaboradores são um factor essencial de diferenciação no mercado, e que estes, devidamente alinhados com os valores e cultura corporativos, desempenham um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento da organização.

Iniciativas estratégicas

O Millennium bim, numa perspectiva de acompanhamento dos seus Colaboradores, deu continuidade aos programas de formação com vista ao reforço da qualificação do seu quadro em competências técnicas e comportamentais.

Tendo presente as exigências do mercado financeiro e a necessidade de recrutar quadros com perfis adequados às funções desempenhadas, envolvidos com a cultura e política da organização, houve no processo de selecção e recrutamento continuidade nos métodos e práticas de selecção diferenciadas que permitiram um maior rigor nos resultados. Mais ainda, os programas de estágio e de bolsas de estudo contribuíram para o sucesso no recrutamento de jovens com potencial para a organização.

Paralelamente, foi dada continuidade ao projecto MilleTalento, que visa uma abordagem diferenciadora no recrutamento e acompanhamento de JEP's (Jovens de Elevado Potencial).

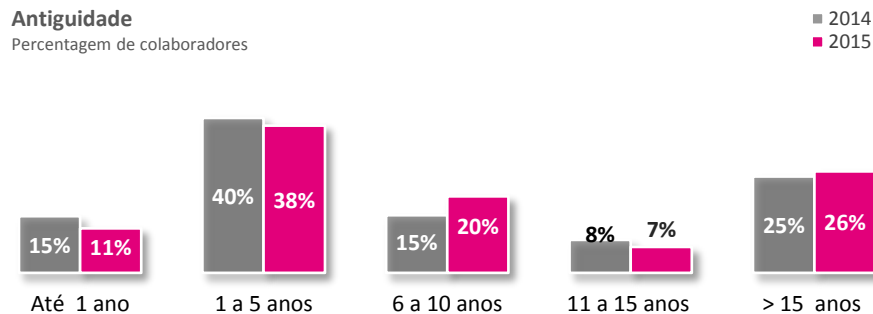
Gestão de pessoas e formações

Com vista a atingir os objectivos e estratégias definidas através da valorização do seu quadro de pessoal, em 2015 o Millennium bim deu continuidade à sua política de gestão e acompanhamento de carreiras dos Colaboradores, tendo como ferramenta fundamental para o sucesso deste processo a avaliação de desempenho.

O Millennium bim reforçou o seu quadro de pessoal, para colmatar a necessidade de vagas e saídas do quadro, admitindo 132 novos Colaboradores e passando para 2.351 o número de efectivos no final do ano.

A avaliação de desempenho é fundamental para o reconhecimento e a motivação dos colaboradores. Em 2015 foram avaliados 2.254 Colaboradores de um total de 2.351, perfazendo assim um grau de realização de 95,9%.

Atentos à importância da formação no conhecimento das políticas e cultura da organização, o Millennium bim tem vindo a desenvolver programas de formação específicos com um aumento de horas em relação aos anos anteriores. No ano de 2015 foram ministradas 68.696 horas de formação a 1.936 colaboradores, correspondente a 82% dos colaboradores do Millennium bim.



Saúde

No âmbito dos cuidados de saúde administrados aos Colaboradores foram agregados aos acordos existentes o fornecimento de novos serviços, no sentido de melhorar e ampliar a assistência ao Colaborador e familiares directos.

A crescente preocupação com a segurança e a necessidade de uma rápida intervenção em caso de incidente com saúde no local de trabalho contribuiu para a reintrodução do módulo de formação em primeiros socorros.

No âmbito da segurança no trabalho e com vista à preparação para situações de emergência, foram treinados Colaboradores para apoiar na evacuação dos edifícios.

Mais especificamente no âmbito da política de prevenção do HIV foi dada continuidade à sensibilização nas várias Províncias e acompanhamento dos casos reconhecidos.

Análise das áreas de negócio

Em 2015, o Banco manteve a sua estratégia enfocada no fortalecimento da sua proposta de valor, nomeadamente nos canais automáticos, onde foram disponibilizados novos serviços financeiros que respondem às necessidades dos diferentes segmentos de Clientes.

O número de Clientes activos no canal mobile cresceu 32% atingindo no final de 2015 os 333 mil Clientes. Em termos transaccionais, a plataforma do Banco registou em Dezembro um volume superior a 7 milhões de transacções, o que representa um crescimento de 66% face ao mês homólogo do ano anterior.

Com mais de 1 milhão e 450 mil Clientes, 1 milhão e 200 mil cartões, uma rede instalada de 458 ATM e 7.268 POS, os canais automáticos do banco registaram em Dezembro de 2015 um volume superior 14,5 milhões de transacções, sendo que o canal Mobile já representa cerca de 50% deste valor.

A facilitação do acesso aos serviços financeiros concorre fortemente para um dos principais vectores de actuação do Millennium bim: a bancarização em Moçambique.

Inovação em 2015

No ano de 2015 o Millennium bim continuou a inovar no que respeita aos seus sistemas de informação, com o objectivo de disponibilizar aos seus Clientes um serviço de excelência, em linha com as melhores e mais recentes práticas de tecnologias de informação e segurança, tendo lançado o serviço Verified by Visa (VbV) que permite validar a autenticidade do titular do cartão no acto de uma compra efectuada na internet (*e-Commerce*).

Na sequência do sucesso do Millennium IZI, têm vindo a ser implementadas diversas melhorias que têm proporcionado um serviço cada vez mais completo, simples de utilizar e apetecível para os Clientes.

No último trimestre de 2015 foi introduzida no Millennium IZI uma nova transacção, **Manda Mola para Celular**. Através desta modalidade de transferência de valores os nossos Clientes podem transferir dinheiro para qualquer número de celular. Esta transacção permite que os beneficiários destas transferências, mesmo sem conta prévia no Millennium bim ou em qualquer outra instituição de crédito, criem facilmente a sua Conta de Moeda Electrónica (CME), a Conta IZI. A CME possibilita a utilização de todas as funcionalidades oferecidas pelo IZI, entre as quais consultas, compra de recargas, transferências ou levantamentos em ATM.

Banca de Retalho

Em 2015, a abertura de novos balcões continuou a ser parte integrante e prioritária da estratégia de expansão da rede comercial do Millennium bim. A banca de retalho representa uma forte componente do negócio pelo que a estratégia de abertura de novos balcões em todo o país é um importante factor de aproximação do Banco às populações não bancarizadas e de descongestionamento dos balcões já existentes. Prosseguiu-se com a estratégia de descentralização das Direcções Comerciais permitindo assegurar uma maior proximidade aos Clientes e um ganho de eficiência operacional no tratamento das transacções.

Também em 2015, o Banco lançou o Millennium bim Já Já, um serviço bancário que permite prover, através da figura do agente bancário, um conjunto de serviços financeiros às populações das zonas

rurais, substituindo os meios tradicionais, através do uso do POS (lojas, mercearias, postos de correios, etc.). Com este serviço, e através de uma rede de Agentes Já Já que o Banco vem a expandir, populações de zonas com difícil acesso a instituições financeiras podem fazer depósitos, transferências, compra de recargas de celular e de electricidade, levantamentos, consulta de saldo e pagamento de serviços.

No final do ano, o Banco estabeleceu uma parceria exclusiva com os Correios de Moçambique para, em complemento à distribuição de serviços postais, disponibilizar nas suas agências produtos e serviços bancários, tendo como objectivo promover a bancarização e inclusão financeira das populações mediante a integração de balcões ou implementação de agentes bancários. Paralelamente, esta parceria contribuirá também para a requalificação do património imobiliário dos Correios de Moçambique.

Com a concretização de parcerias como esta, o Millennium bim está, uma vez mais, na vanguarda do desenvolvimento do sector bancário Moçambicano. O objectivo do Banco é continuar na senda da inovação, facilitando aos seus Clientes, o acesso aos melhores produtos e serviços.

Prestige

Lançado em 2012, o segmento Prestige, Clientes Particulares Affluent e Empresas manteve o foco no serviço de excelência aos seus Clientes espalhados por 22 espaços de atendimento Prestige, que asseguram uma cobertura em todas as províncias de Moçambique.

Os espaços Prestige, com uma estética e “design” distintivos, centrados no conforto e conveniência do atendimento, disponibilizam um atendimento personalizado através da figura do Gestor de Cliente com um serviço de excelência sempre focalizado na satisfação das necessidades financeiras dos Clientes.

Paralelamente, no final do ano, o Millennium bim assinou com o Banco Europeu de Investimento (BEI) dois contratos para a obtenção de *funding* com vista à concessão de crédito a Pequenas e Médias Empresas. Estas fontes de financiamento irão apoiar o desenvolvimento do tecido empresarial moçambicano, nomeadamente o servido pela rede Prestige.

Corporate

Durante o ano de 2015, a rede Corporate continuou a dar sequência ao processo de ajustamento iniciado no ano anterior e que se manterá em 2016.

O serviço prestado aos Clientes servidos por esta rede pauta-se por um padrão elevado de qualidade, dadas a exigência e a sofisticação típicas do segmento. Assim, o Millennium bim tem procurado, de forma constante, dotar as equipas Corporate dos profissionais e dos instrumentos técnicos e operacionais necessários à obtenção de níveis elevados de satisfação, medidos pelos inquéritos frequentes efectuados junto dos Clientes.

Os resultados deste segmento de negócio continuam a ser uma razão de orgulho, já que o Banco mantém a preferência das principais empresas moçambicanas.

Banca Electrónica

Em 2015, o Millennium bim continuou a expansão da rede de distribuição automatizada, tendo introduzido 18 novas ATM e 1.259 novos POS que representam um crescimento de 4% e 21%, respectivamente.

Foi reforçado o processo de integração na rede SIMO, (Sociedade Interbancária de Moçambique). O projecto de ligação à SIMO avançou significativamente em 2015, havendo já ATM instaladas, para além da totalidade do parque de POS correr no ambiente tecnológico desta sociedade. No decorrer de 2016 está prevista a migração total do parque de ATM e POS do Millennium bim.

Com vista a assegurar uma melhoria contínua na qualidade e fiabilidade do serviço de POS, foi reforçado o acompanhamento comercial de comerciantes com POS, e respectiva assistência técnica, complementando-o com melhorias significativas no software das máquinas POS.

Operações e Sistemas de Informação

2015 foi um ano em que a inovação e o investimento em iniciativas maioritariamente tecnológicas voltaram a estar presentes, nomeadamente com a melhoria e upgrade de várias aplicações e o desenvolvimento de novas. Para além de permitir disponibilizar mais e melhor oferta aos seus Clientes, a estratégia seguida traduziu-se ainda na melhoria da eficiência operativa, através de um fluxo de trabalho mais controlado e eficiente. Estes são factores imprescindíveis na prossecução de um serviço de excelência, enquadrado nas melhores e mais recentes práticas de tecnologias de informação, e que veio consolidar o Millennium bim como uma referência no mercado. Neste âmbito, destaque para:

- **Projecto PCI/DSS.** Criado pela Visa, Mastercard, Discover e American Express, o PCI/DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard*) é um conjunto de regras, normas e procedimentos standardizados com vista à optimização da segurança das transacções com cartões, e protecção dos titulares dos mesmos contra utilização fraudulenta. O Millennium bim foi certificado pela Trustwave para a nova versão PCI/DSS 3.1, depois de em 2014 ter sido certificado para a versão 2.0.
- **Revamping dos Workflows,** que visa a modernização dos Workflows utilizados pelos balcões do Banco, através do incremento da sua facilidade de utilização, bem como de alterações a nível de fluxo, conforme recomendações do Basileia II.
- **Internet Banking (Millenet).** Esta solução, desenvolvida em articulação com o Millennium bcp, substituiu o antigo bimnet para todos os Clientes. Durante o ano de 2015 foram introduzidas melhorias importantes, como a chamada telefónica robot com informação do código para confirmação de transacção nas situações em que o SMS de confirmação não chega ao destinatário, melhorias várias ao nível de Trade Finance e a ligação com as contas CME.
- **Projecto Milleteller - Fase 2.** Este projecto visa a introdução de diversas melhorias na aplicação de caixa Milleteller, designadamente no serviço ao Cliente, pela redução nos tempos de resposta a remotas e prevenção de fraudes, entre outros.

Seguradora Internacional de Moçambique

No ano 2015, a receita de prémios da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 1.802,7 milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 2,8% face aos 1.753,0 milhões de Meticais realizados no período homólogo de 2014.

Contribuíram para esta evolução positiva da receita processada o ramo Automóvel, com um crescimento de cerca de 13,3%, influenciado positivamente pelo lançamento dos produtos Mais Auto e Iauto; o ramo Doença, que cresceu 12,3%, onde o produto PPP se destacou com o aumento das vendas via canal bancário; o ramo Acidentes de Trabalho, que cresceu cerca de 14,2%, e o Diversos, pelo impacto de prémios provenientes de investimentos em obras de grande engenharia em território nacional. Esta situação contribuiu para equilibrar o efeito da perda de negócio no ramo Incêndio, que esteve muito abaixo do expectável, decorrente da desaceleração do investimento nos projectos de gás na bacia do Rovuma.

Na análise por segmentos, destaca-se o Não-Vida, que cresceu 3,3%, em resultado do bom desempenho dos ramos Reais já acima mencionados. No segmento Vida, apesar de um modesto crescimento global, importa salientar o bom desempenho do ramo Vida Risco e, em particular, o produto CNV, que cresceu 45%, decorrente da dinamização do crédito ao nível do Millennium bim, superando as expectativas.

O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 531,9 milhões de Meticais, um crescimento de 14,6% face ao período homólogo de 2014, justificado fundamentalmente pela redução da sinistralidade líquida em 38,7%; pelo crescimento da receita nos ramos Reais, focada num *mix* de produtos com boa margem técnica, e, por outro lado, pela melhor remuneração dos Activos.

Em 2015, a Seguradora Internacional de Moçambique continuou a sua estratégia comercial de expansão ao nível dos principais polos de desenvolvimento do país, abrindo um novo Balcão em Pemba.

No Automóvel, procedemos ao lançamento, divulgação e dinamização comercial, pelos diversos meios de comunicação, de produtos pensados em linha com as necessidades do Cliente, o Mais Auto e o Iauto.

Foi realizado um evento de fidelização de Clientes com as Corretoras no mercado moçambicano, o qual teve um impacto significativo junto daqueles que consideramos parceiros estratégicos no negócio de seguros.

No contexto da nossa política de Responsabilidade Social, em 2015, reforçámos o nosso compromisso com a sociedade moçambicana ao apoiar, criar e desenvolver projectos contínuos e sustentáveis com impacto na melhoria da envolvente social. Desta feita, mais uma vez, apoiámos e participámos activamente na Campanha de Segurança Rodoviária em parceria com a Polícia da República de Moçambique (PRM).

Confirmando a solidez da Seguradora, medida pelo rácio dos seus capitais próprios e liquidez elevada, e a consistente rentabilidade ao longo dos anos, a Seguradora Internacional de Moçambique foi distinguida pela prestigiada agência Global Credit Ratings (GCR), pelo segundo ano consecutivo, com a atribuição da notação AA-, a mais alta atribuída a uma seguradora em Moçambique.

Gestão de risco

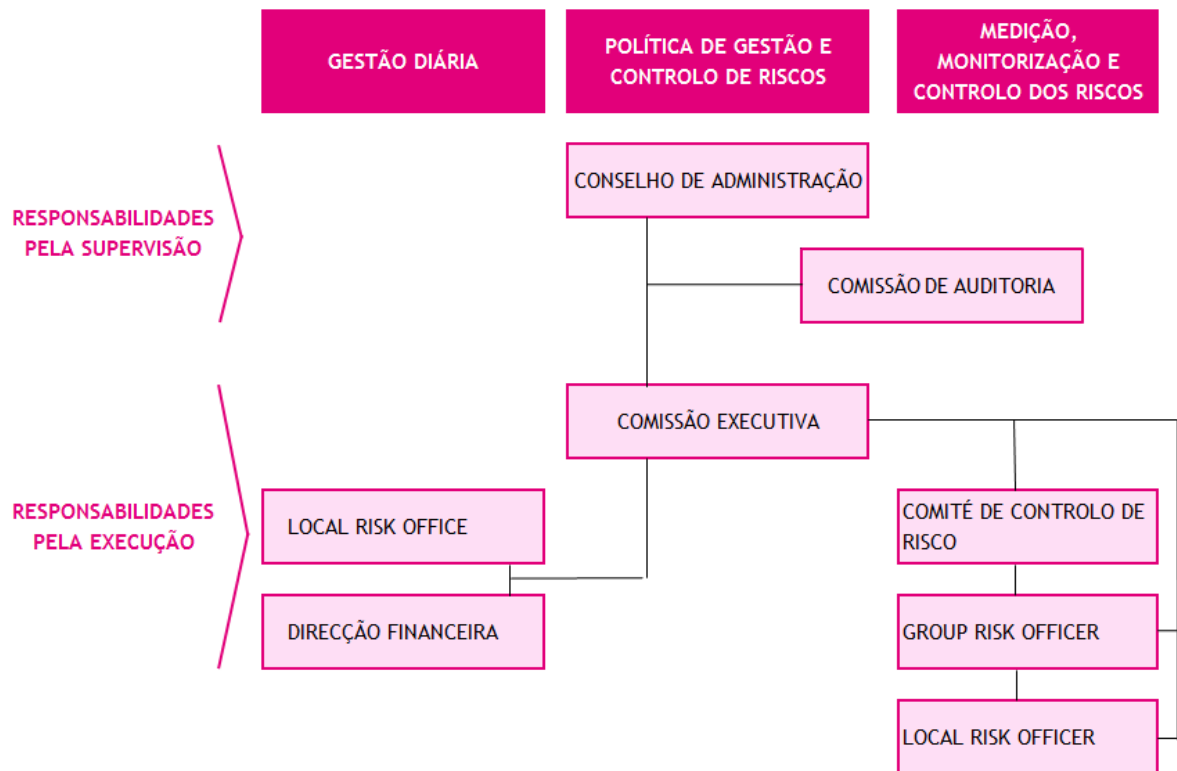
O Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do Millennium bim continuou a ser reforçado e consolidado ao longo de 2015, tanto no que se refere aos mecanismos de controlo e de monitorização dos múltiplos riscos que incidem sobre as suas actividades, bem como no que diz respeito à respectiva aferição, a diversos níveis.

As principais actividades desenvolvidas e as intervenções mais relevantes da Gestão de Risco, bem como algumas concretizações relevantes para o reforço e aperfeiçoamento do SGR do Millennium bim em 2015 foram as seguintes:

- i. Reformulação do processo de cálculo da imparidade do crédito, incluindo o redesenvolvimento do modelo de imparidade colectiva;
- ii. Lançamento do Projecto de implementação do Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process - ICAAP/Pilar II de Basileia) - no seguimento de recomendações emitidas pelo Banco de Moçambique;
- iii. Implementação efectiva do Aviso 19/GBM/2013 de 31 de Dezembro, sobre a divulgação do Relatório de Disciplina de Mercado, com efeito o Banco em Maio e Agosto de 2015 publicou o seu primeiro e segundo relatório de Disciplina de Mercado, referente a Dezembro de 2014 e Junho de 2015;
- iv. Integração, na Direcção de Auditoria, da função de validação independente de modelos internos de risco;
- v. Desenvolvimento de novos Indicadores Chave de Risco KRI's (Key Risk Indicators) para a avaliação do desempenho dos diferentes processos de crédito e para as áreas de recuperação baseados na evolução da perda esperada, reflectindo a exposição creditícia, o nível de colaterização, a antiguidade do default e o resultado do processo de recuperação;
- vi. Reforço da monitorização da qualidade do crédito através do acompanhamento sistemático pelo Comité de Controlo de Risco e da Comissão de Auditoria da evolução dos indicadores de crédito vencido, imparidade e das principais situações de risco;
- vii. Automatização dos modelos de apuramento dos valores dos activos ponderados pelo risco (Risk-Weighted Assets - RWA) a nível dos riscos de crédito, mercado (Risco Cambial) e operacional, bem como implementação de métricas para a medição do risco de taxa de juro na carteira bancária e respectiva análise de sensibilidade.

MODELO DE GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO DO MILLENNIUM BIM

O governo da gestão de risco é constituído por diversos órgãos, conforme ilustrado pela figura seguinte:



Para além do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão do risco – de gestão ou de supervisão interna – são as seguintes:

COMISSÃO DE AUDITORIA (CAud)

A CAud é composta por três membros permanentes e não-executivos do Conselho de Administração, estando sob a sua responsabilidade as matérias de fiscalização e supervisão da gestão do Banco, para além do acompanhamento das medidas qualitativas de aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno, bem como zelar pela independência do Revisor Oficial de Contas e emitir recomendação sobre a contratação de auditores externos.

É igualmente responsável pela recepção das comunicações de irregularidades apresentadas por Accionistas, Colaboradores ou outros Stakeholders, assegurando o seu acompanhamento pela Direcção de Auditoria Interna.

COMITÉ DE CONTROLO DE RISCO

É responsável, a nível executivo, pelo acompanhamento dos níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração para o desenvolvimento da actividade do Banco.

Integram este Comité os membros da Comissão Executiva, o Group & Local Risk Officer, e os primeiros responsáveis das seguintes Direcções: Auditoria Interna, Financeira & Sala de Mercados e Centro Corporativo.

RISK OFFICER

De forma a assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objetivos transversais, compete ao Risk Officer informar o Comité de Controlo de Risco do Banco do nível geral de riscos e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os limites aprovados.

Capital económico

Com vista a determinar o Capital Económico no Banco, foi desenvolvido o ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) através do uso de metodologias internas devidamente articuladas com a casa mãe sendo o objectivo principal poder comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis, aferindo-se assim da capacidade do Banco em absorver o risco, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou negócios criadores de valor.

Sendo o ICAAP um processo novo e complexo o Banco adjudicou a sua implementação a uma empresa de consultoria local. De entre as várias actividades do Projecto, destacamos:

- i. Definição do Modelo de Governo do ICAAP, ajustado a realidade do Millennium bim;
- ii. Definição da Taxonomia de riscos do Millennium bim através da listagem exaustiva dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- iii. Realização de Workshops com diferentes Process Owners e Process Managers de diferentes Unidades Orgânicas do Banco, visando identificar os riscos materiais para o BIM no âmbito do Modelo 4M's. Este Modelo procura identificar se os riscos listados na Taxonomia de Riscos do Banco são Materiais (Material), como é que são geridos (Management), como são mensurados (Measurement) e como são mitigados (Mitigation). Tendo em conta a natureza da principal actividade do Millennium bim no mercado em que opera (a Banca Comercial), os principais riscos considerados no âmbito do ICAAP são o risco de crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional, de Negócio, de Compliance e Reputacional.
- iv. Definição dos cenários base e adverso, sendo este último caracterizado por uma deterioração da actividade económica (aumento da pressão inflacionária, aumento das taxas directoras do mercado, uma quebra significativa do investimento directo estrangeiro e, uma forte desvalorização do Metical). É um cenário hipotético criado com o intuito de avaliar a solidez do Banco e a sua resiliência a um ambiente económico desfavorável.

Validação de modelos

A validação dos processos de calibração dos modelos de Rating e Credit Scoring do Millennium bim é efectuada segundo os procedimentos transversais do Grupo Millennium. O processo envolve os responsáveis pelos modelos (model owners), os responsáveis pelos sistemas de rating (rating system owners), o Comité de Validação, a Comissão de Controlo de Risco(CCR) e a Direcção de Auditoria, a

quem compete o acompanhamento e validação dos sistemas de rating em que os modelos em causa se integram.

Em 2015, foram realizadas diferentes acções de acompanhamento, validação, calibração e revisão/melhoria dos modelos de risco de crédito, cujas acções incidiram sobre os modelos e sistemas de rating para as classes de risco de Empresas e de Retalho, nas suas diferentes componentes de estimação. No âmbito deste processo, os modelos mais significativos são os modelos de Probabilidade de Default (PD) – como o modelo de Rating para empresas Corporate e o modelo comportamental TRIAD.

Risco de crédito

A materialização deste risco resulta nas perdas ocorridas na carteira de crédito, pela incapacidade dos tomadores de empréstimos (ou dos seus garantes, quando existam) - ou dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos - em cumprir com as suas obrigações creditícias.

Este tipo de risco – que é muito relevante e tem elevada representatividade em termos da exposição global ao risco do Banco – assume particular incidência em condições macro-económicas adversas (como se tem vindo a verificar em Moçambique), implicando dificuldades financeiras para as famílias e as empresas.

O controlo e a mitigação deste risco fazem-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos – pela utilização de sistemas internos de rating adequados aos diversos segmentos de negócio e de um modelo de deteção antecipada da potencial sinistralidade da carteira - e, por outro, através de unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento ocorridas.

Destacam-se, em 2015, as seguintes actividades, desenvolvidas no âmbito do reforço das práticas de avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito, nos diversos segmentos da carteira:

- i. Consolidação das técnicas e metodologias aplicadas para o apuramento das tendências centrais da probabilidade de default por segmento de negócio (Particulares, ENI's, Pequenas e Medias Empresas), para efeitos de calibração dos Modelos de Rating e Credit Scoring em uso no Banco;
- ii. Incorporação de reportes relativos ao Risco de Concentração, bem como aos Sinais de Alerta e Negativos apurados pelo Modelo EWS (*Early Warning Signals*) do Banco, permitindo, deste modo, controlar os clientes com níveis de alerta vigiar, reduzir e desmobilizar;
- iii. Implementação do processo de cálculo dos índices de concentração (sectorial e individual);
- iv. Implementação de um software informático para a operacionalização do processo de gestão de crédito, incluindo os testes de esforço relacionados com o risco de crédito e a realização de back-tests sobre os parâmetros chave do modelo de imparidade colectiva e respectiva periodicidade, em alinhamento com a IAS 39.
- v. Criação e operacionalização do Comité de Acompanhamento de Crédito em Risco (CACR) com o objectivo de partilhar informação sobre as razões de incumprimento dos créditos/clientes seleccionados, avaliar o valor das garantias associadas a essas

exposições bem como definir estratégias de recuperação face à situação real de cada cliente.

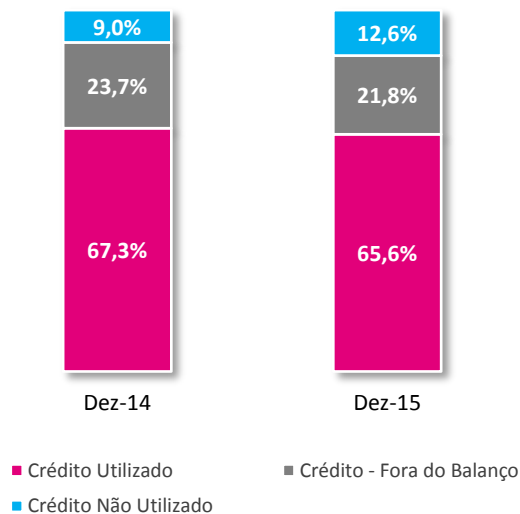
- vi. Conclusão do processo de desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica para o cálculo automático da Imparidade do crédito bem como de Cálculo das Probabilidades de Default da Carteira de Crédito do Banco e parâmetros LGD a ser aplicados no Novo Modelo de cálculo da Imparidade do Crédito, cuja utilização está dependente da realização de testes de qualidade programados para o 1º. Trimestre de 2016;

Composição da carteira de crédito

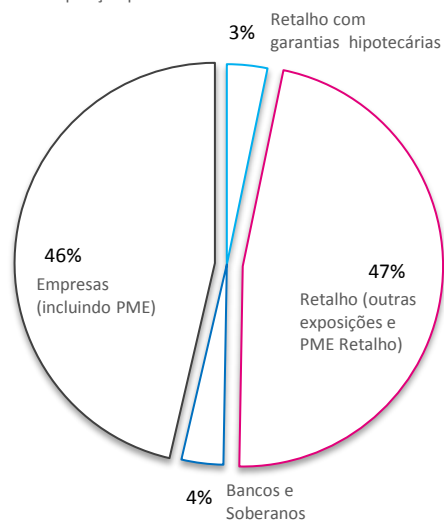
A estrutura da carteira de crédito do Millennium bim no final de Dezembro de 2015, em termos nominais e globais (i.e. contemplando as exposições do Balanço e fora do Balanço) conforme abaixo ilustrada não apresenta diferenças materialmente relevantes face à carteira de Dezembro de 2014.

Decomposição da carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2015 por segmentos de exposição, em termos de EAD (Exposure at Default):

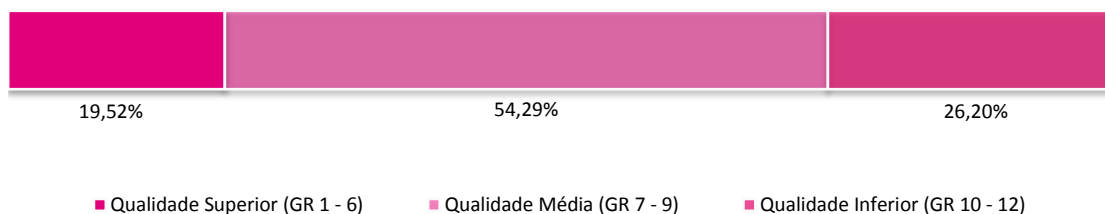
Carteira de crédito
Decomposição por EAD



Carteira de crédito
Decomposição por EAD



Distribuição das exposições por qualidade dos riscos, medida pelos graus de risco (GR) internos (Master Scale):



Parte considerável de clientes Corporate, PME's, ENI's e alguns clientes Particulares classificados pelos Modelos de Rating e Credit Scoring do Banco demonstram solidez financeira e boa capacidade de honrarem os seus compromissos, ao se concentrarem nos dois primeiros quadrantes do gráfico de Graus de Risco, reservados aos clientes com qualidade de risco médio e superior.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

O quadro seguinte ilustra a evolução trimestral dos principais indicadores de risco de crédito ao longo do ano de 2015 para a carteira de crédito do BIM.

	Dez-14	Mar-15	Jun-15	Set-15	Dez-15
Exposiç.Crédito vencido > 90 dias / Exposiç.Total	3,1%	3,5%	4,8%	4,7%	4,7%
NPL > 90 dias / EAD	3,2%	3,3%	4,1%	4,9%	4,7%
Imparidade / Crédito Total	5,3%	5,5%	5,8%	6,0%	6,0%

NPL = Non performing loans

EAD = Exposure at Default

Verifica-se uma degradação da qualidade do risco da carteira de crédito decorrente do ambiente macroeconómico pouco favorável registado em 2015 caracterizado por uma depreciação acentuada do metical face ao dólar americano, aumento das taxas de juros de mercado, aumento da pressão inflacionária e por uma desaceleração da actividade económica com impacto negativo sobre a actividade das empresas e no emprego.

Risco operacional

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos.

Na gestão deste tipo de risco, o Millennium bim adopta princípios e práticas devidamente documentados, que se traduzem em mecanismos de controlo passíveis de melhoria contínua. Integram este framework diversos elementos, como sejam: a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, a definição de limites de tolerância e de exposição aos

riscos, os códigos deontológicos e de conduta, os exercícios de auto-avaliação dos riscos (RSA – *risk self-assessment*), os indicadores de risco (KRI – *key risk indicators*), os controlos de acessos (físicos e lógicos), as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção, os planos de contingência, a contratação de seguros e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Destacam-se, no âmbito da gestão do risco operacional, as seguintes acções e concretizações levadas a cabo em 2015:

- i. O reforço da base de dados de perdas operacionais através da identificação de novos casos a nível de todos os processos de negócio;
- ii. A realização do exercício de auto-avaliação dos riscos operacionais;
- iii. A determinação dos limites de alerta e alarme dos indicadores chave de risco em coordenação com os respectivos Process Owners;
- iv. A utilização cada vez mais efectiva dos instrumentos de gestão por parte dos Process Owners na identificação de melhorias que contribuem para o reforço do ambiente de controlo dos processos;
- v. O acesso ao Aplicativo Accelerate (aplicação de suporte à Gestão do Risco Operacional partilhada por todas as operações do Grupo Millenniumbcp), que permitiu ao Local Risk Office passar a carregar os eventos de perdas operacionais, bem como os racionais dos exercícios de auto-avaliação dos riscos operacionais.

Estrutura de gestão do risco operacional

O sistema de gestão do risco operacional assenta numa estrutura de processos *end-to-end*, considerando-se que uma visão transversal às unidades funcionais da estrutura organizacional é a abordagem mais adequada para percepcionar os riscos e estimar o efeito das medidas correctivas introduzidas para os mitigar. Além disso, este modelo de processos suporta também outras iniciativas estratégicas relacionadas com a gestão deste risco, como são o caso das acções para melhoria da eficiência operativa e da gestão da continuidade do negócio.

A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *Process Owners* (secundados por *Process Managers*), que têm por missão caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respectivos KRI's, realizar os exercícios de RSA, bem como identificar e implementar as acções adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional.

Auto avaliação dos riscos operacionais (RSA)

O objectivo dos exercícios de RSA é o de promover a identificação e a mitigação (ou eliminação) de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação de cada uma das 20 subtipologias de risco operacional consideradas. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (*worst-case event*), para três diferentes cenários. Tal permite:

- i. Avaliar o risco inerente dos vários processos, que não considera a influência dos controlos existentes (Risco Inerente);

- ii. Determinar a influência do ambiente de controlo instalado na redução do nível das exposições (Risco Residual);
- iii. Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução de risco das exposições mais significativas (Risco Objectivo).

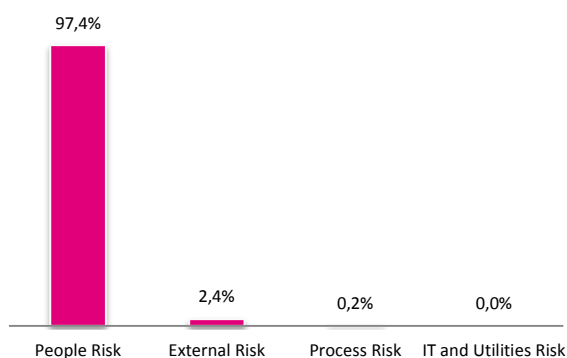
Os exercícios de RSA são realizados através de *workshops*, assistidos pelo Risk Office e com a participação dos *Process Owners* e *Process Managers*, ou através de respostas a questionários enviados aos *Process Owners* para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de actualização pré-definidos.

Captura de perdas operacionais

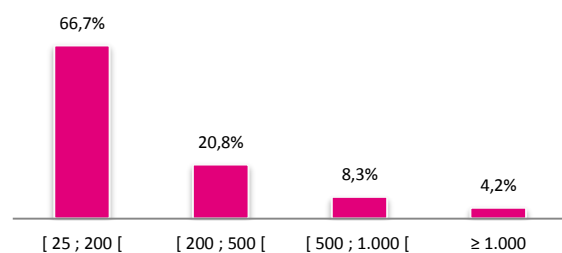
A captura (i.e., a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem, levada a cabo pelo Millennium bim nas operações cobertas pela framework de gestão de risco operacional, tem por objectivo reforçar a consciencialização para este risco e facultar informação relevante aos Process Owners, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, sendo um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para backtesting dos resultados do RSA, possibilitando aferir a avaliação/classificação atribuída às subtipologias de risco.

O perfil das perdas acumuladas na base de dados até 31 de Dezembro de 2015 é apresentado nas figuras seguintes, estando em linha com os valores do ano anterior. A maioria das perdas teve por origem fraude interna/externa, seguida de falhas processuais. Uma grande proporção dos eventos de perda operacional apresentou materialidade reduzida, entre MZN 25.000 - MZN 200.000.

Distribuição dos Eventos de Perda por Causa



Distribuição dos Eventos por Perda de Valor
(milhares de meticals)



Indicadores de risco (KRI)

Os KRI's alertam para alterações do perfil dos riscos ou da eficácia dos controlos e, por essa via, permitem identificar a necessidade de introduzir acções correctivas sobre os processos, para prevenir que riscos potenciais se materializem em perdas efectivas. A utilização deste instrumento de gestão tem vindo a ser alargada a cada vez maior número de processos, estando já abrangidos 22 processos de negócio relevantes do Millennium bim.

Gestão da continuidade de negócio

A gestão da continuidade de negócio engloba duas componentes complementares - o Plano de Continuidade de Negócio, relativo a pessoas, instalações e equipamentos, e o Plano de Recuperação Tecnológica, relativo a sistemas de informação, aplicações e infraestruturas de comunicações.

Ambos os planos estão definidos e implementados para um conjunto de processos de negócio críticos e são promovidos e coordenados por uma unidade de estrutura dedicada, cuja metodologia assenta num processo de melhoria contínua, orientada pelas boas práticas internacionais e pelas recomendações das entidades de supervisão.

Estes planos de continuidade são regularmente testados e actualizados, mediante a realização de exercícios regulares que visam melhorar a capacidade de resposta a incidentes e aprofundar a articulação entre a resposta de emergência, a recuperação tecnológica, a gestão de crise e a recuperação do negócio.

Contratação de seguros

A contratação de seguros para riscos de natureza patrimonial, pessoal ou relacionados com responsabilidades perante terceiros é também um instrumento relevante de gestão do risco operacional. A Unidade de Gestão de Seguros trata e analisa a informação de seguros do Banco com o objectivo de reforçar as coberturas das apólices, visando mitigar os principais riscos operacionais que o Banco incorre.

Risco de mercado

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

Destacam-se, no âmbito da gestão do risco de mercado, as seguintes acções e concretizações levadas a cabo em 2015:

- i. A melhoria dos reportes mensais para a Administração do Banco (Executiva e não Executiva) sobre o nível de controlo exercido as exposições do Banco ao risco de taxa de juro na carteira bancária e dos excessos aos limites definidos pelo Conselho de Administração para Financial Market Activity (FMA), bem como dos excessos aos Limites de Contraparte e de Risco Cambial;
- ii. A melhoria do processo de acompanhamento diário do grau de cumprimento dos limites de exposição cambial, definidos pelo Aviso número 15/GBM/2013 do Banco de Moçambique de 31 de Dezembro sobre rácios e limites prudenciais;
- iii. A contínua consolidação do processo de determinação interna do limite para o controlo do nível de exposição do Banco ao risco de taxa de juro, alinhado aos limites transversais ao grupo para ALM & *Investment Portfolio* e indexados ao nível dos Fundos Próprios do Banco.

A avaliação do Risco de Taxa de Juro no Millennium bim é feita com base nas métricas estabelecidas pelo Banco de Moçambique através da Circular numero 04/SCO/2013 e através da metodologia internamente definida e baseada nos gap's construídos por prazos residuais de repricing dos contratos vivos, seguida da análise de sensibilidade. Nos quadros abaixo é apresentada a posição para as principais moedas nas quais a actividade do Banco é relevante (meticais e dólares americanos):

Gap da taxa de juro para balanço – MZN

GAP de Taxa de Juro para o Balanço_MZN					
Unidade: MZN' 000					
dezembro/15					
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	5 341 551	1 852 881	3 008 005	1 873 655	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	0	0	0	0	0
Créditos a clientes (*)	31 631 726	13 336 969	7 412 277	69 266	0
Activos Financeiros disponíveis para venda	2 325 000	6 433 796	13 375 632	0	0
Outros activos	0	0	0	0	0
Total Activo	39 298 278	21 623 646	23 795 914	1 942 921	0
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	2 368 820	0	0	0	0
Depósitos de clientes	18 703 117	13 579 816	22 045 746	13 732 066	0
Títulos de dívida emitidos	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0
Outros passivos	2 229 001	0	79 316	0	0
Total Passivo	23 300 937	13 579 816	22 125 062	13 732 066	0
Total Passivo e dos capitais próprios	23 300 937	13 579 816	22 125 062	13 732 066	0
Gaps de taxa de juro	15 997 340	8 043 831	1 670 852	(11 789 145)	-
Gap acumulado de taxa de juro	15 997 340	24 041 171	25 712 023	13 922 878	13 922 878
Sensibilidade acumulada (200 bp)	303 504	434 651	471 515		
31 de Dezembro de 2014					
Total Activo	32 801 895	18 392 859	23 086 046	2 926 299	0
Total Passivo	19 473 005	12 629 076	20 136 594	13 541 573	5 104
Gaps de taxa de juro	13 328 890	5 763 783	2 949 452	(10 615 274)	(5 104)
Gap acumulado de taxa de juro	13 328 890	19 092 673	22 042 125	11 426 852	11 421 748
Sensibilidade acumulada (200 bp)	275 578	370 697	447 829		

(*) - Crédito Liquido

Gap da taxa de juro para balanço – USD

GAP de Taxa de Juro para o Balanço_USD

Unidade: MZN' 000

dezembro/15

31 de Dezembro de 2015	Até 1mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	1 400 622	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	977 475	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	872 100	2 065 500	3 678 426	0	0
Créditos a clientes (*)	2 300 259	5 908 593	4 328 341	91 800	0
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0
Outros activos	0	0	0	0	0
Total Activo	5 550 456	7 974 093	8 006 767	91 800	0
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	1 247 952	0	0	0	0
Depósitos de clientes	4 990 960	3 162 024	5 412 873	7 501 648	0
Títulos de dívida emitidos	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0
Outros passivos	57 281	1 147 500	0	0	0
Total Passivo	6 296 193	4 309 524	5 412 873	7 501 648	0
Total Passivo e dos capitais próprios	6 296 193	4 309 524	5 412 873	7 501 648	0
Gaps de taxa de juro	(745 736)	3 664 570	2 593 894	(7 409 848)	0
Gap acumulado de taxa de juro	(745 736)	2 918 833	5 512 727	(1 897 121)	(1 897 121)
Sensibilidade acumulada (200 bp)	(7 817)	53 259	88 026		

31 de Dezembro de 2014	Até 1mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total Activo	7 771 248	5 179 600	3 710 083	33 600	0
Total Passivo	4 548 310	3 336 850	3 504 445	5 320 969	0
Gaps de taxa de juro	3 222 938	1 842 749	205 637	(5 287 369)	0
Gap acumulado de taxa de juro	3 222 938	5 065 687	5 271 324	(16 044)	(16 044)
Sensibilidade acumulada (200 bp)	50 475	81 188	90 799		

(*) - Crédito Líquido

O **Risco Cambial** é avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- **Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*)** - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo Risk Office, reportando-se ao último dia de cada mês;
- **Indicador de Sensibilidade** - calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

Os resultados apurados em 31 de Dezembro de 2015 mostram que o Banco se enquadra dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Millennium bim em cumprir com as suas obrigações no momento dos respectivos vencimentos sem incorrer em perdas significativas, decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda dos seus activos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado). A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são geridos através de operações com contrapartes intervenientes nos mercados monetários.

A gestão da liquidez é conduzida pela Sala de Mercados, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade do Plano de Liquidez.

O nível actual de transformação dos recursos do Banco em crédito, depende, em grande medida dos recursos do Banco que continuaram em 2015 a registar uma evolução muito favorável a nível dos depósitos, permitindo, em grande medida, financiar o crescimento assinalado na carteira de crédito.

No âmbito da gestão do risco de liquidez em 2015 houve a consolidação do processo de determinação interna dos limites anuais de liquidez Imediata e Trimestral e, dos parâmetros de exigibilidade relativos aos Depósitos tanto à Ordem como à Prazo e aos Compromissos Irrevogáveis. A implementação e revisão periódica destes parâmetros têm impactos materialmente relevantes ao nível do Rácio de Liquidez do Banco.

A medição do Risco de Liquidez do Millennium bim é feita pelo Risk Office, através do cálculo dos indicadores abaixo discriminados, definidos no Manual de Princípios e Normas de Gestão do Risco de Liquidez do Millennium bim, para os quais se encontram definidos limites de exposição:

- Gap Comercial Global e por Moeda;
- Indicador de Liquidez Imediata;
- Indicador de Liquidez Trimestral;
- Gap & Rácio de Liquidez (*Basis Scenario*);
- *Stress Test (stress test- Bank Specific Crisis Scenario e Stress Test-Market Crisis Scenario)*, cujos resultados contribuem para a preparação e avaliação do plano de contingência de liquidez e de capital, adiante referido, e para as decisões correntes de gestão.

O nível de liquidez global do Banco (escassez ou excesso de funding) é medido através do cálculo do Gap Comercial Global e por Moeda (diferencial entre o volume de crédito bruto e o volume de recursos (os recursos não incluem o volume de emissões obrigacionistas de tipo subordinado).

À data de 31 de Dezembro de 2015 as maturidades das principais rubricas do balanço estavam assim distribuídas:

GAP de Liquidez Global para o Balanço

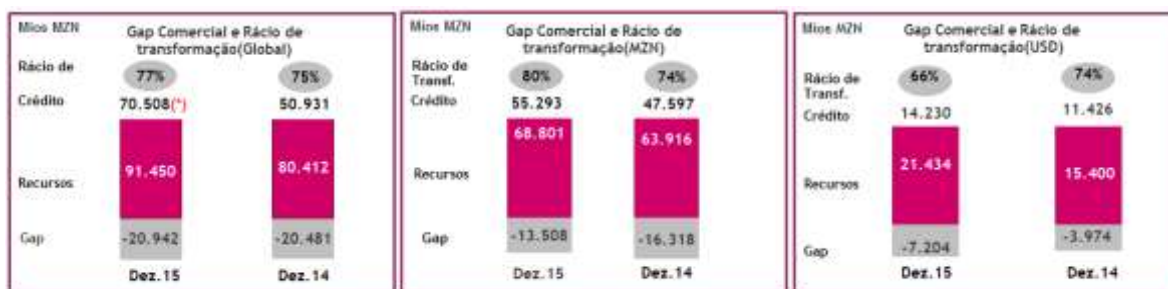
	MZN '000				
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	6.777.850	2.584.126	4.286.045	69.000	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.886.454	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	926.784	2.065.500	3.678.426	0	0
Créditos a clientes (*)	6.941.172	5.534.428	9.208.244	13.225.760	31.496.104
Activos Financeiros disponíveis para venda	5.653.942	10.089.710	6.400.000	0	0
Total Activo	22.186.203	20.273.764	23.572.715	13.294.760	31.496.104
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	3.772.971	0	0	0	0
Depósitos de clientes (Inclui outras Responsabilidades)	28.178.796	23.963.317	39.745.682	639.859	1.256.816
Títulos de dívida emitidos	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	175.000	0	0
Total Passivo	31.951.767	23.963.317	39.920.682	639.859	1.256.816
Total Passivo e dos capitais próprios	31.951.767	23.963.317	39.920.682	639.859	1.256.816
Gaps de Liquidez	(9.765.564)	(3.689.553)	(16.347.967)	12.654.901	30.239.289
Gap acumulado de Liquidez	(9.765.564)	(13.455.118)	(29.803.084)	(17.148.183)	13.091.105
31 de Dezembro de 2014					
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total Activo	21.005.711	16.083.322	17.372.916	15.996.221	25.009.376
Total Passivo e dos capitais próprios	24.803.995	22.191.919	35.997.889	574.450	38.306
Gaps de Liquidez	(3.798.284)	(6.108.598)	(18.624.973)	15.421.771	24.971.070
Gap acumulado de Liquidez	(3.798.284)	(9.906.882)	(28.531.854)	(13.110.084)	11.860.986

(*) - Crédito Líquido

O Risk Office realiza periodicamente estudos sobre o nível de retenção de Depósitos a Ordem (DO) no balanço do Millennium bim, para aferir em que medida os recursos tecnicamente considerados voláteis, podem ser usados para financiar operações de crédito a médio e longo prazo.

O último estudo demonstra que em todos os casos observados nos modelos não paramétricos, continua a verificar-se uma estabilidade apreciável dos níveis de retenção dos DO do Banco. Adicionalmente foram calculados e implementados os novos parâmetros de exigibilidade relativos aos Depósitos a Prazo e Compromissos Irrevogáveis com vista a permitir aos Órgãos de Decisão de Crédito usar, com segurança e razoabilidade, os valores correspondentes à percentagem de DO que é retida no Banco para a gestão da posição de liquidez.

Por outro lado, a evolução do GAP Comercial e Rácio de Transformação Global nas principais moedas em que o Banco actua encontra-se espelhada nos gráficos que se seguem, referentes a 31/12/15 e 31/12/14 onde se denota a existência de uma posição excedentária de liquidez, não apenas em termos globais como também em cada uma das principais moedas em que o Banco opera:



(*) Crédito Bruto

ANÁLISE FINANCEIRA

Resultados e Balanço

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2014 e 2015, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Num contexto de forte competitividade o Banco manteve o enfoque na rentabilidade, garantindo níveis de liquidez prudentes e continuando a expansão da rede.

Os riscos de conjuntura externa e doméstica em particular a desvalorização do metical com impacto no aumento das projecções de inflação a curto e médio prazo implicaram uma reversão da política monetária do Banco Moçambique no último trimestre do ano. O ciclo de redução de taxas de juro terminou e deu lugar ao aumento das taxas de juro de referência em 225 pontos base, e ao aumento do coeficiente das reservas obrigatórias.

O activo total do Banco ascendeu a 117.066 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2015, comparando com 101.502 milhões de meticais em 31 de Dezembro de 2014, suportado pelo aumento do crédito a clientes e pelas maiores disponibilidades e aplicações em instituições de crédito e no Banco de Moçambique.

Os recursos totais de clientes aumentaram para 91.450 milhões de meticais em 31 de Dezembro de 2015 face a 80.412 milhões de meticais registados em 31 de Dezembro de 2014, beneficiando do bom desempenho do crescimento dos depósitos de clientes que permaneceram como a principal fonte de financiamento da actividade.

O resultado líquido foi positivo em 3.391 milhões de meticais em 2015 comparando com o resultado líquido positivo de 3.494 milhões de meticais apurado em 2014, o que representa um decréscimo de 3% face aos resultados do ano anterior.

Análise da Rendibilidade

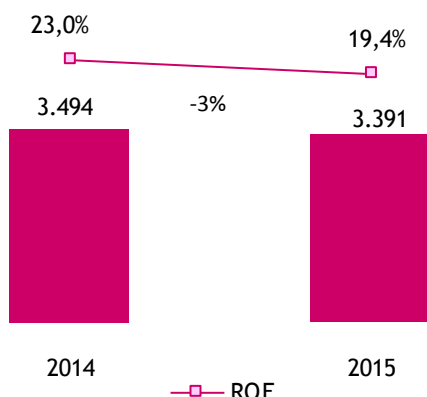
Resultado Líquido

O desempenho do resultado líquido registado em 2015 reflecte, essencialmente, os seguintes impactos positivos:

- A evolução favorável da margem financeira deveu-se quer ao aumento do volume de crédito a clientes quer à melhoria na rentabilidade dos activos financeiros disponíveis para venda por efeito taxa, que atenuou o efeito da descida das taxas de juro do crédito na primeira parte do ano e o aumento do custo dos depósitos;
- Os ganhos em operações financeiras relacionados com maior volume nas operações cambiais e o melhor nível de margens de intermediação essencialmente relacionado com a forte volatilidade cambial no mercado;
- A variação positiva do valor das comissões líquidas, em particular das comissões associadas ao negócio de crédito e garantias e às operações com o exterior.

Resultado líquido

Milhões de MZN



Adicionalmente, o resultado líquido de 2015 reflecte ainda o aumento moderado nos custos operacionais em consonância com o plano de expansão da rede de balcões em curso e do impacto cambial, a que acresce uma maior dotação para imparidades de crédito resultante de uma política prudente face ao aumento do risco de crédito.

Margem Financeira

A margem financeira aumentou 5%, totalizando 5.819 milhões de meticais em 2015, face aos 5.556 milhões de meticais apurados em 2014, impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros, em particular do crédito concedido da melhor rentabilidade dos activos disponíveis para venda. Este crescimento foi possível não obstante o efeito taxa desfavorável em virtude da descida da taxa de mercado nos três trimestres iniciais do ano e do aumento no custo dos Depósitos.

No último trimestre de 2015, o Banco de Moçambique inverteu a sua política de estímulo ao crescimento da actividade económica tendo efectuado três aumentos na FPC (Facilidade Permanente de Cedência) que totalizaram 225 pb, taxa que serve de indexante nas operações de crédito a clientes, o que impulsionou a subida na margem no último trimestre do ano.

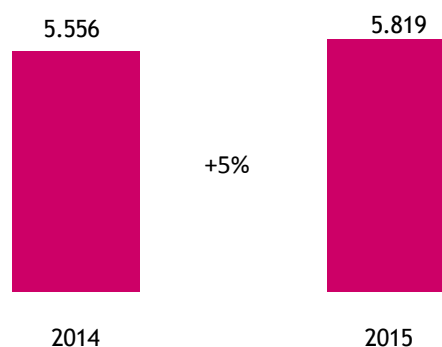
Por seu turno, ao nível dos recursos, a permanência destes como principal fonte de financiamento à actividade bancária associada à contínua pressão no mercado na sua captação, implicou uma subida no custo agravada pelo cenário macroeconómico no final do ano.

Relativamente à carteira de activos financeiros, essencialmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Moçambicano, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, o efeito positivo na margem financeira no ano de 2015 deveu-se sobretudo ao aumento da taxa de rentabilidade destes activos.

A evolução da margem financeira reflecte o crescimento da carteira de crédito, contudo o Banco prossegue a adopção de uma política de selecção criteriosa das operações a financiar, para controlo rigoroso do risco de crédito, reflectindo a prioridade dada à captação e retenção de recursos de clientes, através do reforço de uma oferta atractiva de produtos e de taxas de remuneração atractivas.

Margem Financeira

Milhões de MZN



Outros proveitos líquidos

Os outros proveitos líquidos ascenderam 4.134 milhões de meticais em 2015, 26,7% acima do valor apurado em igual período de 2014.

	Dez-15	Dez-14	Var. 15/14
Milhões MZN			
Rendimentos de instrumentos de capital	250,3	215,4	16,2%
Comissões Líquidas			
Cartões	954,6	1.003,9	-4,9%
Crédito e garantias	515,3	443,7	16,1%
Operações de estrangeiro	270,5	231,5	16,8%
Outros serviços bancários	291,4	263,8	10,5%
Total comissões líquidas	2.031,8	1.942,9	4,6%
Resultados de operações financeiras	1.639,9	938,0	74,8%
Outros resultados de exploração líquidos	212,1	167,7	26,5%
Total outros proveitos líquidos	4.134,2	3.264,0	26,7%
Outros proveitos / Produto Bancário	42%	37%	

Rendimentos de instrumentos de capital

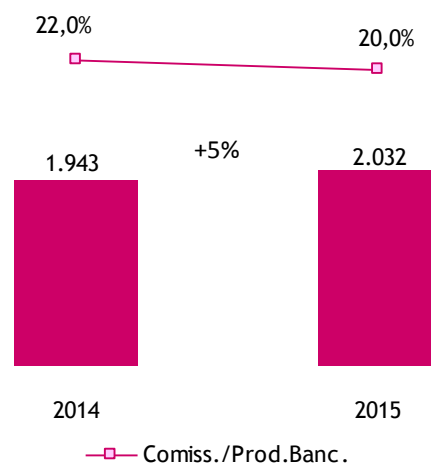
Os rendimentos de instrumentos de capital correspondem aos dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Comissões líquidas

As comissões líquidas, em 2015, atingiram 2.032 milhões de meticais, um crescimento de 4,6%, face aos 1.943 milhões de meticais apurados em igual período de 2014. O aumento das comissões foi suportado pela evolução favorável das comissões relacionadas mais directamente com o negócio bancário, designadamente com o crédito e garantias bancárias e ainda sobre as operações de estrangeiro.

A intensificação do cross-selling traduziu-se num crescimento de cerca de 18% pela utilização da rede nas operações de bancassurance.

Comissões líquidas
Milhões de MZN



Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras, ascenderam a 1.640 milhões de meticais em 2015. Este valor representa um crescimento de 75% face a 2014 por efeito de maior volume de operações cambiais e de melhores margens de intermediação, essencialmente relacionado com a forte volatilidade cambial no mercado.

A política de proximidade comercial do Banco reflectiu-se num aumento do volume de operações cambiais e as melhores margens resultantes da reduzida liquidez de divisas no mercado permitiu o crescimento dos resultados em operações financeiras.

Outros resultados de exploração líquidos

Os outros resultados de exploração líquidos, totalizaram 212 milhões de meticais, em 2015, comparando com 168 milhões de meticais apurados em 2014. Este crescimento foi influenciado principalmente pelo registo em 2015 de maiores proveitos na venda de activos tangíveis não afectos à actividade.

Custos Operacionais

Os custos operacionais, que incorporam os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, cifraram-se em 4.592 milhões de meticais, em 2015, representando um aumento de 13,3% face a 2014.

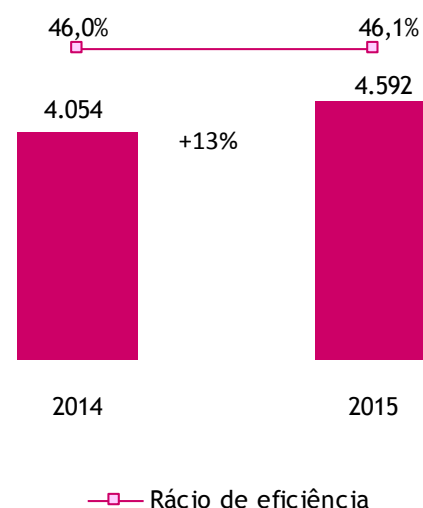
A evolução dos custos operativos foi condicionada pelo reforço da estrutura comercial e do suporte à estratégia de crescimento e de segmentação da rede de balcões em curso e da distribuição de mais ATM's.

O acréscimo de 10% em custos com pessoal, em relação ao período homólogo, está associado ao impacto da actualização na tabela salarial anual e ainda aos ajustamentos salariais por efeito decorrente da evolução da carreira profissional dos colaboradores.

Os outros gastos administrativos aumentaram 17%, influenciados pelo aumento nas rendas e alugueres, no custo do trabalho independente devido a maiores custos com serviços judiciais, pelo aumento no material de consumo corrente por efeito da substituição dos cartões em banda magnética por chip e ainda pela expansão da rede de balcões e ATM que implicou maiores custos em serviços de segurança e vigilância.

As amortizações do exercício totalizaram 468 milhões de meticais em 2015, representando um crescimento de 11% face ao valor de 2014. O crescimento das amortizações do exercício reflecte essencialmente a sequência dos investimentos na plataforma informática com vista a suportar o crescimento da rede, a qualidade e inovação de um melhor serviço no futuro.

Custos Operacionais
Milhões de MZN

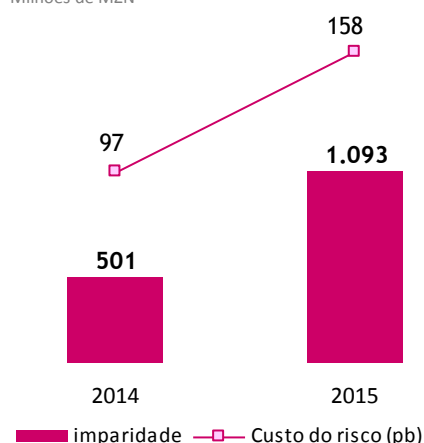


	Dez-15	Dez-14	Var. 15/14
Custos com pessoal	2.028,6	1.840,9	10,2%
Outros gastos administrativos	2.095,8	1.792,0	16,9%
Amortizações do exercício	467,7	421,1	11,0%
	4.592,0	4.054,1	13,3%

Rácio de eficiência

O rácio de eficiência (*cost to income*), em base comparável, situou-se em 46,1%, em 2015, face aos 46,0% apurados em 2014. A manutenção do rácio deveu-se ao crescimento do produto bancário face ao crescimento moderado nos custos operacionais.

Imparidade
Milhões de MZN



Imparidade do crédito e outras imparidades e provisões

A imparidade do crédito (líquida de recuperações de crédito abatido) totalizou 1.093 milhões de meticais, em 2015, que compara com 501 milhões de meticais em 2014. Esta evolução foi induzida pelo reforço das dotações para imparidade de crédito relacionadas com o aumento da carteira de crédito, com maiores imparidades paramétricas no crédito ao consumo e do reforço significativo de alguns clientes empresa objecto de acompanhamento regular de risco.

Em 2015, o Banco prosseguiu os esforços de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitorização de risco e de uma política de provisionamento prudente,

que visa o reforço da cobertura integral da carteira de crédito com sinais de imparidade.

O custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidade de crédito (líquidas de recuperações de crédito abatido) em função da carteira de crédito, situou-se em 158 pontos base em 2015, face aos 97 pontos apurados em 2014.

Análise do Balanço

Em 2015, o Millennium bim continuou a promover uma gestão criteriosa de activos e passivos. Num contexto macroeconómico de incentivo à concessão de crédito à economia, e preservando a estrutura do balanço, o aumento do crédito concedido foi acompanhado pelo acréscimo dos depósitos captados, o que permitiu manter uma taxa de transformação abaixo dos 80%.

O activo total atingiu 117.066 milhões de meticais em 2015, que compara com os 101.502 milhões de meticais apurados em 2014, registando um crescimento de 15%.

O crédito líquido a clientes representa 57% do activo total, correspondendo o crédito bruto a 70.508 milhões de meticais, o que equivale a um aumento de 18% face a 2014 (59.931 milhões de meticais). Esta evolução reflecte as condições macroeconómicas de estímulo à economia, tendo o crescimento no segmento de empresas ascendido a 21%.

O aumento do activo total foi ainda influenciado pelo crescimento nas disponibilidades e aplicações em instituições de crédito.

Activo Total

	Milhões MZN		
	2015	2014	Var. %
Caixa e Disponibilidades no BM	13.717	8.493	61,5%
Disponibilidades e créditos sobre IC's	8.564	7.125	20,2%
Crédito a Clientes (líquido)	66.331	56.795	16,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	22.062	22.186	-0,6%
Investimentos em subsidiárias	356	356	0,0%
Activos tangíveis e intangíveis	4.743	4.671	1,6%
Outros activos	1.292	1.876	-31,2%
	117.066	101.502	15,3%

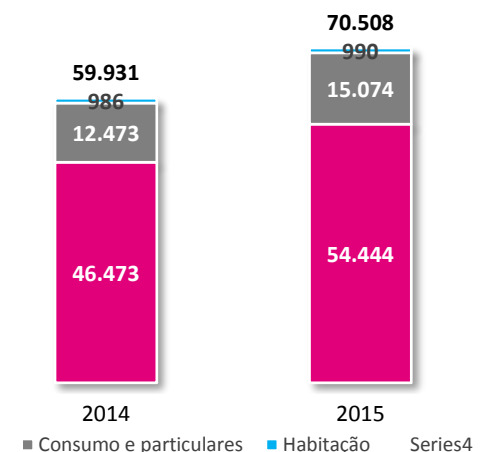
Crédito a Clientes (bruto)

Num contexto de crescimento do crédito no sistema, destaca-se a evolução acentuada do crédito a empresas, que registou um aumento de 21%, sem prejuízo da manutenção de uma política de prudência na selecção das operações em função do risco e rentabilidade.

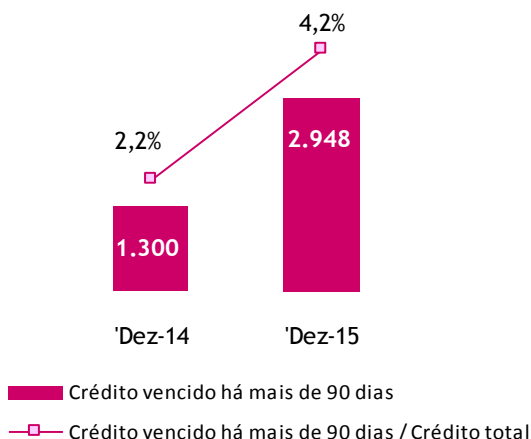
O crédito a clientes (bruto), em base comparável, atingiu os 70.508 milhões de meticais em 2015, registando um aumento de 18% face aos 59.931 milhões de meticais apurados em 2014. Esta evolução foi determinada sobretudo pelo crédito a empresas (+21%) enquanto o crédito a particulares cresceu 17%.

A estrutura da carteira de crédito manteve padrões idênticos de diversificação, com o ligeiro reforço do crédito a empresas que tem uma posição dominante na estrutura da carteira de crédito concedido a clientes, com um peso de 77% (78% em 2014).

Crédito a Clientes (bruto)
Milhões de MZN



Qualidade de Crédito
Milhões de MZN



Qualidade de Crédito

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias, em função do crédito total situou-se em 4,2% em 2015, comparando com 2,2% em 2014. Este crescimento repercute o aumento do crédito vencido de alguns clientes empresa objecto de acompanhamento regular e ainda o crescimento da carteira de crédito.

Contudo, o Banco prossegue uma política de crédito prudencial com identificação dos segmentos de maior risco nos Particulares e acompanhamento individual nas empresas, visando reforçar a prevenção e a

dinamização da recuperação de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias pela imparidade situou-se em 142% em 2015, com o Banco a manter os critérios de prudência e tendo efectuado dotações de imparidade suficientes para manter níveis de cobertura de crédito vencido confortáveis.

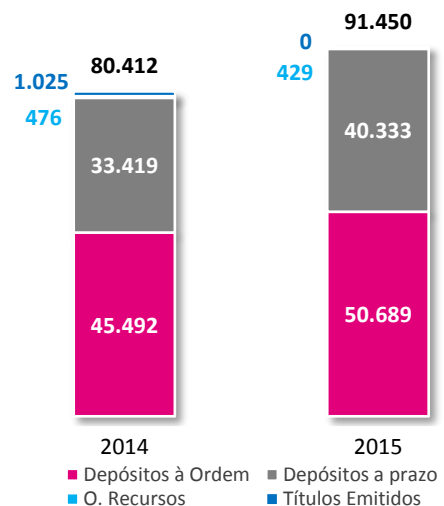
Recursos de Clientes

Num contexto de aumento significativo da competitividade em que existe uma forte concorrência na captação de recursos de clientes, o Banco manteve uma oferta ampla e diversificada de produtos e serviços associada ao desempenho acrescido das redes comerciais e uma gestão rigorosa do pricing com maturidades e remunerações atractivas que contribuíram para que o total dos recursos de clientes registasse uma taxa de crescimento de 19% ascendendo a 91.450 milhões de meticais em 2015.

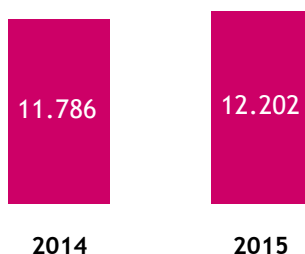
O desempenho favorável dos recursos totais de clientes beneficiou do crescimento dos depósitos de clientes de 14%, com o vencimento dos débitos titulados.

O enfoque na retenção e crescimento dos recursos de clientes, tendo apostado numa maior fidelização e alargamento da base de clientes proporcionado por uma maior rede de balcões, alargando a oferta de soluções de pequena poupança programada e de aplicações a médio e longo prazo vocacionadas para clientes particulares e reforçando o envolvimento ao nível da tesouraria das empresas, foi determinante para o resultado obtido em 2015. Acresce ainda, o reforço na excelência e na inovação do serviço ao cliente, como factores distintivos e impulsionadores das capacidades comerciais das redes de distribuição.

Depósitos de Clientes
Milhões de MZN



Fundos Próprios
Milhões de MZN



Capital

Os rácios de capital, reportados a 2015 foram calculados de acordo com as normas regulamentares do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier I) com os fundos próprios complementares (Tier II) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2015, situou-se em 19,8% tendo o Tier I atingido 20%, bastante acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Moçambique.

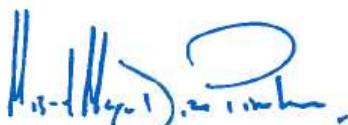
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei n.º15/99 das Instituições de Crédito relativas à constituição de Reservas, que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2015, no montante de 3.391.486.280,57 meticaís, seja dada a seguinte aplicação:

		Meticais
	%	Valor
Reserva Legal	15,00%	508.722.942,09
Reserva Livre	47,50%	1.610.955.983,27
Reserva para estabilização de dividendos	2,50%	84.787.157,01
Distribuição aos Accionistas	35,00%	1.187.020.198,20



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
(Presidente)



Miguel Maya Dias Pinheiro
(1.º Vice-Presidente)



José Reino da Costa
(2.º Vice-Presidente)



Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
(Administrador)



Ricardo David
(Administrador)




João Manuel R. T. da Cunha Martins
(Administrador)

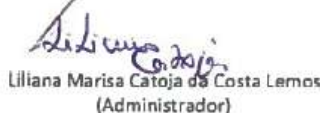
Jorge Octávio Neves dos Santos
(Administrador)



Manuel Alfredo de Brito Gamito
(Administrador)



Moisés Jorge
(Administrador)



Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
(Administrador)



Jorge Manuel de Aguiar Pena
(Administrador)



Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
(Administrador)



Jacinto Zacarias Uqueio
(Administrador)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2015

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

MZN'000			
	Notas	2015	2014
Juros e proveitos equiparados	2	9.670.596	8.591.768
Juros e custos equiparados	2	(3.513.108)	(2.745.794)
Margem financeira		6.157.488	5.845.974
Rendimentos de instrumentos de capital	3	1.525	1.820
Resultados de serviços e comissões	4	1.973.015	1.881.926
Resultados em operações financeiras	5	1.741.585	961.067
Outros resultados de exploração	6	1.147.108	900.029
Total de proveitos operacionais		11.020.721	9.590.816
Custos com pessoal	7	(2.096.304)	(1.934.954)
Outros gastos administrativos	8	(2.042.547)	(1.727.682)
Amortizações do exercício	9	(501.093)	(449.530)
Total de custos operacionais		(4.639.944)	(4.112.166)
Imparidade do crédito	10	(1.092.876)	(500.682)
Outras provisões	11	(654.386)	(406.600)
Resultado antes de impostos		4.633.515	4.571.368
Impostos			
Correntes	12	(888.790)	(841.978)
Diferidos	12	(7.693)	(5.790)
		(896.483)	(847.768)
Resultado após impostos		3.737.032	3.723.600
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		3.684.885	3.677.928
Interesses que não controlam		52.147	45.672
Resultado do exercício		3.737.032	3.723.600
Resultado por acção	13	81,89 MZN	81,73 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.



Banco Internacional de Moçambique

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	MZN' 000	
	2015	2014
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda - alterações no justo valor	1.693	(13)
Impostos	(579)	4
	1.114	(9)
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados		
Reservas de reavaliação de instrumentos de cobertura, no âmbito de cobertura de fluxos de caixa	-	5.101
Impostos	-	(816)
Perdas actuariais do exercício	(42.024)	(33.620)
	(42.024)	(29.335)
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(40.910)	(29.344)
Resultado consolidado do exercício	3.737.032	3.723.600
Total do rendimento integral do exercício	3.696.122	3.694.256
Atribuível a :		
Accionistas do Banco	3.644.191	3.649.122
Interesses que não controlam		
Resultado consolidado do exercício	52.147	45.672
Reservas de justo valor	182	(1)
Impostos	(58)	-
Perdas actuariais do exercício	(340)	(537)
	51.931	45.134
Total do rendimento integral do exercício	3.696.122	3.694.255

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Internacional de Moçambique

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015

MZN' 000

	Notas	2015	2014
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	13.717.022	8.493.195
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1.887.955	3.217.654
Aplicações em instituições de crédito	16	6.688.577	3.910.632
Crédito a clientes	17	66.330.980	56.794.676
Activos financeiros disponíveis para venda	18	24.203.828	23.778.019
Investimentos em associadas	19	267.206	267.258
Propriedades de investimento		52.223	52.223
Activos não correntes detidos para venda	20	881.730	889.578
Outros activos tangíveis	21	5.306.352	5.255.703
Goodwill e activos intangíveis	22	299.252	285.350
Activos por impostos correntes	23	-	13.020
Activos por impostos diferidos	24	21.710	29.402
Outros activos	25	771.469	1.230.724
Total do Activo		120.428.304	104.217.434
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	26	3.772.002	2.102.739
Recursos de clientes	27	89.204.541	77.143.707
Títulos de dívida emitidos	28	-	1.025.132
Provisões	29	4.406.373	3.811.910
Passivos por impostos correntes	23	51.143	95.673
Passivos por impostos diferidos	24	17.538	16.818
Outros passivos	31	2.505.455	1.995.484
Total do Passivo		99.957.052	86.191.463
Capitais Próprios			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	15.773.406	13.351.988
Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo		20.273.406	17.851.988
Interesses que não controlam		197.846	173.983
Total do Capital Próprio		20.471.252	18.025.971
Total do Capital Próprio e Passivo		120.428.304	104.217.434

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	MZN000	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	11.753.129	10.195.335
Juros e comissões pagos	(3.663.229)	(2.883.531)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(4.109.069)	(3.566.133)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	97.451	76.897
Prémios de seguros recebidos	1.171.385	1.150.790
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(456.581)	(442.471)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	4.793.086	4.530.887
Aumentos / Diminuição dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	(211.745)	(7.479.794)
Aplicações em instituições de crédito	(2.771.691)	3.633.924
Depósitos em bancos centrais	(4.180.266)	(1.166.921)
Crédito a clientes	(10.785.165)	(8.685.125)
Outros activos operacionais	447.452	(670.732)
Aumentos / Diminuições dos passivos operacionais		
Depósitos de outras instituições de crédito	1.659.598	619.259
Depósitos de clientes e outros empréstimos	11.933.847	12.954.055
Responsabilidades representadas por títulos	(1.000.000)	-
Outros passivos operacionais	912.493	516.788
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros	797.609	4.252.341
Impostos pagos sobre os lucros	(920.300)	(867.682)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	(122.691)	3.384.659
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Compra/reforço de participações	52	-
Dividendos recebidos	1.525	1.820
Compra de activos tangíveis	(520.972)	(1.756.384)
Valores recebidos na venda de activos tangíveis	1.229	72.298
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(518.166)	(1.682.266)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.222.773)	(1.156.011)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(1.222.773)	(1.156.011)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.577.493	310.079
Aumento / Diminuição em caixa e equivalentes de caixa	(286.138)	856.462
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.150.366	5.293.904
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.864.228	6.150.366

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

MZN000

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 01 de Janeiro de 2014	15.511.884	4.500.000	2.324.992	8.533.884	153.008
Transferência para a reserva legal	-	-	495.433	(495.433)	-
Dividendos distribuídos em 2014	(1.180.169)	-	-	(1.156.010)	(24.160)
Rendimento integral	3.694.256	-	-	3.649.122	45.134
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	18.025.971	4.500.000	2.820.425	10.531.563	173.983
Transferência para a reserva legal	-	-	524.045	(524.045)	-
Dividendos distribuídos em 2015	(1.250.840)	-	-	(1.222.773)	(28.067)
Rendimento integral	3.696.122	-	-	3.644.191	51.931
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	20.471.252	4.500.000	3.344.470	12.428.936	197.846

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.**Demonstração dos Resultados do Banco
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**

MZN'000			
	Notas	2015	2014
Juros e proveitos equiparados	2	9.449.825	8.377.570
Juros e custos equiparados	2	(3.630.878)	(2.821.439)
Margem financeira		5.818.947	5.556.131
Rendimentos de instrumentos de capital	3	250.322	215.378
Resultados de serviços e comissões	4	2.031.780	1.942.959
Resultados em operações financeiras	5	1.639.940	937.978
Outros resultados de exploração	6	212.136	167.698
Total de proveitos operacionais		9.953.125	8.820.144
Custos com pessoal	7	(2.028.566)	(1.840.922)
Outros gastos administrativos	8	(2.095.755)	(1.792.046)
Amortizações do exercício	9	(467.672)	(421.141)
Total de custos operacionais		(4.591.993)	(4.054.109)
Imparidade do crédito	10	(1.092.876)	(500.682)
Outras provisões	11	(175.200)	(89.634)
Resultado antes de impostos		4.093.056	4.175.719
Impostos			
Correntes	12	(693.877)	(676.293)
Diferidos	12	(7.693)	(5.790)
		(701.570)	(682.083)
Resultado do exercício		3.391.486	3.493.636
Resultado por acção	13	75,37 MZN	77,64 MZN

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	MZN 000	
	2015	2014
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados		
Reservas de reavaliação de instrumentos de cobertura, no âmbito de cobertura de fluxos de caixa	-	5.101
Impostos das reservas de reavaliação	-	(816)
Ganhos/Perdas actuariais do exercício	39.966	(28.292)
Outro rendimento integral do período depois de impostos	39.966	(24.007)
Resultado líquido do exercício	3.391.486	3.493.636
Total do Rendimento Integral do exercício	3.431.452	3.469.629

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.**Balanço do Banco em 31 de Dezembro de 2015**

MZN'000			
	Notas	2015	2014
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	13.717.022	8.493.195
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1.886.454	3.215.926
Aplicações em instituições de crédito	16	6.677.456	3.908.848
Crédito a clientes	17	66.330.980	56.794.676
Activos financeiros disponíveis para venda	18	22.062.133	22.186.330
Investimentos em subsidiárias	19	356.148	356.148
Activos não correntes detidos para venda	20	881.730	889.578
Outros activos tangíveis	21	4.594.176	4.538.551
Activos intangíveis	22	149.281	132.016
Activos por impostos diferidos	24	21.710	29.402
Outros activos	25	388.413	957.370
Total do activo		117.065.503	101.502.040
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	26	3.772.002	2.102.739
Recursos de clientes	27	91.450.263	79.386.987
Títulos de dívida emitidos	28	-	1.025.132
Provisões	29	661.853	463.727
Passivos subordinados	30	175.636	175.611
Passivos por impostos correntes	23	34.086	95.673
Outros passivos	31	2.211.344	1.700.531
Total do passivo		98.305.184	84.950.400
Capitais Próprios			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	14.260.319	12.051.640
Total dos Capitais Próprios		18.760.319	16.551.640
Total da Situação Líquida e Passivo		117.065.503	101.502.040

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	MZN'000	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	11.523.324	9.970.964
Juros e comissões pagos	(3.689.392)	(2.897.478)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(4.184.782)	(3.603.880)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	97.451	76.897
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	3.746.601	3.546.503
Aumentos/Diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	396.221	(7.338.774)
Aplicações em Instituições de Crédito	(2.763.175)	3.477.381
Depósitos em bancos centrais	(4.180.266)	(1.166.921)
Crédito a clientes	(10.785.165)	(8.758.497)
Outros activos operacionais	637.456	(711.084)
Aumentos/Diminuições dos passivos operacionais		
Depósitos de outras instituições de crédito	1.659.598	619.259
Depósitos de clientes e outros empréstimos	11.912.188	13.045.160
Responsabilidades representadas por títulos	(1.000.000)	-
Outros passivos operacionais	783.410	508.704
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros	406.868	3.221.731
Impostos pagos sobre os lucros	(755.464)	(660.060)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	(348.596)	2.561.671
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Dividendos recebidos	250.322	215.378
Compra de activos tangíveis	(541.652)	(1.136.051)
Valores recebidos na venda de activos tangíveis	1.090	72.083
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(290.240)	(848.590)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.222.773)	(1.156.010)
Juros pagos das actividades de financiamento	25	(12.415)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(1.222.748)	(1.168.425)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.575.673	310.079
Aumento / Diminuição em caixa e equivalentes de caixa	(285.911)	854.735
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.148.638	5.293.903
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.862.727	6.148.638

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	MZN'000			
	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados
Saldos em 01 de Janeiro de 2014	14.238.022	4.500.000	2.324.992	7.413.030
Transferência para reserva legal	-	-	495.433	(495.433)
Dividendos distribuídos em 2014	(1.156.011)	-	-	(1.156.011)
Rendimento integral	3.469.629	-	-	3.469.629
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	16.551.640	4.500.000	2.820.425	9.231.215
Transferência para reserva legal	-	-	524.045	(524.045)
Dividendos distribuídos em 2015	(1.222.773)	-	-	(1.222.773)
Rendimento integral	3.431.452	-	-	3.431.452
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	18.760.319	4.500.000	3.344.470	10.915.849

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.**RELATÓRIO E CONTAS MILLENNIUM BIM 2015 - Notas às Demonstrações Financeiras****Notas**

- 1 Políticas contabilísticas
- 2 Margem financeira
- 3 Rendimentos de instrumentos de capital
- 4 Resultados de serviços e comissões
- 5 Resultados em operações financeiras
- 6 Outros resultados de exploração
- 7 Custos com pessoal
- 8 Outros gastos administrativos
- 9 Amortizações do exercício
- 10 Imparidade do crédito
- 11 Outras provisões
- 12 Impostos
- 13 Resultado por acção
- 14 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique
- 15 Disponibilidades em outras instituições de crédito
- 16 Aplicações em instituições de crédito
- 17 Crédito a Clientes
- 18 Activos financeiros disponíveis para venda
- 19 Investimentos em subsidiárias e associadas
- 20 Activos não correntes detidos para venda
- 21 Outros activos tangíveis
- 22 *Goodwill* e activos intangíveis
- 23 Activos e passivos por impostos correntes
- 24 Activos e passivos por impostos diferidos
- 25 Outros activos
- 26 Recursos de outras instituições de crédito
- 27 Recursos de Clientes
- 28 Títulos de dívida emitidos
- 29 Provisões
- 30 Passivos subordinados
- 31 Outros passivos
- 32 Capital social
- 33 Reservas e resultados acumulados
- 34 Dividendos
- 35 Garantias e outros compromissos
- 36 Partes relacionadas
- 37 Caixa e equivalentes de caixa
- 38 Justo valor
- 39 Outros benefícios aos empregados
- 40 Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais
- 41 Gestão de risco
- 42 Solvabilidade
- 43 Concentrações de risco

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação e de contabilização

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“o Banco” ou “BIM”) é um Banco de capitais essencialmente privados com sede social em Maputo. As demonstrações financeiras do Grupo e do Banco agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto “Grupo”) e a participação no Grupo nas associadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Todas as referências deste documento a qualquer normativo reportam sempre à respectiva versão vigente.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável.

Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (disposal groups) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota y).

As NIRF incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 19 de Fevereiro de 2016. As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais arredondados ao milhar mais próximo.

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco e da sua subsidiária (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são directamente imputados a resultados.

O goodwill positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O goodwill resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o goodwill apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do goodwill é estimado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O goodwill não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a Clientes

A rubrica Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos Clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos, (ii) os direitos contratuais do Grupo expiram ou (iii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esses créditos.

As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas por imparidade no exercício em que ocorram.

O Crédito a Clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre Clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito, caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de reporte, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada Cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico - financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do Cliente;
- o património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e a quantia escriturada de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados.

O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade.

Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos que não cumpram os requisitos de classificação para a análise individual, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos (análise paramétrica); ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas, cuja identificação em termos individuais, só ocorrerão em períodos futuros.

d) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação

O Banco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e devedores;
- detidos até-à-maturidade;
- disponíveis-para-venda; e
- ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
- detido para negociação; ou
- designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e as vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre o quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) e a soma:

- (i) da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e

(ii) de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos na demonstração da situação financeira, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimos de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno swap sobre os activos transferidos, a transacção será contabilizada como uma transacção de financiamento com garantia semelhante a transacções de venda e recompra porque o Banco mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de tais activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de estabelecer para o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da situação financeira quando, e apenas quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitido pelas IFRS, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

(v) Mensuração do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução quanto à imparidade.

(vi) Mensuração do justo valor

"Justo valor" é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso para os quais o Banco tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado tenham em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção - ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em lucros ou prejuízos em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, mas o mais tardar quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transacção seja fechada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e risco de crédito, que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida aos mercados ou o risco de crédito são mensurados com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma exposição de risco em particular. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior do que o valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor a partir do fim do período de relato no qual ocorre a mudança.

O Banco tem activos financeiros classificados nas seguintes categorias:

1) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são os detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, designadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, e são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros.

Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação de activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou as perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidas na rubrica de Resultados de activos financeiros disponíveis para venda da demonstração de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associada aos activos, o prémio ou desconto é mensuralizado até ao vencimento e reconhecido nas respectivas contas de custos/proveitos como juros o que representa a expressão da taxa efectiva de forma linear. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

2) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros calculados pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações financeiras", no momento em que ocorrem.

Imparidade dos instrumentos financeiros

Em cada data de relato, é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida em resultados. Caso num período subsequente o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de Resultados.

A recuperação das perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

A política de imparidade sobre a carteira de crédito a Clientes, encontra-se descrita na nota 1 c) acima.

e) Contabilidade de cobertura**(i) Contabilidade de cobertura**

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer efectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Contabilidade de cobertura

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra**(i) Empréstimo de títulos**

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são

reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

i) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

j) Locação Financeira

Na óptica do locatário os contractos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

m) Resultados em operações financeiras

Os proveitos e custos em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultarem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira.

Regista também os ganhos e as perdas de activos e passivos financeiros classificados como disponíveis para venda e os dividendos associados a essas carteiras.

n) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 10
Outros activos tangíveis	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

o) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são mensuradas ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data de relato. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

p) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é imputada à conta de resultados segundo o critério das quotas constantes, durante o período de vida útil esperada:

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

Goodwill

O goodwill da aquisição de subsidiária é apresentado em activos intangíveis. A mensuração inicial representa a diferença entre o valor pago o valor justo dos activos da subsidiária.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial o Goodwill é mensurado pelo custo menos as perdas acumuladas por imparidade.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

r) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de relato. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam avaliados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do correspondente movimento.

s) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

t) Benefícios a empregados

O Grupo atribui aos Colaboradores um plano de benefícios definidos, o qual é financiado através de um seguro que é gerido pela sua subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Para o plano de benefícios, o Grupo financia uma pensão remida que garante aos seus Colaboradores através de um complemento de reforma, que funciona numa base autónoma.

A pensão remida será atribuída aos Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

A responsabilidade líquida do Grupo com o plano de benefício definido é estimada anualmente, com referência a 31 de Dezembro.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos a cobrir as responsabilidades.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com o plano e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com o plano e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

(ii) Benefícios a empregados de curto prazo

Benefícios de curto prazo consistem em salários e quaisquer benefícios não monetários, tais como contribuições de ajuda médica são mensurados numa base não descontada e são contabilizadas como despesa quando o serviço relacionado seja prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor a ser pago se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado, pelo empregado, e a obrigação para ser estimada com segurança.

(iii) Cessação de benefícios

Os benefícios inerentes à cessação do vínculo laboral são reconhecidos como despesa quando o Grupo não está em posição de poder revogar os compromissos formalmente assumidos antes da data de reforma ou quando relacionados com benefícios negociados, resultantes duma rescisão voluntária do Colaborador.

Caso não seja expectável que os benefícios venham a ser liquidados num prazo de 12 meses, os mesmos são descontados.

u) Impostos sobre lucros

O Grupo e a sua subsidiária com sede em Moçambique estão sujeitos ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

Os impostos sobre lucros são registados em resultados.

O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

Os impostos correntes correspondem ao valor que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando as taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do relato e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de relato e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

v) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- Corporate Banking; e
- Seguros.

w) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

x) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas e em circulação.

y) Contractos de seguros

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados com segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método pro-rata temporis, por cada recibo em vigor.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como segue:

A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e

Pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos cujos sinistrados se encontram em situação de “cura clínica”.

(iv) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting):

Os ganhos e perdas não realizados dos activos afectos a responsabilidades de contractos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contractos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contractos.

z) Estimativas Contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas sua subsidiária residente durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço da entidade do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo goodwill, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

2. Margem financeira

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Juros e proveitos equiparados</i>				
Juros de crédito	7.832.885	7.243.689	7.832.885	7.243.689
Juros de depósitos e outras aplicações	25.216	73.235	25.042	70.330
Juros de títulos disponíveis para venda	1.812.495	1.274.844	1.591.898	1.063.551
	<u>9.670.596</u>	<u>8.591.768</u>	<u>9.449.825</u>	<u>8.377.570</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>				
Juros de depósitos e outros recursos	3.426.199	2.628.067	3.531.255	2.691.298
Juros de títulos emitidos	86.743	117.681	99.456	130.095
Outros custos e juros equiparados	166	46	167	46
	<u>3.513.108</u>	<u>2.745.794</u>	<u>3.630.878</u>	<u>2.821.439</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>6.157.488</u>	<u>5.845.974</u>	<u>5.818.947</u>	<u>5.556.131</u>

3. Rendimentos de instrumentos de capital

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Rendimentos de investimentos em subsidiárias	-	-	250.322	215.378
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	1.525	1.820	-	-
	<u>1.525</u>	<u>1.820</u>	<u>250.322</u>	<u>215.378</u>

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital corresponde, para o Banco, a dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. e, para o Grupo, a dividendos recebidos de outras participações detidas pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A..

4. Resultados de serviços e comissões

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Serviços bancários prestados</i>				
Por garantias prestadas	526.387	478.925	526.387	478.925
Por serviços bancários prestados	902.323	930.999	965.653	983.482
Comissões da actividade seguradora	72.070	58.765	-	-
Outras comissões	738.852	633.259	738.851	633.259
	<u>2.239.632</u>	<u>2.101.948</u>	<u>2.230.891</u>	<u>2.095.666</u>
<i>Serviços bancários recebidos</i>				
Por garantias recebidas	33.050	32.681	33.050	32.681
Por serviços bancários prestados	84	3	83	-
Comissões da actividade seguradora	67.504	67.312	-	-
Outras comissões	165.979	120.026	165.978	120.026
	<u>266.617</u>	<u>220.022</u>	<u>199.111</u>	<u>152.707</u>
<i>Resultados líquidos de serviços e comissões</i>	<u>1.973.015</u>	<u>1.881.926</u>	<u>2.031.780</u>	<u>1.942.959</u>

5. Resultados em operações financeiras

	MZN 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Lucros em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	1.981.967	1.011.228	1.587.444	941.877
Outras operações	59.896	-	56.845	7.488
	<u>2.041.863</u>	<u>1.011.228</u>	<u>1.644.289</u>	<u>949.365</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	297.077	48.664	1.148	9.890
Outras operações	3.201	1.497	3.201	1.497
	<u>300.278</u>	<u>50.161</u>	<u>4.349</u>	<u>11.387</u>
	<u>1.741.585</u>	<u>961.067</u>	<u>1.639.940</u>	<u>937.978</u>

6. Outros resultados de exploração

	MZN 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Outros proveitos de exploração</i>				
Rendimentos de imóveis	16.166	11.094	8.991	3.566
Prestação de serviços	11.753	14.268	70.812	65.213
Reembolso de despesas	144.543	142.166	144.543	142.166
Prémios de seguros	1.171.387	1.150.791	-	-
Outros proveitos de exploração	147.896	40.277	63.293	28.506
	<u>1.491.745</u>	<u>1.358.596</u>	<u>287.639</u>	<u>239.451</u>
<i>Outros custos de exploração</i>				
Impostos	37.014	26.065	34.364	25.236
Donativos e quotizações	17.990	17.922	17.618	17.922
Custos com sinistros	262.599	381.867	-	-
Outros custos de exploração	27.034	32.713	23.521	28.595
	<u>344.637</u>	<u>458.567</u>	<u>75.503</u>	<u>71.753</u>
	<u>1.147.108</u>	<u>900.029</u>	<u>212.136</u>	<u>167.698</u>

O valor de outros proveitos, em Dezembro de 2015, no Grupo inclui o reconhecimento no consolidado dos desvios actuariais financeiros positivos no valor de 77.768 (milhares de meticaís).

7. Custos com pessoal

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Remunerações	2.002.599	1.811.590	1.852.440	1.677.949
Encargos sociais obrigatórios	68.062	66.265	61.851	56.505
Encargos sociais facultativos	13.683	50.578	107.169	101.853
Outros custos	11.960	6.521	7.106	4.615
	2.096.304	1.934.954	2.028.566	1.840.922

O efectivo médio de colaboradores ao serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, é demonstrado como segue:

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Administração e Direcção	160	144	142	131
Específicas / Técnicas	941	915	856	811
Outras funções	1.401	1.403	1.355	1.375
	2.500	2.463	2.353	2.317

O valor total das remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de Administração e Fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, registado na rubrica de Remunerações, foi de 182.308 milhares de meticais e 167.047 milhares de meticais, respectivamente (2014: 145.588 milhares de meticais e 132.823 milhares de meticais).

A rubrica de custos com pessoal inclui ainda os custos associados às responsabilidades com pensões para o Grupo e pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 no montante de 54.414 milhares de meticais e de 49.760 milhares de meticais, respectivamente. (2014: 51.117 milhares de meticais e 47.729 milhares de meticais).

8. Outros gastos administrativos

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Água, energia e combustíveis	84.922	81.561	80.603	76.918
Material de consumo corrente	120.311	96.754	116.563	93.272
Rendas e alugueres	182.759	129.340	245.132	189.575
Comunicações	147.916	142.279	144.665	139.676
Deslocações, estadias e representações	66.980	50.808	63.122	49.152
Publicidade	115.865	91.366	105.510	87.702
Custos com trabalho independente	107.699	76.238	93.206	50.519
Conservação e reparação	166.294	156.158	160.418	150.309
Seguros	7.036	6.408	70.752	64.597
Serviços judiciais, contenciosos e notariado	9.802	9.326	9.760	9.302
Informática e Consultoria	814.759	677.896	793.712	676.694
Segurança e vigilância	93.338	85.039	90.601	82.794
Limpeza de instalações	27.959	26.178	27.959	26.178
Transportes de valores	70.962	78.750	70.962	78.750
Formação do pessoal	21.451	15.688	21.451	15.688
Outros serviços de terceiros	4.494	3.893	1.339	920
	2.042.547	1.727.682	2.095.755	1.792.046

9. Amortizações do exercício

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Activos intangíveis</i>				
Software	62.529	59.433	57.287	53.051
<i>Activos tangíveis</i>				
Imóveis	137.790	106.456	120.626	93.534
Equipamento	300.741	283.608	289.726	274.523
Mobiliário	22.869	17.778	21.522	16.855
Máquinas	10.043	12.200	9.996	12.129
Equipamento informático	133.540	125.105	132.100	123.552
Instalações interiores	45.594	39.206	45.390	38.999
Viaturas	54.380	53.946	47.710	48.666
Equipamento de segurança	31.124	32.394	31.124	32.394
Outro equipamento	3.191	2.979	1.884	1.928
Outros activos tangíveis	33	33	33	33
	438.564	390.097	410.385	368.090
	501.093	449.530	467.672	421.141

10. Imparidade do crédito

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Crédito concedido a clientes</i>				
Dotação líquida do exercício	1.190.326	577.578	1.190.326	577.578
Recuperação de crédito e de juros abatidos ao activo	(97.450)	(76.896)	(97.450)	(76.896)
	1.092.876	500.682	1.092.876	500.682

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

11. Outras provisões

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Provisões para riscos de crédito indirecto				
Dotação do exercício	92.874	202.877	92.874	202.877
Reversão do exercício	(72.183)	(125.206)	(72.183)	(125.206)
Provisões para riscos bancários gerais				
Dotação do exercício	8.861	5.734	8.861	5.734
Reversão do exercício	-	(2.614)	-	(2.614)
Outras provisões para riscos e encargos				
Dotação do exercício	112.500	523	112.500	523
Reversão do exercício	(2.916)	(520)	(2.916)	(520)
Provisões técnicas de seguros				
Dotação do exercício	461.439	319.650	-	-
Reversão do exercício	-	-	-	-
Provisões para outros activos				
Dotação do exercício	17.746	186	-	186
Reversão do exercício	-	(2.683)	-	-
Provisões para activos não correntes detidos para venda				
Dotação do exercício	36.065	12.230	36.065	12.230
Reversão do exercício	-	(3.575)	-	(3.575)
	654.386	406.600	175.200	89.634

12. Impostos

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Imposto corrente	888.790	841.978	693.877	676.293
Imposto diferido				
Activos Tangíveis	7.693	5.790	7.693	5.790
Total de custo de impostos	896.483	847.768	701.570	682.083
Reconciliação de custo efectivo do imposto				
Resultado antes de impostos	4.633.515	4.571.368	4.093.056	4.175.719
Impostos correntes	893.750	864.990	661.284	663.589
Ajustamentos ao imposto:				
Impacto das despesas não dedutíveis	10.335	10.142	8.994	9.192
Impacto de custos não dedutíveis	22.394	8.735	21.860	8.188
Rendimentos isentos de imposto ou não tributáveis	(13.674)	(7.094)	(13.674)	(5.193)
Amortização do custo diferido	(8.239)	(5.131)	(8.239)	(5.131)
Benefícios fiscais	(40.052)	(36.955)	(40.052)	(36.955)
Rendimentos de títulos de Dívida Pública - taxa liberatória	(359.544)	(264.156)	(254.812)	(170.413)
Imposto à taxa liberatória de juros da Dívida Pública	383.820	271.446	318.515	213.016
Custo de impostos	888.791	841.978	693.877	676.293

O Banco, ao abrigo dos incentivos aduaneiros e fiscais previstos no Código dos Benefícios Fiscais em Moçambique (CBFM), aprovado pelo Decreto n.º 12/93, de 21 de Julho, beneficia de uma redução de 50% nas taxas de imposto sobre os lucros finais distribuíveis entre os sócios, durante o período de recuperação do investimento efectivamente realizado. Este benefício termina a 31 de Dezembro de 2015.

13. Resultado por acção

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Resultado líquido	3.684.884.798	3.677.927.735	3.391.486.281	3.493.636.411
Número de acções	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
<i>Resultado por acção</i>	81,89	81,73	75,37	77,64

14. Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Caixa	3.976.273	2.932.712	3.976.273	2.932.712
Banco de Moçambique	9.740.749	5.560.483	9.740.749	5.560.483
	13.717.022	8.493.195	13.717.022	8.493.195

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com o Aviso n.º 02/GBM/2012 do Banco de Moçambique, obriga à manutenção de saldo em depósitos no Banco de Moçambique, equivalente a 10,5% sobre o montante médio diário dos depósitos e outras responsabilidades.

15. Disponibilidades em outras instituições de crédito

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Instituições de crédito no país	155.596	121.474	154.095	119.746
Instituições de crédito no estrangeiro	1.732.359	3.096.180	1.732.359	3.096.180
	1.887.955	3.217.654	1.886.454	3.215.926

A rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito no país, inclui valores a cobrar no montante de 136.172 milhares de meticais, para o Banco e para o Grupo, que representam, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito em cobrança em 31 de Dezembro de 2015 (2014: 99.404 milhares de meticais).

Desagregação das Disponibilidades em Outras Instituições de crédito no estrangeiro por moeda:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
USD	904.427	2.826.482	904.427	2.826.482
CAD	952	961	952	961
ZAR	3.333	-	3.333	-
DKK	2.137	411	2.137	411
GBP	2.954	14.257	2.954	14.257
JPY	-	1.110	-	1.110
NOK	1.790	5.128	1.790	5.128
SEK	4.001	1.800	4.001	1.800
CHF	14.788	1.927	14.788	1.927
EUR	768.156	243.376	768.156	243.376
AUD	2.297	728	2.297	728
	1.732.359	3.096.180	1.732.359	3.096.180

16. Aplicações em instituições de crédito

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Aplicações em instituições de crédito no país	3.689.011	1.583.907	3.677.890	1.582.123
Aplicações inst.crédito no estrangeiro	2.999.566	2.326.725	2.999.566	2.326.725
	6.688.577	3.910.632	6.677.456	3.908.848

17. Crédito a Clientes

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Crédito com garantias reais	19.824.405	15.280.992	19.824.405	15.280.992
Crédito com outras garantias	35.673.873	28.813.787	35.673.873	28.813.787
Crédito sem garantias	6.088.612	7.556.008	6.088.612	7.556.008
Crédito ao sector público	3.524.836	3.882.779	3.524.836	3.882.779
Crédito em locação financeira	2.176.293	2.614.680	2.176.293	2.614.680
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	181.289	305.777	181.289	305.777
	67.469.308	58.454.023	67.469.308	58.454.023
Crédito vencido - menos de 90 dias	91.021	177.426	91.021	177.426
Crédito vencido - mais de 90 dias	2.948.061	1.299.990	2.948.061	1.299.990
	70.508.389	59.931.439	70.508.389	59.931.439
Imparidade para riscos de crédito	(4.177.409)	(3.136.763)	(4.177.409)	(3.136.763)
	66.330.980	56.794.676	66.330.980	56.794.676

A análise do crédito a Clientes por tipo de operação é a seguinte:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Curto prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos	2.023.599	2.397.450	2.023.599	2.397.450
Crédito em conta corrente	6.212.471	5.530.067	6.212.471	5.530.067
Descobertos em depósitos à ordem	1.921.710	2.376.737	1.921.710	2.376.737
Empréstimos	11.484.257	5.595.507	11.484.257	5.595.507
Crédito imobiliário	1.390	560	1.390	560
Capital em locação	363.032	183.434	363.032	183.434
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	181.289	305.777	181.289	305.777
	22.187.748	16.389.532	22.187.748	16.389.532
<i>Médio e longo prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos				
Empréstimos	43.469.689	39.633.806	43.469.689	39.633.806
Crédito imobiliário	71.544	163.304	71.544	163.304
Capital em locação	1.740.327	2.267.382	1.740.327	2.267.382
	45.281.560	42.064.492	45.281.560	42.064.492
Crédito vencido - menos de 90 dias	91.021	177.426	91.021	177.426
Crédito vencido - mais de 90 dias	2.948.061	1.299.990	2.948.061	1.299.990
	3.039.081	1.477.416	3.039.081	1.477.416
Imparidade para riscos de crédito	(4.177.409)	(3.136.763)	(4.177.409)	(3.136.763)
	66.330.980	56.794.676	66.330.980	56.794.676

A análise do crédito a Clientes por sector de actividade é a seguinte:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Agricultura e silvicultura	2.448.962	1.965.463	2.448.962	1.965.463
Indústrias extractivas	1.256.581	1.908.895	1.256.581	1.908.895
Alimentação, bebidas e tabaco	1.230.450	954.957	1.230.450	954.957
Têxteis	6.117	5.129	6.117	5.129
Papel, artes gráficas e editoras	154.091	114.354	154.091	114.354
Químicas	1.938.954	475.974	1.938.954	475.974
Máquinas e equipamentos	1.643.898	1.374.248	1.643.898	1.374.248
Electricidade, água e gás	4.346.760	3.439.104	4.346.760	3.439.104
Construção	5.345.237	9.501.578	5.345.237	9.501.578
Comércio	7.966.397	8.970.155	7.966.397	8.970.155
Restaurantes e hotéis	1.357.339	1.231.557	1.357.339	1.231.557
Transportes e comunicações	4.425.233	3.660.343	4.425.233	3.660.343
Serviços	9.539.085	7.185.761	9.539.085	7.185.761
Crédito ao consumo	15.074.095	12.475.157	15.074.095	12.475.157
Crédito à habitação	989.978	990.080	989.978	990.080
Estado Moçambicano	11.722.496	4.636.710	11.722.496	4.636.710
Outras actividades	1.062.716	1.041.974	1.062.716	1.041.974
	70.508.389	59.931.439	70.508.389	59.931.439
Imparidade para riscos de crédito	(4.177.409)	(3.136.763)	(4.177.409)	(3.136.763)
	66.330.980	56.794.676	66.330.980	56.794.676

A carteira de crédito a Clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro.

A análise dos créditos reestruturados por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Agricultura e silvicultura	698.141	698.141
Alimentação, bebidas e tabaco	79.778	79.778
Têxteis	5.066	5.066
Papel, artes gráficas e editoras	9.357	9.357
Químicas	20.084	20.084
Máquinas e equipamentos	10.483	10.483
Electricidade, água e gás	9.029	9.029
Construção	25.472	25.472
Comércio	105.100	105.100
Restaurantes e hotéis	34.820	34.820
Transportes e comunicações	30.413	30.413
Serviços	61.804	61.804
Crédito ao consumo	152.626	152.626
Crédito à habitação	5.792	5.792
Outras actividades	30.941	30.941
	1.278.907	1.278.907

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Crédito com garantias reais	1.489.866	341.239
Crédito com outras garantias	1.108.104	838.268
Crédito sem garantias	247.720	167.825
Crédito ao sector público	787	39
Crédito em locação financeira	192.604	92.009
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	-	38.037
	3.039.082	1.477.416

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Agricultura e silvicultura	84.484	24.828
Indústrias extractivas	15	9
Alimentação, bebidas e tabaco	30.565	21.342
Têxteis	53	36
Papel, artes gráficas e editoras	1.220	779
Químicas	1.025	42
Máquinas e equipamentos	1.040.507	293
Electricidade, água e gás	809	762
Construção	31.829	59.601
Comércio	91.547	58.115
Restaurantes e hotéis	42.475	16.705
Transportes e comunicações	578.668	401.879
Serviços	71.213	67.590
Crédito ao consumo	1.031.661	819.400
Crédito à habitação	13.988	3.857
Estado Moçambicano	806	39
Outras actividades	18.217	2.139
	3.039.082	1.477.416

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	3.136.763	2.969.375	3.136.763	2.969.375
Dotação do exercício líquida	1.190.617	577.578	1.190.617	577.578
Transferências	-	(24.435)	-	(24.435)
Utilização de imparidade	(342.298)	(422.085)	(342.298)	(422.085)
Diferenças cambiais	192.327	36.330	192.327	36.330
Saldo em 31 de Dezembro	4.177.409	3.136.763	4.177.409	3.136.763

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2015:

MZN'000

	Classes de incumprimento			Total
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Crédito vencido com garantia	122.764	1.159.766	1.508.830	2.791.360
Imparidade existente	50.252	315.603	983.703	1.349.558
Crédito vencido sem garantia	31.176	45.688	170.857	247.721
Imparidade existente	20.184	27.219	129.604	177.007
Total de crédito vencido	153.940	1.205.454	1.679.687	3.039.081
Total da imparidade para crédito vencido	70.436	342.822	1.113.307	1.526.565
Total da imparidade para crédito vincendo				2.650.844
Total da imparidade para riscos de crédito				4.177.409

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2014:

MZN'000

	Classes de incumprimento			Total
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Crédito vencido com garantia	560.692	82.006	666.893	1.309.591
Imparidade existente	105.362	49.143	528.335	682.839
Crédito vencido sem garantia	34.742	34.068	99.015	167.825
Imparidade existente	20.960	26.611	77.107	124.677
Total de crédito vencido	595.435	116.074	765.908	1.477.416
Total da imparidade para crédito vencido	126.322	75.754	605.442	807.517
Total da imparidade para crédito vincendo				2.329.246
Total da imparidade para riscos de crédito				3.136.763

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Agricultura e silvicultura	427.140	162.409
Indústrias extractivas	24.630	37.959
Alimentação, bebidas e tabaco	40.826	48.529
Têxteis	132	105
Papel, artes gráficas e editoras	3.758	2.918
Químicas	38.680	9.482
Máquinas e equipamentos	300.284	41.644
Electricidade, água e gás	85.556	69.548
Construção	212.958	250.032
Comércio	292.221	346.921
Restaurantes e hotéis	39.975	31.146
Transportes e comunicações	414.256	247.691
Serviços	314.472	235.330
Crédito ao consumo	1.662.710	1.459.778
Crédito à habitação	55.400	55.864
Estado Moçambicano	233.002	92.101
Outras actividades	31.409	45.306
	4.177.409	3.136.763

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Crédito com garantias reais	1.419.385	725.939
Crédito com outras garantias	2.141.946	1.813.250
Crédito sem garantias	306.375	301.949
Crédito ao sector público	70.548	77.092
Crédito em locação financeira	235.646	209.064
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	3.509	9.467
	4.177.409	3.136.763

A anulação de crédito por utilização de provisão por sector de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Agricultura e silvicultura	25.049	19.672
Alimentação, bebidas e tabaco	4	14
Têxteis	1	-
Papel artes gráficas e editoras	141	-
Químicas	32.149	-
Máquinas e equipamento	2.545	15
Electricidade, água e gás	4	-
Construção	2.564	29.305
Comércio	114.004	45.306
Restaurantes e hotéis	15	93
Transportes e comunicações	980	1.872
Serviços	1.948	28.089
Crédito ao consumo	161.009	285.314
Crédito à habitação	-	70
Outras actividades	1.885	12.335
	342.298	422.085

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Crédito com outras garantias	294.625	353.333
Crédito sem garantias	47.673	68.752
	342.298	422.085

A recuperação de créditos e de juros anulados no ano ou em anos anteriores, efectuada no decorrer de 2015 apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	MZN' 000	
	2015	2014
Crédito com outras garantias	70.652	41.545
Crédito sem garantias	26.799	35.352
	97.451	76.897

18. Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
MZN' 000				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	24.156.226	23.738.615	22.038.612	22.162.809
	<u>24.156.226</u>	<u>23.738.615</u>	<u>22.038.612</u>	<u>22.162.809</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	54.700	46.502	30.619	30.619
Imparidade de acções e outros títulos de rendimento variável	(7.098)	(7.098)	(7.098)	(7.098)
	<u>24.203.828</u>	<u>23.778.019</u>	<u>22.062.133</u>	<u>22.186.330</u>

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda corresponde essencialmente a títulos emitidos pelo Estado de Moçambique, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Não se registaram movimentos na imparidade associada à carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

19. Investimentos em subsidiárias e associadas

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
MZN' 000				
Subsidiária:				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	-	-	356.148	356.148
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>356.148</u>	<u>356.148</u>

O investimento na subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique S.A., no valor de 356.148 milhares de meticais, corresponde ao custo de aquisição da participação social. Em 31 de Dezembro de 2015 os capitais próprios da subsidiária, ascendem a 2.037.518 milhares de meticais (Em 2014: 1.786.586 milhares de meticais).

Em 31 de Dezembro de 2015, a percentagem da participação do Banco na subsidiária, é demonstrada como se segue:

Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade Económica	% de participação	Método de consolidação
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	Maputo	147.500.000	Seguros	89,91	Integral*

*Para efeitos de reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso nr. 08/GBM/2007, o Banco consolida pelo método de Equivalência patrimonial.

A participação do Grupo na SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, não sofreu alterações em relação ao ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2015, a percentagem da participação do Grupo nas associadas é demonstrada como se segue:

Associada	Sede	Capital Social	Actividade Económica	Participação Efektiva (%)		Valor de Balanço	
				Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500	Gestão Imobiliária	17,98	17,98	250.208	250.208
Beira Nave	Beira	2.850	Estaleiros navais	20,54	20,54	16.998	17.049
						267.206	267.258

20. Activos não correntes detidos para venda

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Aplicações por recuperação de crédito				
Imóveis	1.051.338	1.025.104	1.051.338	1.025.104
Equipamentos e outros	9.813	7.830	9.813	7.830
	1.061.151	1.032.934	1.061.151	1.032.934
Imparidade	(179.421)	(143.356)	(179.421)	(143.356)
	881.730	889.578	881.730	889.578

Os movimentos de imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Saldo em 1 de Janeiro	143.356	118.853	143.356	118.853
Dotação do exercício	36.065	12.230	36.065	12.230
Reversão do exercício	-	(3.575)	-	(3.575)
Utilizações	-	(9.182)	-	(9.182)
Transferências	-	25.029	-	25.029
Saldo no fim do exercício	179.421	143.356	179.421	143.356

21. Outros activos tangíveis

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2015, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Imóveis	4.112.886	4.058.783	3.275.297	3.221.194
Obras em edifícios arrendados	732.581	620.902	732.581	620.902
Equipamento				
Mobiliário	324.454	312.190	318.005	306.519
Máquinas	148.341	147.145	145.014	143.869
Equipamento informático	1.571.881	1.389.932	1.558.650	1.377.729
Instalações interiores	678.093	562.558	671.323	559.426
Viaturas	412.871	365.759	357.872	327.330
Equipamento de segurança	261.308	241.858	261.308	241.858
Outros activos tangíveis	55.144	52.340	43.911	42.220
Investimentos em curso	155.507	271.938	155.507	271.938
	8.453.065	8.023.405	7.519.468	7.112.985
Amortizações e imparidade acumuladas	(3.146.713)	(2.767.702)	(2.925.292)	(2.574.434)
	5.306.352	5.255.703	4.594.176	4.538.551

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2015, para o Grupo, são analisados como segue:

MZN' 000					
	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>					
Imóveis	4.058.783	34.756	-	19.347	4.112.886
Obras em edifícios arrendados	620.902	1.273	-	110.405	732.581
Equipamento					
Mobiliário	312.190	8.069	(84)	4.279	324.454
Máquinas	147.145	1.196	-	-	148.341
Equipamento informático	1.389.932	56.434	(12.644)	138.160	1.571.881
Instalações interiores	562.558	60.844	(3.496)	58.187	678.093
Viaturas	365.759	91.590	(44.478)	-	412.871
Equipamento de segurança	241.858	9.502	-	9.948	261.308
Outros activos tangíveis	52.340	2.267	(80)	616	55.144
Imobilizado em curso	271.938	224.511	-	(340.942)	155.507
	8.023.405	490.442	(60.782)	-	8.453.065
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(312.260)	(89.316)	405	-	(401.171)
Obras em edifícios arrendados	(288.278)	(48.474)	-	-	(336.752)
Equipamento					
Mobiliário	(167.787)	(22.869)	816	50	(189.791)
Máquinas	(117.049)	(10.043)	-	(50)	(127.142)
Equipamento informático	(1.111.200)	(133.540)	12.628	-	(1.232.112)
Instalações interiores	(307.745)	(45.594)	2.448	-	(350.891)
Viaturas	(263.559)	(54.379)	43.226	1.223	(273.489)
Equipamento de segurança	(159.959)	(31.124)	-	-	(191.083)
Outros activos tangíveis	(39.865)	(3.225)	30	(1.223)	(44.283)
	(2.767.702)	(438.564)	59.553	-	(3.146.713)

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2014, para o Grupo, são analisados como segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2014
<i>Custo</i>					
Imóveis	1.269.987	178.225	-	2.610.571	4.058.783
Obras em edifícios arrendados	619.192	5.801	(102.803)	98.713	620.902
Equipamento					
Mobiliário	253.686	12.046	(794)	47.253	312.190
Máquinas	141.559	5.715	(128)	-	147.145
Equipamento informático	1.240.578	30.603	(341)	119.092	1.389.932
Instalações interiores	515.473	36.508	(168)	10.745	562.558
Viaturas	354.495	29.141	(17.877)	-	365.759
Equipamento de segurança	219.250	18.677	-	3.932	241.858
Outros activos tangíveis	47.344	5.044	(49)	-	52.339
Imobilizado em curso	2.288.807	873.436	-	(2.890.305)	271.939
	<u>6.950.369</u>	<u>1.195.195</u>	<u>(122.159)</u>	<u>-</u>	<u>8.023.405</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(252.326)	(59.934)	-	-	(312.259)
Obras em edifícios arrendados	(272.384)	(46.925)	31.030	-	(288.279)
Equipamento					
Mobiliário	(151.040)	(17.375)	627	-	(167.788)
Máquinas	(104.921)	(12.200)	72	-	(117.049)
Equipamento informático	(986.365)	(125.105)	269	1	(1.111.200)
Instalações interiores	(268.599)	(39.206)	60	-	(307.745)
Viaturas	(227.377)	(53.946)	17.764	-	(263.558)
Equipamento de segurança	(127.564)	(32.394)	-	(1)	(159.959)
Outros activos tangíveis	(36.891)	(3.013)	39	-	(39.865)
	<u>(2.427.467)</u>	<u>(390.097)</u>	<u>49.861</u>	<u>-</u>	<u>(2.767.702)</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2015, para o Banco, são analisados como segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>					
Imóveis	3.221.194	34.756	-	19.347	3.275.297
Obras em edifícios arrendados	620.902	1.273	-	110.405	732.581
Equipamento					
Mobiliário	306.519	7.207	-	4.279	318.005
Máquinas	143.869	1.145	-	0	145.014
Equipamento informático	1.377.729	55.404	(12.643)	138.160	1.558.650
Instalações interiores	559.426	57.206	(3.496)	58.187	671.323
Viaturas	327.330	75.020	(44.478)	0	357.872
Equipamento de segurança	241.858	9.502	-	9.948	261.308
Outros activos tangíveis	42.220	1.075	-	616	43.911
Imobilizado em curso	271.938	224.511	-	(340.942)	155.507
	<u>7.112.985</u>	<u>467.100</u>	<u>(60.617)</u>	<u>-</u>	<u>7.519.468</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(165.745)	(72.152)	-	-	(237.897)
Obras em edifícios arrendados	(288.278)	(48.474)	-	-	(336.752)
Equipamento					
Mobiliário	(164.258)	(21.522)	-	-	(185.780)
Máquinas	(114.037)	(9.996)	-	-	(124.033)
Equipamento informático	(1.102.017)	(132.100)	12.632	-	(1.221.485)
Instalações interiores	(304.613)	(45.390)	2.446	-	(347.556)
Viaturas	(240.689)	(47.710)	44.449	-	(243.950)
Equipamento de segurança	(159.959)	(31.124)	-	-	(191.083)
Outros activos tangíveis	(34.838)	(1.918)	-	-	(36.756)
	<u>(2.574.434)</u>	<u>(410.385)</u>	<u>59.527</u>	<u>-</u>	<u>(2.925.292)</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2014, para o Banco, são analisados como segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2014
<i>Custo</i>					
Imóveis	592.200	18.422	-	2.610.571	3.221.194
Obras em edifícios arrendados	619.192	5.801	(102.803)	98.713	620.902
Equipamento					
Mobiliário	247.878	11.939	(551)	47.253	306.519
Máquinas	138.169	5.700	-	-	143.869
Equipamento informático	1.228.352	30.357	(72)	119.092	1.377.729
Instalações interiores	512.341	36.508	(168)	10.745	559.427
Viaturas	319.561	21.749	(13.980)	-	327.330
Equipamento de segurança	219.250	18.676	-	3.932	241.858
Outros activos tangíveis	40.461	1.760	-	-	42.220
Imobilizado em curso	2.288.806	873.436	-	(2.890.305)	271.937
	<u>6.206.211</u>	<u>1.024.348</u>	<u>(117.574)</u>	<u>-</u>	<u>7.112.985</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(119.136)	(46.609)	-	-	(165.745)
Obras em edifícios arrendados	(272.384)	(46.925)	31.030	-	(288.279)
Equipamento					
Mobiliário	(147.859)	(16.855)	456	-	(164.258)
Máquinas	(101.908)	(12.129)	-	-	(114.037)
Equipamento informático	(978.539)	(123.552)	72	1	(1.102.018)
Instalações interiores	(265.674)	(38.999)	60	-	(304.613)
Viaturas	(205.896)	(48.666)	13.873	-	(240.689)
Equipamento de segurança	(127.564)	(32.394)	-	(1)	(159.959)
Outros activos tangíveis	(32.876)	(1.961)	-	-	(34.837)
	<u>(2.251.836)</u>	<u>(368.090)</u>	<u>45.491</u>	<u>-</u>	<u>(2.574.434)</u>

22. Goodwill e outros activos intangíveis

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
<i>Activos intangíveis</i>				
'Software'	646.087	551.070	587.443	492.248
Investimentos em curso	23.217	41.806	8.172	28.815
	<u>669.304</u>	<u>592.876</u>	<u>595.615</u>	<u>521.063</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>	<u>(492.364)</u>	<u>(429.839)</u>	<u>(446.334)</u>	<u>(389.047)</u>
	<u>176.939</u>	<u>163.037</u>	<u>149.281</u>	<u>132.016</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	122.313	122.313	-	-
	<u>299.252</u>	<u>285.350</u>	<u>149.281</u>	<u>132.016</u>

Os movimentos da rubrica de Goodwill e Outros activos intangíveis, durante o ano de 2015, para o Grupo, são analisados como segue:

	MZN' 000			
	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>				
'Software'	551.070	68.956	26.061	646.087
Investimentos em curso	41.806	7.471	(26.061)	23.217
	<u>592.876</u>	<u>76.427</u>	<u>-</u>	<u>669.304</u>
<i>Goodwill</i>	<u>122.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>122.313</u>
	<u>715.189</u>	<u>76.427</u>	<u>-</u>	<u>791.617</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>				
'Software'	(429.839)	(62.525)	-	(492.364)
Valor líquido	<u>285.350</u>	<u>13.902</u>	<u>-</u>	<u>299.252</u>

Os movimentos da rubrica de Goodwill e Outros activos intangíveis, durante o ano de 2014, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições / Dotações	Saldo em 31 Dezembro 2014
MZN' 000			
<i>Custo</i>			
'Software'	513.625	37.446	551.071
Imobilizado em curso	8.411	33.394	41.805
	522.036	70.840	592.876
<i>Goodwill</i>	122.313	-	122.313
	644.349	70.840	715.189
<i>Amortizações acumuladas</i>			
'Software'	(370.406)	(59.433)	(429.839)
Valor líquido	273.943	11.407	285.350

Os movimentos da rubrica de Outros activos intangíveis, durante o ano de 2015, para o Banco, são analisados como segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
MZN' 000				
<i>Custo</i>				
<i>Software</i>	492.248	69.134	26.061	587.443
Imobilizado em curso	28.815	5.418	(26.061)	8.172
	521.063	74.552	-	595.615
<i>Amortizações acumuladas</i>				
<i>Software</i>	(389.047)	(57.287)	-	(446.334)
Valor líquido	132.016	17.265	-	149.281

Os movimentos da rubrica de Outros activos intangíveis, durante o ano de 2014, para o Banco, são analisados como segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições / Dotações	Saldo em 31 Dezembro 2014
MZN' 000			
<i>Custo</i>			
<i>Software</i>	458.655	33.592	492.248
Imobilizado em curso	8.411	20.404	28.815
	467.067	53.996	521.063
<i>Amortizações acumuladas</i>			
<i>Software</i>	(335.996)	(53.051)	(389.047)
Valor líquido	131.071	945	132.016

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o activo em apreço está com imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do goodwill deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo em 2015 efectuou avaliações em relação à participação financeira para a qual existe goodwill registado no activo tendo considerado entre outros, os seguintes factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados pela subsidiária;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do activo;
- (v) outros factores associados à situação actual dos mercados financeiros.

A avaliação tem por base pressupostos devidamente suportados que representam a melhor estimativa da Comissão Executiva sobre as condições económicas que afectarão a subsidiária, o orçamento e as projecções mais recentes aprovadas para aquela subsidiária e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para a referida avaliação podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

No apuramento da estimativa de valor a 31 de Dezembro de 2015 da participação de 89,914% do Banco na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L (SIM), sujeita ao exercício anual de teste de imparidade de goodwill, considerou-se a informação económica e financeira histórica da SIM, o orçamento para 2016 e as suas projecções para o período de 2017 a 2020, disponibilizado pela empresa. As estimativas de valor foram elaboradas tendo por base um exercício de aplicação de múltiplos de mercado (PER e PBV) e do método de desconto dos dividendos (Dividend Discount Model ou DDM). As demonstrações previsionais não foram auditadas nem sujeitas a eventuais ajustamentos.

Do exercício de apuramento da estimativa do valor da participação financeira do BIM na SIM, e face aos resultados apurados na aplicação dos métodos de avaliação interna considerada (de onde as estimativas via DDM e via PER conduzem a valores significativamente superiores ao valor contabilístico estimado da participação), conclui-se na presente data e por critérios meramente financeiros, da não necessidade em reconhecer imparidade ao valor do goodwill a 31 de Dezembro de 2015.

23. Activos e passivos por impostos correntes

MZN 000				
	Grupo		Grupo	
	2015		2014	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	-	-	13.020	-
IRPC a pagar	-	51.143	-	95.673
	<u>-</u>	<u>51.143</u>	<u>13.020</u>	<u>95.673</u>

	Banco		Banco	
	2015		2014	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	-	-	-	-
IRPC a pagar	-	34.086	-	95.673
	<u>-</u>	<u>34.086</u>	<u>-</u>	<u>95.673</u>

24. Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

MZN' 000				
	Grupo		Grupo	
	2015		2014	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	21.710	11.963	29.402	11.963
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.258	-	1.538
Outros	-	3.318	-	3.318
Impostos diferido activo/passivo	21.710	17.538	29.402	16.818
	<u>4.172</u>		<u>12.584</u>	

	Banco		Banco	
	2015		2014	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	21.710	-	29.402	-
Activos por impostos diferidos	21.710	-	29.402	-

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos é o seguinte:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	12.584	18.680	29.402	35.193
Dotação do exercício	(8.413)	(6.096)	(7.693)	(5.791)
	<u>4.172</u>	<u>12.584</u>	<u>21.710</u>	<u>29.402</u>

25. Outros activos

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Devedores	46.676	67.118	69.263	43.051
Outros proveitos a receber	3.551	-	67.586	59.122
Despesas antecipadas	29.453	34.382	28.994	34.242
Saldos a receber da actividade Seguradora	337.983	247.272	-	-
Contas Diversas	236.905	833.450	236.392	832.872
Provisões resseguro cedido	175.131	87.081	-	-
	<u>829.699</u>	<u>1.269.303</u>	<u>402.235</u>	<u>969.287</u>
Imparidade para outros activos	(58.230)	(38.579)	(13.822)	(11.917)
	<u>771.469</u>	<u>1.230.724</u>	<u>388.413</u>	<u>957.370</u>

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2015, o montante de 76.995 milhares de meticais (31 de Dezembro de 2014: 495.055 milhares de meticais) relativo a cheques de Outras Instituições de Crédito remetidos para compensação.

Os movimentos na Imparidade de outros activos, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Saldo em 1 de Janeiro	38.579	40.502	11.917	11.100
Dotação do exercício	17.746	186	-	186
Reversão do exercício	-	(2.683)	-	-
Transferências	-	86	-	86
Flutuação cambial	1.905	488	1.905	545
Saldo no fim do período	58.230	38.579	13.822	11.917

26. Recursos de outras instituições de crédito

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Recursos do Banco de Moçambique				
Empréstimos a curto prazo	1.210.032	-	1.210.032	-
Empréstimos a médio longo prazo	79.498	38.306	79.498	38.306
Recursos de outras instituições de crédito no país				
Depósitos a ordem	92.779	62.776	92.779	62.776
Empréstimos a curto prazo	988.182	1.103.095	988.182	1.103.095
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos a ordem	39.365	24.094	39.365	24.094
Empréstimos a curto prazo	214.646	34.468	214.646	34.468
Empréstimos a médio longo prazo	1.147.500	840.000	1.147.500	840.000
	3.772.002	2.102.739	3.772.002	2.102.739

27. Recursos de clientes

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Depósitos à ordem	50.659.063	45.399.690	50.688.712	45.491.664
Depósitos a prazo	38.116.562	31.267.954	40.332.635	33.419.260
Outros Recursos	428.916	476.063	428.916	476.063
	89.204.541	77.143.707	91.450.263	79.386.987

28. Títulos de dívida emitidos

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
<i>Empréstimos obrigacionistas</i>				
Obrigações BIM 2010-2015	-	1.025.132	-	1.025.132
	-	1.025.132	-	1.025.132

29. Provisões

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Provisões para crédito indirecto	473.386	396.629	473.386	396.629
Provisões para riscos bancários gerais	59.641	47.857	59.641	47.857
Provisões para outros riscos e encargos	128.826	19.241	128.826	19.241
Provisões técnicas da actividade seguradora	3.744.520	3.348.183	-	-
	4.406.373	3.811.910	661.853	463.727

Os movimentos nas Provisões para crédito indirecto, são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Saldo em 1 de Janeiro	396.629	303.801	396.629	303.801
Dotação do exercício	92.874	202.877	92.874	202.877
Reversão do exercício	(72.183)	(125.206)	(72.183)	(125.206)
Transferências	-	(681)	-	(681)
Diferenças cambiais	56.067	15.838	56.067	15.838
Saldo no fim do período	473.386	396.629	473.386	396.629

Os movimentos nas Provisões para riscos bancários gerais, são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Saldo em 1 de Janeiro	47.857	43.680	47.857	43.680
Dotação do exercício	8.861	5.734	8.861	5.734
Reversão do exercício	-	(2.614)	-	(2.614)
Diferenças cambiais	4.584	803	4.584	803
Utilizações do exercício	(1.661)	255	(1.661)	255
Saldo no fim do período	59.641	47.857	59.641	47.857

A Provisão para riscos bancários gerais visa cobrir potenciais contingências decorrentes de processos judiciais em curso.

Os movimentos nas Provisões para outros riscos e encargos, são analisados como segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Jun-29	Dez-15	Jun-29
Saldo em 1 de Janeiro	19.241	19.239	19.241	19.239
Dotação do exercício	112.500	523	112.500	523
Reversão do exercício	(2.916)	(521)	(2.916)	(521)
Saldo no fim do período	128.826	19.241	128.826	19.241

A rubrica de provisões técnicas da actividade seguradora inclui: (i) Provisões matemáticas, (ii) Provisão para participação nos resultados, (iii) Provisões para prémios não adquiridos e (iv) Provisão para sinistros. A dotação líquida do exercício das três primeiras provisões, no montante de 461.439 milhares de meticais, (2014: 319.650 milhares de meticais), encontra-se registada em resultados na rubrica de Outras Provisões (ver Nota 11) e a dotação líquida do exercício da Provisão para sinistros, no montante de 262.599 milhares de meticais (2014: 381.867 milhares de meticais), encontra-se registada em resultados na rubrica de Outros resultados de exploração (ver Nota 6).

30. Passivos subordinados

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Empréstimos subordinados				
Obrigações BIM 2006 - 2016	-	-	175.636	175.611
	-	-	175.636	175.611

O empréstimo subordinado emitido apresenta as seguintes características:

Descrição da emissão	MZN' 000			
	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro %	Valor de emissão
BIM 2006 - 2016	14-12-2006	14-12-2016	7,5%(*)	175.000

(*) Taxa correspondente à taxa média ponderada, por maturidade e montantes, das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouros (BTs), com o prazo igual ou superior a 28 dias, apurada no segundo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,5% e arredondada para 1/16 de ponto percentual superior.

31. Outros passivos

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Fornecedores	112.224	48.767	94.018	10.916
Credores diversos	754.447	421.238	551.032	227.379
IVA a liquidar	10.394	5.052	10.394	3.250
Impostos retidos	134.379	112.083	120.065	95.819
Contribuições para Segurança Social	6.899	6.281	6.899	6.281
Custos a pagar	362.736	373.349	353.673	369.274
Custos com pessoal a pagar	530.632	490.236	484.314	453.672
Receitas com proveitos diferidos	156.113	151.280	156.113	151.280
Recursos consignados	27.914	50.232	27.914	50.232
Outras exigibilidades	409.717	336.966	406.922	332.428
	2.505.455	1.995.484	2.211.344	1.700.531

32. Capital social

O Capital social do Banco no montante de 4.500.000 milhares de meticaís é representado por 45.000.000 acções, de valor nominal de 100 meticaís cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2015 apresenta-se como segue:

	2015	% participação	2014	% participação
	Nº Acções	capital	Nº Acções	capital
BCP África, SGPS	30.008.460	66,69%	30.008.460	66,69%
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	7.704.747	17,12%
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	2.227.809	4,95%
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1.866.309	4,15%	1.866.309	4,15%
FDC - Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	487.860	1,08%
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTTs)	2.704.815	6,01%	2.704.815	6,01%
	45.000.000	100,00%	45.000.000	100,00%

33. Reservas e resultados acumulados

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Reserva legal	3.344.470	2.820.425	3.344.470	2.820.425
Outras reservas e resultados acumulados	8.744.051	6.853.635	7.524.363	5.737.579
Resultado do exercício	3.684.885	3.677.928	3.391.486	3.493.636
	15.773.406	13.351.988	14.260.319	12.051.640

MZN' 000

Nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, Lei n.º 15/99 - Instituições de Crédito, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 15% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Em função do lucro líquido do exercício de 2014, o Banco afectou à reserva legal em 2015, o valor de 524.045 milhares de meticaís (2014: 495.433 milhares de meticaís).

34. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de Março de 2015, o Conselho de Administração decidiu pela distribuição de 35% dos Resultados líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2014, após a constituição da Reserva Legal, no montante de 1.222.773 milhares de meticaís (2014: 1.180.169 milhares de meticaís).

35. Garantias e outros compromissos

Os valores extrapatrimoniais são analisados como segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Garantias prestadas				
Garantias pessoais	23.047.092	17.487.278	23.047.092	17.487.278
Garantias reais	1.043.439	744.525	1.043.439	744.525
Garantias e avals recebidos				
Garantias pessoais	243.318.745	175.836.812	243.318.745	175.836.812
Garantias reais	64.109.570	65.471.166	64.109.570	65.471.166
Compromissos perante terceiros	13.368.284	11.051.419	13.368.284	11.051.419
Operações cambiais à vista :				
Compras	256.661	5.162.069	256.661	5.162.069
Vendas	245.314	4.973.701	245.314	4.973.701
Operações cambiais a prazo :				
Compras	390.340	230.251	390.340	230.251
Vendas	373.939	238.472	373.939	238.472

36. Partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro, os débitos e os créditos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

	2015				2014			
	Activos			Extrapatrimoniais	Activos			Extrapatrimoniais
	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	Garantias reais prestadas	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	Garantias reais prestadas
Banco Comercial Português S.A	757.796	183.603	-	-	131.486	134.400	-	-
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	2.001	6.435	-	6.426	1.515	4.707	-	4.704
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	-	111.878	-	-	-	59.122	-
	759.797	190.037	111.878	6.426	133.001	139.108	59.122	4.704

	2015				2014			
	Passivos				Passivos			
	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	Passivos Subordinados	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	Passivos Subordinados
Banco Comercial Português S.A	10.879	-	538.373	-	8.026	-	225.093	-
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	35.800	-	-	-	32.458	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	2.245.721	-	175.636	-	2.243.280	-	175.611
	10.879	2.281.521	538.373	175.636	8.026	2.275.737	225.093	175.611

À data de 31 de Dezembro, os proveitos e os custos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e sua subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

	2015				2014			
	Proveitos				Proveitos			
	Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração		Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração	
Banco Comercial Português S.A	299	-	-		890	-	-	
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	40	-	-		26	-	-	
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	63.330	59.059		-	52.483	50.944	
	339	63.330	59.059		915	52.483	50.944	

	2015				2014			
	Custos				Custos			
	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos
Banco Comercial Português S.A.	299	-	-	479.468	482	-	-	426.547
Millennium BCP Partic SGPS LDA	4.232	-	-	-	3.391	-	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	117.770	-	100.821	141.692	75.645	-	54.382	134.519
	122.301	-	100.821	621.160	79.518	-	54.382	561.065

Em relação aos Órgãos de Administração e seus familiares directos o crédito registado à data de 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 7.874 milhares de MZN (2014: 1.332 milhares de MZN). Estes créditos foram concedidos de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Relativamente aos Depósitos à data de 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 364.293 milhares de MZN (2014: 238.265 milhares de MZN).

37. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a linha Caixa e equivalentes de caixa, é assim composta:

	Grupo		Banco	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Disponibilidades em caixa	3.976.273	2.932.712	3.976.273	2.932.712
Disponibilidades em Instituições de crédito no país	155.596	121.474	154.095	119.746
Disponibilidades em Instituições de crédito no estrangeiro	1.732.359	3.096.180	1.732.359	3.096.180
	5.864.228	6.150.366	5.862.727	6.148.638

38. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor deve ser estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Depósitos de outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Créditos a clientes

Os instrumentos financeiros referidos acima são maioritariamente remunerados a taxas de juro variáveis, associadas a indexantes do prazo correspondente ao período de juros de cada contrato, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para cada tipo de instrumento financeiro, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico, que se encontra deduzido de perdas por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Os activos financeiros disponíveis para venda, por níveis de valorização, para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2015 são:

- Nível 1 - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – Obrigações e Bilhetes do Tesouro do Estado Moçambicano
- Nível 3 – Acções e outros títulos de rendimento variável

Depósitos de clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Tanto os Títulos de dívida emitidos como os Passivos subordinados são constituídos por contractos celebrados, que são remunerados, maioritariamente, a taxas variáveis, nomeadamente à taxa média ponderada por maturidade e montantes, das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouros (BTs), pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico. Todas as alterações verificadas no valor desses passivos por efeito de alteração das taxas de juro utilizadas não afectam os capitais em dívida, afectando unicamente o montante de juros a liquidar.

39. Outros Benefícios aos empregados

Benefícios pós emprego

O Grupo contribui para o seguinte plano de benefícios definidos pós-emprego:

Os Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, têm direito a uma pensão remida no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e as condições do plano de benefícios de reforma, e de acordo com o normativo local, o valor presente dos reembolsos ou reduções das futuras contribuições não é inferior ao total do justo valor do plano de activos deduzido do valor presente das obrigações.

Adicionalmente existem responsabilidades com reformas e pensionistas associados a complementos de reforma atribuídos através de rendas de colaboradores que transitaram das instituições adquiridas pelo Grupo em 2000. O benefício da renda é reversível em 50% independentemente do número de beneficiários.

À data de 31 de Dezembro o número de participantes do Grupo é como segue:

Número de participantes	2015	2014
Activos	1.792	1.889
Reformados e pensionistas	502	496
	2.294	2.385

De acordo com a política descrita na nota 1.t), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Responsabilidades por benefícios projectados		
Reformados e Pensionistas	(1.014.499)	(1.018.567)
Pessoal no activo	(1.119.369)	(984.809)
	(2.133.868)	(2.003.376)
Valor dos activos	2.096.916	2.011.537
Activos líquidos	(36.952)	8.161
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(85.591)	(43.567)

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados é analisada como segue:

	MZN' 000		
	2015		
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.018.567	984.809	2.003.376
Incluído no resultado do exercício			
Custo do serviço corrente	-	58.196	58.196
Custo dos juros	73.486	74.083	147.569
(Ganhos) e perdas actuariais	(1.819)	43.843	42.024
Benefícios pagos	(75.735)	(41.562)	(117.297)
Responsabilidades no final do exercício	1.014.499	1.119.369	2.133.868

O custo reconhecido pelo Grupo no exercício com a atribuição de benefícios pós-emprego é analisado como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Custo do serviço corrente	58.196	51.083
Custo/(proveito) dos juros líquido no saldo da cobertura das responsabilidades	(693)	34
Custo do exercício	57.503	51.117

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto no IAS 19 é a seguinte:

	MZN' 000			
	2015		2014	
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%
Taxa de desconto	101.090	117.987	-93.527	109.644
Crescimento futuro do salário	113.315	-98.930	105.537	-91.751
Taxa de crescimento das pensões	97.346	-83.048	101.165	-87.359

Outros Benefícios aos empregados – Banco

À data de reporte, o número de participantes do Banco é como segue:

Número de participantes	2015	2014
Activos	1.682	1.775
Reformados e pensionistas	502	496
	2.184	2.271

De acordo com a política descrita na nota 1.t), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Responsabilidades por benefícios projectados		
Reformados e Pensionistas	(1.014.499)	(1.018.567)
Pessoal no activo	(1.048.836)	(932.159)
	(2.063.335)	(1.950.726)
Valor dos activos	2.107.881	1.958.603
(Activos)/Passivos líquidos em balanço	44.546	7.877
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	388	(39.578)

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados, é analisada como segue:

	2015			MZN' 000
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	2014
Saldo a 01 de Janeiro	1.018.567	932.159	1.950.726	1.810.101
Incluído no resultado do exercício				
Custo do serviço corrente	-	53.728	53.728	47.299
Custo dos juros	73.486	69.991	143.477	133.312
(Ganhos) e perdas actuariais	(1.819)	39.621	37.802	60.821
Rotações no grupo	-	(5.101)	(5.101)	-
Benefícios pagos	(75.735)	(41.562)	(117.297)	(100.807)
Responsabilidades no final do exercício	1.014.499	1.048.836	2.063.335	1.950.726

A evolução do valor das apólices que financiam o Plano de Benefícios do Banco pode ser analisada como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Saldo a 01 de Janeiro	1.958.603	1.803.431
Ganhos actuariais	77.768	32.531
Transformações Técnicas associadas a Rotações	(5.101)	-
Contribuições do Millennium bim	49.760	90.566
Benefícios pagos pelo Fundo	(117.297)	(100.807)
Rendimento esperado	144.148	132.882
Saldo a 31 de Dezembro	2.107.881	1.958.603

A evolução dos activos/responsabilidades líquidas do Banco é analisada como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Saldo a 01 de Janeiro	(7.877)	6.670
(Ganhos) e perdas - responsabilidades	37.802	60.821
(Ganhos) e perdas - activos do plano	(77.768)	(32.530)
Contribuições do Grupo	(49.760)	(90.566)
Atribuição do benefício do ano		
Custo do serviço corrente	53.728	47.299
Custo/(proveito) dos juros líquidos do saldo de cobertura das responsabilidades	(671)	429
Saldo a 31 de Dezembro	(44.546)	(7.877)

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos são constituídos pelos seguintes títulos (em percentagem):

	2015	2014
Ações ordinárias	0,47%	0,42%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	51,42%	46,15%
Imóveis	32,34%	36,55%
Depósitos a Prazo	15,77%	16,88%
	100%	100%

O custo reconhecido pelo Banco no exercício com a atribuição de benefícios é analisado como segue:

	MZN' 000	
	2015	2014
Custo do serviço corrente	53.728	47.299
Custo/(proveito) dos juros líquido no saldo da cobertura das responsabilidades	(671)	430
Custo do exercício	53.057	47.729

O Banco utilizou os seguintes pressupostos actuariais à data de fecho para o cálculo das responsabilidades com pensões (expressos em percentagem):

	2015	2014
<i>Idade normal de reforma:</i>		
Homens	60	60
Mulheres	55	55
Crescimento salarial	6,50%	6,00%
Crescimento das pensões	4,00%	3,50%
Taxa de rendimento do fundo	8,00%	7,50%
Taxa de desconto	8,00%	7,50%
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64

A 31 de Dezembro de 2015, a duração média ponderada das responsabilidades é de 19 anos (2014: 20 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto no IAS 19 é a seguinte:

	2015		2014	
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%
Taxa de desconto	-93.684	109.196	-87.246	102.099
Crescimento futuro do salário	104.761	-91.586	98.188	-85.514
Crescimento futuro do fundo de pensões	157.797	-128.775	101.165	-87.359

Outros Benefícios de longo prazo – prémio de antiguidade

O prémio de antiguidade é atribuído aos colaboradores do Grupo e do Banco em função dos anos de serviço prestados sendo pagos um, dois e três salários quando atingidos quinze, vinte e trinta anos de serviço, respectivamente.

O valor actual dos prémios de antiguidade é mensualizado em cada exercício, sendo a provisão reconhecida no Balanço por contrapartida de custos com o Pessoal, o qual inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e os ganhos/perdas actuariais.

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
Prémios de antiguidade	99.998	94.452	90.584	86.568

40. Demonstração dos resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros com especial ênfase nos negócios da Banca Comercial e Seguros.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Banco, tanto em termos de volume como ao nível de contribuição para os resultados.

O negócio da Banca Comercial, orientado para os segmentos da Banca de Retalho e Corporate, centra a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes mass market, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes prime.

No âmbito da estratégia de cross-selling a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da Seguradora.

O segmento Corporate, dirigido a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão da sua actividade se enquadra dentro dos critérios de selecção estabelecidos para este segmento, oferece uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e adaptado às necessidades do mesmo.

O segmento “Outros”, engloba outros segmentos residuais, que representam individualmente menos de 10% do total de proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente uma base contabilística suportada nas IFRS.

Actividade dos segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2015

Os valores da conta de exploração reflectem o processo de afectação de resultados, com base em valores médios, reportados por cada segmento de negócio.

A contribuição líquida da Seguradora reflecte o resultado individual, independentemente da percentagem de participação detida pelo Banco. A coluna “outros” refere os ajustamentos de consolidação.

A informação seguidamente apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IRFS.

MZN' 000

31 de Dezembro de 2015	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	2.370.769	3.448.178	336.349	2.192	6.157.488
Resultados de serviços e comissões	1.168.027	863.753	(58.765)	-	1.973.015
Resultados de operações financeiras	748.273	891.667	101.645	-	1.741.585
Outros resultados de exploração	254.375	208.083	1.100.733	(414.558)	1.148.633
Total de proveitos operacionais	4.541.444	5.411.681	1.479.962	(412.366)	11.020.721
Custos com pessoal	1.285.567	742.999	168.559	(100.821)	2.096.304
Outros gastos administrativos	1.295.310	800.445	88.485	(141.693)	2.042.547
Amortização do exercício	304.239	163.433	16.257	17.164	501.093
Total de custos operacionais	2.885.116	1.706.877	273.301	(225.350)	4.639.944
Imparidade de crédito	368.493	724.383	-	-	1.092.876
Outras provisões	59.073	116.127	479.186	-	654.386
Resultados antes de impostos	1.228.762	2.864.294	727.475	(187.016)	4.633.515
Impostos	232.220	469.350	194.913	-	896.483
Interesse que não controlam	-	-	-	52.147	52.147
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	996.542	2.394.944	532.562	(239.163)	3.684.885

MZN' 000

31 de Dezembro de 2015	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	22.365.285	43.965.695	-	-	66.330.980
Passivo					
Depósitos de Clientes	51.695.628	37.508.912	-	-	89.204.541

MZN' 000

31 de Dezembro de 2014	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	2.385.274	3.170.858	288.747	1.095	5.845.974
Resultados de serviços e comissões	1.147.588	795.371	(61.033)	-	1.881.926
Resultados de operações financeiras	446.803	491.175	30.577	(7.488)	961.067
Outros resultados de exploração	221.824	161.252	923.052	(404.279)	901.849
Total de proveitos operacionais	4.201.489	4.618.656	1.181.343	(410.672)	9.590.816
Custos com pessoal	1.221.856	619.066	148.414	(54.382)	1.934.954
Outros gastos administrativos	1.115.052	676.994	70.154	(134.518)	1.727.682
Amortização do exercício	282.431	138.710	15.467	12.922	449.530
Total de custos operacionais	2.619.339	1.434.770	234.035	(175.978)	4.112.166
Imparidade de crédito	169.665	331.062	-	-	500.727
Outras provisões	30.366	59.268	316.966	-	406.600
Resultados antes de impostos	1.382.119	2.793.556	630.342	(234.694)	4.571.323
Impostos	225.770	456.313	165.685	-	847.768
Interesse que não controlam	-	-	-	45.672	45.672
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	1.156.349	2.337.243	464.657	(280.366)	3.723.555

MZN' 000

31 de Dezembro de 2014	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	17.987.344	38.807.332	-	-	56.794.676
Passivo					
Depósitos de Clientes	46.825.293	30.318.414	-	-	77.143.707

41. Gestão de risco

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada pelo Millennium bcp em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio em cada região.

A política de gestão de risco do Millennium bim visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, apresenta-se a seguir os principais tipos de riscos – de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – numa perspectiva estritamente contabilística, a que se encontra sujeita a actividade do Banco e do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir com as suas obrigações enquanto mutuário do Banco.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Risco de Mercado

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de acções. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro refere-se ao risco de perdas em função de oscilações observadas nas taxas de juro. Incorrer em risco de taxa de juro é uma situação natural da actividade bancária.

Risco de Exposição Cambial

O risco cambial refere-se à possibilidade de perdas em decorrência de oscilações nas taxas de câmbio, ou seja, consiste no risco que decorre de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças na taxa de câmbio.

O Banco, no que se refere aos riscos de taxa de juro e de câmbio utiliza modelos internos para o acompanhamento e monitorização destes riscos, nomeadamente:

(i) – Análise de sensibilidade e Gaps (Diferencial de taxa de juro)

Para a mensuração do risco de taxa de juro (sendo os gaps constituídos por prazos residuais de repricing dos contratos vivos), conforme demonstram os quadros abaixo:

MZN' 000							
Grupo							
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	13.717.022	-	-	-	-	-	13.717.022
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.887.955	-	-	-	-	-	1.887.955
Aplicações em instituições de crédito	927.640	2.065.500	3.687.220	-	-	8.217	6.688.577
Créditos a clientes	19.990.986	5.307.656	40.312.798	182.120	612.148	(74.728)	66.330.980
Activos financeiros disponíveis para venda	4.858.796	3.900.000	13.542.356	1.315.233	617.175	(29.732)	24.203.828
Outros activos	-	-	-	-	-	7.599.942	7.599.942
Total do activo	41.382.399	11.273.156	57.542.374	1.497.353	1.229.323	7.503.699	120.428.304
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	2.525.864	104.318	183.634	208.636	730.227	19.323	3.772.002
Depósitos de clientes	65.865.606	10.374.630	11.866.170	412.370	-	685.765	89.204.541
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	6.980.509	6.980.509
Total do passivo	68.391.470	10.478.948	12.049.804	621.006	730.227	7.685.597	99.957.052
Total do passivo e dos capitais próprios	68.391.470	10.478.948	12.049.804	621.006	730.227	28.156.849	120.428.304
Gaps de risco de taxa de juro	(27.009.071)	794.208	45.492.570	876.347	499.096	(20.653.150)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(27.009.071)	(26.214.863)	19.277.707	20.154.054	20.653.150	-	-
31 de Dezembro de 2014	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total do activo	33.753.909	13.832.488	47.792.634	112.226	1.519.495	7.206.682	104.217.434
Total do passivo e dos capitais próprios	58.289.609	6.533.938	13.998.762	417.130	534.545	24.443.450	104.217.434
Gaps de risco de taxa de juro	(24.535.700)	7.298.550	33.793.872	(304.904)	984.950	(17.236.768)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(24.535.700)	(17.237.150)	16.556.722	16.251.818	17.236.768	-	-
MZN' 000							
Banco							
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	13.717.022	-	-	-	-	-	13.717.022
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.886.454	-	-	-	-	-	1.886.454
Aplicações em instituições de crédito	927.640	2.065.500	3.678.426	-	-	5.890	6.677.456
Créditos a clientes	19.990.986	5.307.656	40.312.798	182.120	612.148	(74.728)	66.330.980
Activos financeiros disponíveis para venda	4.858.796	3.900.000	13.384.856	-	-	(81.519)	22.062.133
Outros activos	-	-	-	-	-	6.391.458	6.391.458
Total do activo	41.380.898	11.273.156	57.376.080	182.120	612.148	6.241.101	117.065.503
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	2.525.864	104.318	183.634	208.636	730.227	19.323	3.772.002
Depósitos de clientes	67.728.188	10.379.394	12.235.148	412.370	-	695.163	91.450.263
Passivos subordinados	-	-	175.000	-	-	636	175.636
Outros passivos	-	-	-	-	-	2.907.283	2.907.283
Total do passivo	70.254.052	10.483.712	12.593.782	621.006	730.227	3.622.405	98.305.184
Total do passivo e dos capitais próprios	70.254.052	10.483.712	12.593.782	621.006	730.227	22.382.724	117.065.503
Gaps de risco de taxa de juro	(28.873.154)	789.444	44.782.298	(438.886)	(118.079)	(16.141.623)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(28.873.154)	(28.083.710)	16.698.588	16.259.702	16.141.623	-	-
31 de Dezembro de 2014	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total do activo	33.752.181	12.956.241	47.125.818	112.226	1.519.495	6.036.079	101.502.040
Total do passivo e dos capitais próprios	60.171.593	6.543.037	14.249.377	592.130	534.545	19.411.358	101.502.040
Gaps de risco de taxa de juro	(26.419.412)	6.413.204	32.876.441	(479.904)	984.950	(13.375.279)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(26.419.412)	(20.006.208)	12.870.233	12.390.329	13.375.279	-	-

(ii) Análise de sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro na carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuado, por prazos residuais de repricing, o cálculo do impacto no valor económico do Banco resultante da alteração da curva de taxa de juro de mercado.

(iii) – Risco cambial

É avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- Posição Cambial Líquida por Divisa (Net open position) - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo Risk Office, e validada pela Direcção de Contabilidade e pela Direcção Financeira, reportando-se ao último dia de cada mês.
- Indicador de Sensibilidade - calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

A exposição do Grupo e do Banco ao risco cambial apresenta-se nos seguintes quadros:

	Grupo			MZN' 000		
	31.12.2015			31.12.2014		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçam	1.396.642	240.079	1.636.720	1.275.203	157.622	1.432.825
Disponibilidades em outras Instituições de C	904.427	828.174	1.732.600	2.827.757	269.699	3.097.456
Aplicações em Instituições de Crédito	6.622.764	54.997	6.677.760	2.387.651	211.647	2.599.298
Crédito a Clientes	13.301.907	948.320	14.250.227	11.081.510	864.554	11.946.064
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Outros activos	573	99	673	14.794	1.494	16.288
	<u>22.226.312</u>	<u>2.071.669</u>	<u>24.297.981</u>	<u>17.586.915</u>	<u>1.505.016</u>	<u>19.091.931</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	1.247.952	156.199	1.404.151	879.144	23.280	902.424
Recursos de Clientes	21.109.389	1.181.987	22.291.377	15.096.235	1.055.430	16.151.665
Provisões	465.700	25.447	491.147	340.500	26.397	366.897
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	266.568	662.587	929.155	883.724	349.606	1.233.330
	<u>23.089.609</u>	<u>2.026.221</u>	<u>25.115.830</u>	<u>17.199.603</u>	<u>1.454.713</u>	<u>18.654.316</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>(863.296)</u>	<u>45.447</u>	<u>(817.849)</u>	<u>387.312</u>	<u>50.303</u>	<u>437.615</u>

	Banco			MZN' 000		
	31.12.2015			31.12.2014		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçan	1.396.642	240.079	1.636.720	1.275.203	157.622	1.432.825
Disponibilidades em outras Instituições de C	904.427	827.932	1.732.359	2.827.757	269.698	3.097.455
Aplicações em Instituições de Crédito	6.622.764	54.693	6.677.456	2.155.305	171.415	2.326.720
Crédito a Clientes	13.301.907	948.320	14.250.227	11.081.510	864.554	11.946.064
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Outros activos	573	82	655	14.794	1.479	16.273
	<u>22.226.312</u>	<u>2.071.105</u>	<u>24.297.418</u>	<u>17.354.569</u>	<u>1.464.768</u>	<u>18.819.337</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	1.247.952	156.199	1.404.151	879.144	23.280	902.424
Recursos de Clientes	21.433.848	1.215.153	22.649.001	15.399.886	1.096.379	16.496.265
Provisões	193.008	21.354	214.362	147.866	13.633	161.499
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	299.977	651.874	951.851	755.753	307.389	1.063.142
	<u>23.174.784</u>	<u>2.044.580</u>	<u>25.219.364</u>	<u>17.182.649</u>	<u>1.440.681</u>	<u>18.623.330</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>(948.471)</u>	<u>26.525</u>	<u>(921.946)</u>	<u>171.920</u>	<u>24.087</u>	<u>196.007</u>

Os valores apresentados relativos à exposição do risco cambial evidenciam que a moeda estrangeira predominante no balanço do Grupo e do Banco é o dólar americano.

Os resultados evidenciam que o Grupo e o Banco enquadram-se dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

Risco de Liquidez

Os quadros seguintes analisam os activos e passivos financeiros e extrapatrimoniais do Banco e do Grupo por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos, passivos e extrapatrimoniais tendo em conta a maturidade contratual residual.

MZM 000					
Grupo					
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	13.717.022	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.887.955	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	929.137	2.066.329	3.693.110	-	-
Créditos a clientes	5.616.115	4.106.941	12.464.692	13.344.699	31.936.861
Activos financeiros disponíveis para venda	4.406.463	2.000.000	7.356.919	5.437.132	5.003.315
Total do activo	26.556.692	8.173.270	23.514.721	18.781.831	36.940.176
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	2.545.004	104.318	183.817	208.636	730.227
Depósitos de clientes	60.254.022	8.776.177	19.724.721	449.621	-
Total do passivo	62.799.026	8.880.495	19.724.721	449.621	-
Gaps de Liquidez	(36.242.334)	(707.225)	3.790.000	18.332.210	36.940.176
Gap acumulado de Liquidez	(36.242.334)	(36.949.559)	(33.159.559)	(14.827.349)	22.112.827
31 de Dezembro de 2014	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total do activo	24.775.851	12.757.935	16.031.834	19.210.160	25.077.745
Total do passivo	53.336.131	7.590.606	17.393.165	1.073.370	-
Gaps de Liquidez	(28.560.280)	5.167.329	(1.361.331)	18.136.790	25.077.745
Gap acumulado de Liquidez	(28.560.280)	(23.392.951)	(24.754.282)	(6.617.492)	18.460.253
Banco					
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	13.717.022	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.886.454	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	926.811	2.066.329	3.684.316	-	-
Créditos a clientes	5.616.115	4.106.941	12.464.692	13.344.699	31.936.861
Activos financeiros disponíveis para venda	4.378.757	2.000.000	7.199.419	4.121.900	4.362.058
Total do activo	26.525.159	8.173.270	23.348.427	17.466.599	36.298.919
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	2.545.004	104.318	183.817	208.636	730.227
Depósitos de clientes	62.126.002	8.780.941	20.093.699	449.621	-
Passivos subordinados	-	-	175.636	-	-
Total do passivo	64.671.006	8.885.259	20.453.152	658.257	730.227
Gaps de Liquidez	(38.145.847)	(711.989)	2.895.275	16.808.342	35.568.692
Gap acumulado de Liquidez	(38.145.847)	(38.857.836)	(35.962.561)	(19.154.219)	16.414.473
31 de Dezembro de 2014	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total do activo	24.772.618	11.881.409	15.365.296	19.210.160	25.028.841
Total do passivo	55.319.695	7.599.706	18.644.392	592.130	534.545
Gaps de Liquidez	(30.547.077)	4.281.703	(3.279.096)	18.618.030	24.494.296
Gap acumulado de Liquidez	(30.547.077)	(26.265.374)	(29.544.470)	(10.926.440)	13.567.856

Para os depósitos à ordem é firme convicção da Administração que as maturidades contratuais não representam de forma apropriada o período de permanência desses depósitos no Banco.

Desta forma, corrigindo a maturidade contratual (até 1 mês) pela maturidade histórica dos core-deposits associados, o gap de liquidez do Banco é conforme o referido no capítulo da Política e Gestão de Risco na parte inicial deste relatório.

Risco Operacional

O Banco tem adoptado princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos: a segregação de funções; as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações; os limites de tolerância e exposições aos riscos; o código deontológico e de conduta; os indicadores – chave de risco; os controlos de acessos físicos e lógicos; as actividades de reconciliação; os relatórios de excepção; a contratação de seguros; o planeamento de contingências; a formação interna sobre processos, produtos e sistemas, entre outras medidas.

42. Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco Internacional de Moçambique, são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 12/GBM/2013 do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado, as reservas e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as NIRF (Normas Internacionais de Relato Financeiro).

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base, são deduzidos os outros activos intangíveis, o goodwill relevado no activo, os desvios actuariais positivos / negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós - emprego atribuídos pela entidade que de acordo com a NIC 19 – Benefícios aos Empregados (Método do Corredor) não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais e por insuficiência de provisões, caso as dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de relato financeiro, sejam inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso n.º 7/GBM/07 do Banco de Moçambique, apuradas em base individual.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada, as reservas provenientes da reavaliação dos activos fixos tangíveis e, mediante autorização prévia do Banco de Moçambique, a inclusão de elementos patrimoniais que podem ser livremente utilizados para cobrir riscos normalmente ligados à actividade das instituições sem que as perdas ou menos valias tenham ainda sido identificadas.

Para apuramento do capital regulamentar torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente a quantia escriturada do activo não financeiro recebido em reembolso de crédito próprio.

Divulgações de Capital

		MZN' 000	
		2015	2014
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE			
Tier 1 Capital			
Capital realizado		4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados retidos		10.826.325	8.555.461
Activos Intangíveis		(149.281)	(132.016)
Insuficiência de provisões		(2.903.627)	(1.125.876)
Tier 1 Capital total		12.273.417	11.797.569
Tier 2 Capital			
Empréstimos subordinados		35.000	70.000
Outros		9.933	10.110
Tier 2 Capital total		44.933	80.110
Dedução aos fundos próprios totais		116.447	91.727
Fundos próprios elegíveis		12.201.903	11.785.952
Activos ponderados pelo risco			
No balanço		52.215.172	54.821.291
Fora de balanço		6.907.626	5.716.393
Risco operacional		1.198.818	1.160.075
Risco de mercado		1.164.867	337.738
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier 1)		20,0%	19,0%
Rácio de adequação de fundos próprios (Tier 2)		0,1%	0,1%
Rácio de Solvabilidade		19,8%	19,0%

43. Concentração de risco

A concentração de activos financeiros com risco de crédito por sector, no Grupo e no Banco, é a seguinte:

Sector	Grupo						MZN' 000	
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos em associadas	Outros activos	2014	2013
							Total %	Total %
Sector Público	-	-	11.489.494	24.156.226	-	-	35.645.720 35,6%	28.283.224 31,7%
Instituições Financeiras	1.887.955	6.688.577	-	6.115	-	-	8.582.647 8,6%	7.129.278 8,0%
Agricultura e silvicultura	-	-	2.021.822	-	-	-	2.021.822 2,0%	1.803.064 2,0%
Indústrias extractivas	-	-	1.231.951	-	-	-	1.231.951 1,2%	1.870.936 2,1%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	1.189.624	17.956	-	-	1.207.580 1,2%	921.319 1,0%
Têxteis	-	-	5.985	-	-	-	5.985 0,0%	5.024 0,0%
Papel, artes gráficas editoriais	-	-	150.333	-	-	-	150.333 0,2%	111.436 0,1%
Químicas	-	-	1.900.274	-	-	-	1.900.274 1,9%	466.492 0,5%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.343.614	-	-	-	1.343.614 1,3%	1.332.604 1,5%
Electricidade, água e gás	-	-	4.261.204	-	-	-	4.261.204 4,3%	3.369.556 3,8%
Construção	-	-	5.132.279	-	-	-	5.132.279 5,1%	9.251.546 10,4%
Comércio	-	-	7.674.175	-	-	-	7.674.175 7,7%	8.623.234 9,7%
Restaurantes e hotéis	-	-	1.317.364	-	-	-	1.317.364 1,3%	1.200.411 1,3%
Transportes e comunicações	-	-	4.010.977	-	16.998	-	4.027.975 4,0%	3.429.701 3,8%
Serviços	-	-	9.224.613	23.521	250.208	-	9.498.342 9,5%	7.224.160 8,1%
Crédito ao consumo	-	-	13.411.385	-	-	-	13.411.385 13,4%	11.015.379 12,3%
Crédito à habitação	-	-	934.578	-	-	-	934.578 0,9%	934.216 1,0%
Outras actividades	-	-	1.031.307	-	-	771.469	1.802.776 1,8%	2.227.392 2,6%
	1.887.955	6.688.577	66.330.980	24.203.828	267.206	771.469	100.150.015 100,0%	89.198.962 100,0%

Sector	Banco						2015		2014	
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos em subsidiárias	Outros activos	Total	%	Total	%
Sector Público	-	-	11.489.494	22.038.612	-	-	33.528.106	34,3%	26.707.418	30,6%
Instituições Financeiras	1.886.454	6.677.456	-	-	356.148	-	8.920.058	9,1%	7.480.922	8,6%
Agricultura e silvicultura	-	-	2.021.822	-	-	-	2.021.822	2,1%	1.803.054	2,1%
Indústrias extractivas	-	-	1.231.951	-	-	-	1.231.951	1,3%	1.870.936	2,1%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	1.189.624	-	-	-	1.189.624	1,2%	906.428	1,0%
Têxteis	-	-	5.985	-	-	-	5.985	0,0%	5.024	0,0%
Papel, artes gráficas e editoras	-	-	150.333	-	-	-	150.333	0,2%	111.436	0,1%
Químicas	-	-	1.900.274	-	-	-	1.900.274	1,9%	466.492	0,5%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.343.614	-	-	-	1.343.614	1,4%	1.332.604	1,5%
Electricidade, água e gás	-	-	4.261.204	-	-	-	4.261.204	4,4%	3.369.556	3,9%
Construção	-	-	5.132.279	-	-	-	5.132.279	5,3%	9.251.546	10,6%
Comércio	-	-	7.674.176	-	-	-	7.674.176	7,9%	8.623.234	9,9%
Restaurantes e hotéis	-	-	1.317.364	-	-	-	1.317.364	1,3%	1.200.411	1,4%
Transportes e comunicações	-	-	4.010.977	-	-	-	4.010.977	4,1%	3.412.652	3,9%
Serviços	-	-	9.224.613	23.521	-	-	9.248.134	9,5%	6.973.952	8,0%
Crédito ao consumo	-	-	13.411.385	-	-	-	13.411.385	13,7%	11.015.379	12,6%
Crédito à habitação	-	-	934.578	-	-	-	934.578	1,0%	934.216	1,1%
Outras actividades	-	-	1.031.307	-	-	388.413	1.419.720	1,5%	1.954.038	2,2%
	1.886.454	6.677.456	66.330.960	22.062.133	356.148	388.413	97.701.584	100,0%	87.419.298	100,0%

44. Políticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral

(OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Grupo encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: O método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O grupo ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas separadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos auditores independentes

Aos accionistas do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A.

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A. que compreendem o balanço individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, constantes das páginas 54 a 125.

Responsabilidade da Administração com relação às demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e o sistema de controlo interno que a administração considerar necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos relevantes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de quaisquer distorções materiais.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos pertinentes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela entidade, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficiência dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e adequadas para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG International, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Moçambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Moçambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

**Opinião**

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A., em 31 de Dezembro de 2015, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

KPMG

Maputo

19 de Fevereiro de 2016

Administração

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do BIM – Banco Internacional de Moçambique, SA que compreendem o balanço individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações individual e consolidadas dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

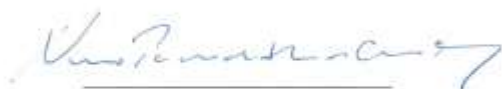
Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da empresa poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras individual e consolidadas anuais

As demonstrações financeiras do Banco Internacional de Moçambique, S.A., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2016 e vão assinadas em seu nome, por:



Administrador



Administrador

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das atribuições do Conselho Fiscal, submetemos aos Excelentíssimos Senhores Accionistas o resumo da acção fiscalizadora exercida no BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., bem como o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Millennium bim, as Demonstrações Financeiras em base individual do Banco e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O Conselho Fiscal acompanhou, mensalmente, a evolução da actividade do Banco, através de informação contabilística e reuniões realizadas mensalmente com a Direcção de Contabilidade do Banco, tendo obtido os devidos esclarecimentos e informações complementares sempre que solicitados.

Procedeu, através da informação contabilística disponibilizada e por intermédio dos elementos colhidos nos sistemas de informação de gestão do Banco, à análise das operações do Banco e certificou-se dos respectivos registos e do cumprimento das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas.

No âmbito das nossas funções, participamos nas reuniões do Conselho de Administração e realizamos encontros com algumas áreas específicas, nomeadamente Auditoria e Compliance Office, Credito e Risk Office, Recuperação do Credito e Centro Corporativo, bem como com o Auditor Externo, dentro da periodicidade e a extensão que considerámos suficiente.

Sobre a actividade da Auditoria Interna constatámos que a mesma tem vindo a decorrer no quadro do que se encontra planificado e verificamos que tem sido feito o acompanhamento das auditorias realizadas pela Auditoria Interna do BCP, na qualidade de Empresa-Mãe, tendo prestado a devida atenção às anomalias identificadas e a implementação das respectivas recomendações, bem como ao cumprimento dos prazos definidos para a sua regularização.

No âmbito do Compliance Office foi dado ênfase ao acompanhamento das actividades relacionadas com a Avaliação do Risco de Branqueamento de Capitais e monitorização de transacções atípicas.

Registamos com agrado que o Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do Millennium bim continuou a ser reforçado e consolidado ao longo de 2015, tanto no que se refere aos mecanismos de controlo e de monitorização dos múltiplos riscos que incidem sobre a sua actividade, com maior destaque para o controlo exercido à nível do risco de concentração pelo Comité de Controlo de Risco do Banco e da Comissão de Auditoria, bem como no que diz respeito à respectiva aferição, a diversos níveis

Nos encontros realizados com o Auditor Externo concentramo-nos na análise das questões que, pela sua materialidade e/ou relevância, considerámos mais críticas ou significativas tendo por base as principais conclusões do trabalho relativo à revisão limitada das contas reportadas a 30 de Junho de 2015 e à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Registamos uma evolução positiva a nível do cumprimento das recomendações do Banco de Moçambique, no quadro da supervisão prudencial, bem como da materialização das directrizes de gestão de risco, consignadas no Aviso nº 4/GBM/2013.

Concentramo-nos na análise do crédito em mora e em contencioso, com maior destaque para as situações materialmente relevantes e com impacto na conta de exploração dos clientes afectos a Área de Recuperação de Crédito ou que, não estando afectos, é da sua incumbência fazer o seu acompanhamento.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sempre que solicitados pronunciamo-nos sobre o crédito concedido a uma entidade correlacionada, bem assim o concedido a sociedades ou outros entes colectivos, directa ou indirectamente dominados pela entidade correlacionada, ou que com ela estejam em relação de grupo, nos termos da legislação em vigor.

O Conselho Fiscal apreciou igualmente o Relatório dos Auditores Independentes, com o qual declara concordar, para os efeitos do disposto no n.º 2 do Art.º 42.º dos Estatutos do Banco.

Do acompanhamento da actividade do Banco, bem como da análise efectuada às respectivas demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal não registou aspectos materialmente relevantes, anormais ou qualquer situação de excepção que colocasse em causa a situação reconfortante da solidez do Banco.

Foram analisadas as principais transacções que explicam as variações mais significativas nos principais indicadores de actividade do Banco (em base individual).

De realçar que os indicadores em causa foram fortemente afectados pelo efeito da variação cambial resultante da forte depreciação do Metical durante o exercício de 2015.

O Conselho Fiscal apreciou ainda as Demonstrações Financeiras do Banco e Consolidadas auditadas pelo Auditor Externo, as quais evidenciam:

- Que o Balanço Consolidado e o Balanço do Banco, BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2015, reflectem adequadamente a situação financeira do Grupo e do Banco;
- Que a Demonstração de Resultados Consolidados e a Demonstração de Resultados do Banco espelham um lucro consolidado de 3.684,9 milhões de Meticais e um lucro do Banco de 3.391,5 milhões de Meticais, os quais traduzem o resultado da actividade do Grupo e do Banco;
- Que a Demonstração de Rendimento Integral Consolidado e a Demonstração de Rendimento Integral do Banco apresentam um rendimento integral do Grupo de 3.644,2 milhões de Meticais e um rendimento integral do Banco de 3.431,5 milhões de Meticais, respectivamente;
- Que a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco apresentam uma diminuição durante o ano em Caixa e seus equivalentes de 286,1 milhões de Meticais para o Grupo e 285,9 milhões de Meticais para o Banco; e
- Que a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco evidenciam um Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2015 de 20.471,3 milhões de Meticais para o Grupo e de 18.760,3 milhões de Meticais para o Banco.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas, o Conselho Fiscal:

- É de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras do Banco (compostas pelas seguintes peças do Grupo e do Banco: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Rendimento Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e respectivas Notas):
 - i). Estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas do Banco Central;
 - ii). Foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
 - iii). Reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Grupo e do Banco em 31 de Dezembro de 2015, bem como o resultado das operações realizadas pelo Grupo e pelo Banco durante o exercício.
- É de parecer que a Assembleia Geral:
 - i). Aprove as Contas relativas ao Exercício de 2015
 - ii). Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BIM - Banco Internacional de Moçambique, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
 - iii). Exprese um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os restantes colaboradores pela forma notável como, no âmbito das respectivas competências procederam a gestão do Banco durante o exercício.

Maputo, 19 de Fevereiro de 2016

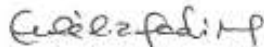
O CONSELHO FISCAL



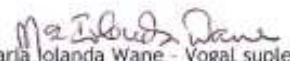
Teotonio Jaime dos Anjos Comiche - Presidente



Daniel Filipe Gabriel Tembe - Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Maria Iolanda Wane - Vogal suplente

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal analisou a proposta do Conselho de Administração relativa à distribuição do Resultado Líquido, no montante de 3.391.486.280,57 Meticais.

Os capitais próprios do Banco, elegíveis, no total de 12.202 milhões de Meticais e o rácio de solvabilidade de 19,8%, permitem corresponder a natural expectativa dos accionistas de verem remunerados os capitais por si investidos no BIM, proposta que se afigura adequada.

Como resultado da análise efectuada, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove a proposta de Distribuição de Resultados, no montante de 3.391.486.280,57 Meticais, do seguinte modo:

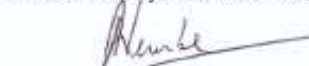
• Para Reserva Legal	15,00%	508.722.942,09 Meticais
• Para Reserva Livre	47,50%	1.610.955.983,27 Meticais
• Para Reserva de Estabilização		
de Dividendos	2,50%	84.787.157,01 Meticais
• Distribuição aos Accionistas	35,00%	1.187.020.198,20 Meticais

Maputo, 19 de Fevereiro de 2016

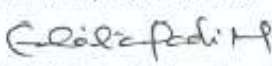
O CONSELHO FISCAL



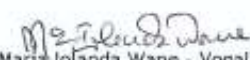
Teotónio dos Anjos Comiche - Presidente



Daniel Filipe Gabriel Tembe - Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Maria Iolanda Wane - Vogal suplente